

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

*Faculdade de Letras*

*Mestrado em Estudos Artísticos*

# A Sociedade Filarmónica Lousanense

CONTRIBUTO PARA A SUA HISTÓRIA ENTRE 1853 E A IMPLANTAÇÃO DA  
REPÚBLICA

**Dissertação de mestrado**

**Manuel Bernardo dos Santos Neto**

**Orientação: Professor Doutor José Maria Pedrosa**

2009

**UNIVERSIDADE DE COIMBRA**

*Faculdade de Letras*

*Mestrado em Estudos Artístico*

# A Sociedade Filarmónica Lousanense

CONTRIBUTO PARA A SUA HISTÓRIA ENTRE 1853 E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

**Dissertação de mestrado**

Manuel Bernardo dos Santos Neto

Orientação: Professor Doutor José Maria Pedrosa

2009

Aos meus Pais, Irmã, Amélia

e Ana Margarida.

Mas sobretudo ao João Carlos

Que, espero, fique orgulhoso do pai.

**Agradecimentos:**

- À Professora Doutora Maria Augusta Barbosa que, por sua perseverança e esforço, manteve – até ao limite - a existência do mestrado em Ciências Musicais, onde este trabalho teve origem;
- À Professora Doutora Luísa Cymbron, que acompanhou e orientou grande parte deste trabalho;
- Ao professor Doutor José Maria Pedrosa que, para além de toda a orientação científica, deu todo o seu apoio para que este trabalho chegasse a bom porto;
- À direcção da Filarmónica Lousanense, que sempre facilitou todas as iniciativas deste trabalho;
- À direcção da Misericórdia, que mostrou sempre grande disponibilidade para as nossas pesquisas;
- À Faculdade de Letras, que é um espaço de saber, compreensão e abertura;
- À família e amigos.

## Índice

<b>1. Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>2. Filarmónicas na Europa: O caso Português .....</b>	<b>14</b>
2.1. A Formação das Bandas em Portugal .....	14
2.2. A Difusão das Bandas Cívicas em Portugal.....	21
2.3. A Vertente Política do Movimento Filarmónico .....	28
<b>3. A Lousã na segunda metade do século XIX, princípios do XX.....</b>	<b>31</b>
3.1. Contextualização Histórico-geográfica .....	31
3.2. O Contexto Político Local.....	37
<b>4. O percurso da Filarmónica até 1897.....</b>	<b>47</b>
4.1. Introdução .....	47
4.2. Dados Históricos: O Aparecimento da Banda no Início da Década de Cinquenta .....	49
4.3. Os Primeiros Anos da Filarmónica .....	53
4.4. A Actividade da Banda: Informações Fornecidas ao Governo Civil de Coimbra .....	58
4.5. A Viabilidade Financeira .....	65
4.6. A S.F.L. e a Santa Casa da Misericórdia da Lousã .....	71
4.7. Os Milheiros e os Canários - A Coexistência e a fusão com a Filarmónica da Fábrica do Papel do Prado .....	74
4.8. A Legalização da S.F.L. Perante o Governo Civil de Coimbra.....	76
4.9. O obscuro período entre 1871 e 1886 .....	79
4.10. A Reorganização em 1886 .....	82
4.11. O Teatro da Lousã.....	86
4.12. A última Tentativa Falhada.....	93

---

4.13. Finalmente a Estabilidade .....	97
4.14. O epíteto de “Nova” .....	99
<b>5. A Composição Instrumental e o Repertório na Segunda Metade do Século XIX.....</b>	<b>102</b>
5.1. A formação estrutural da Banda .....	102
5.1.1. O Fardamento, Vaidade ou disciplina?.....	107
5.2. O Repertório da Banda .....	111
<b>6. Da Viragem do Século à Implantação da República .....</b>	<b>113</b>
6.1 A Demissão de José Augusto do Rego .....	113
6.2. O Contra-poder do Início do Século .....	115
<b>7. Conclusão .....</b>	<b>119</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>122</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>133</b>

## Índice de quadros

<b>Quadro 1:</b> Evolução da população, por freguesias, no concelho da Lousã, 1864-1920.....	34
<b>Quadro 2:</b> Primeira referência escrita de pagamento à música por parte da Misericórdia referindo contas em atraso do ano de 1850.....	55
<b>Quadro 3:</b> Primeiro pagamento feito, expressamente à “ <i>música instrutal</i> ”.....	56
<b>Quadro 4:</b> Anos em que, pela primeira vez, surgem pagamentos à música Marcial nas diferentes freguesias.....	63
<b>Quadro 5:</b> Intermitência da actividade da actividade entre os anos de 1853 a 1897.....	85
<b>Quadro 6:</b> Gravura que representa a colocação da primeira pedra do Hospital de São João em 1866 onde estão representadas as duas Filarmónicas.....	108
<b>Quadro 7:</b> Músico do Exército Miguelista.....	110
<b>Quadro 8:</b> Um filarmonistas em 1866.....	111
<b>Quadro 9:</b> Um filarmonista em 1895.....	111

## 1. Introdução

No contexto histórico das filarmónicas portuguesas constata-se, de uma forma geral, um certo *vazio de conhecimento* da maneira como as filarmónicas surgem, se organizam, são financiadas e até mesmo o papel que desempenham numa sociedade em ebulição, como é a do século XIX em Portugal. Torna-se difícil, aos nossos olhos, compreender a forma epidémica (no bom sentido da palavra) com que o país foi tomado, principalmente na segunda metade do século, onde surgem por todo o país estas organizações que fundem em si o gosto pela música por parte da população e a organização e rigor das Academias Militares.

Sentindo este vazio de conhecimento histórico, pensámos numa forma de colaborar no sentido de, paulatinamente, caminhar para um conhecimento mais aprofundado deste fenómeno. Para além disso, achámos que fazer uma pesquisa aprofundada de um exemplar genuíno das muitas filarmónicas que surgiram na segunda metade do século XIX seria um contributo que, apesar de humilde, sério. Assim (e tendo em conta que o autor deste trabalho vive no concelho da Lousã há cerca de trinta anos) este trabalho pretende, não mais do que responder a algumas destas questões no que diz respeito a um caso particular: A Sociedade Filarmónica Lousanense (S.F.L.) que, tal como a grande parte das suas congéneres, os primeiros tempos da sua existência encontra-se muito pouco documentado e, naturalmente, pouco esclarecido pelo que se torna urgente trazer à luz do conhecimento toda a documentação possível e imprescindível para a compreensão do seu caso.

Buscar novas respostas, procurar de forma sistemática, correlacionar os documentos (quer os conhecidos quer os que se possam vir a encontrar) sur-



ge-nos como um desafio que, estando ao nosso alcance, pode e deve ser útil nesta “grande cruzada” que se nos apresenta para tornar cada vez mais rigoroso o conhecimento sobre o fenómeno das bandas filarmónicas em Portugal.

Ao debruçarmo-nos pelos vários historiais disponíveis das diferentes filarmónicas portuguesas, verificamos que o aparecimento das diferentes bandas não segue um padrão rígido. No entanto, a vontade de desenvolvimento e o gosto pela música são, por exemplo, factores comuns que levam ao aparecimento de dezenas ou mesmo centenas de filarmónicas por todo o país.

Devemos dizer, sem falsas modéstias, que este trabalho pretende algo diferente de outros que foram escritos sobre outras filarmónicas, onde normalmente os seus autores são parte integrante e, de certa forma, interessada nos acontecimentos que descrevem. Para além disso, são historiadores amadores cuja preocupação louvável de explanação dos factos peca de algum modo no rigor científico de os trabalhar. Katherine Bruckner no seu trabalho “*A Banda da terra*”<sup>1</sup> partilha desta opinião, adiantando ainda que apenas nos anos oitenta e noventa do século XX começou a haver preocupações em escrever os historiais das diferentes filarmónicas com preocupações de rigor histórico.

Os conteúdos desses historiais baseiam-se, fundamentalmente, no relato de concertos, fundação das bandas (onde se incluem datas, nomes de maestros, directores e beneméritos e acontecimentos relevantes), escolas de músicas, donativos importantes, etc. Para além disso, muitos dos dados expostos são

---

<sup>1</sup> BRUCKNER, 2005, p. 92.

baseados apenas na transmissão oral faltando, em inúmeros casos, documentação fidedigna que os fundamente.

No caso da Sociedade Filarmónica Lousanense, existe um historial de 1972 (aquando das comemorações das Bodas de diamante em relação à data oficial da fundação da Filarmónica – 1897). Este pequeno livro de 39 páginas intitulado “*A Filarmónica Lousanense e a Lousã*”, da autoria de Eugénio de Lemos, debruça-se essencialmente sobre o percurso da Filarmónica a partir de 1897 (fazendo apenas algumas referências ao período anterior) e, tal como historiais de outras filarmónicas, faz grande parte da sua explanação com base em testemunhos orais (ou se tem documentos escritos, a sua grande maioria, não os revela).

Deste modo, surgem várias questões que tornam este trabalho aliciante:

- Como terá sido a vida da S.F.L. no período compreendido entre os primeiros relatos da sua existência (década de cinquenta do século XIX) e a data oficial da sua fundação?
- Como se terá formado?
- Como se financiou?
- Como e quando se desintegrou?
- Como e quando se voltou a organizar?
- Quais os documentos que poderemos encontrar que fundamentem ou desmintam os relatos orais?

Alguns documentos existentes, como textos, fotos ou partituras, apesar de já publicados, ainda não foram analisados com o rigor científico necessário para serem rigorosamente compreendidos. Assim parece-nos, a todos os

níveis, útil um trabalho sistemático que trabalhe todas as fontes existentes, que as correlacione e apresente resultados.

“When the study object is a cultural event phenomenon, the research variables are numerous and, moreover, the inter-relations between them are quite intricate”<sup>2</sup>

Esta afirmação de André Granjo, com a qual só podemos concordar, é um excelente ponto de partida para este trabalho, no qual queremos tornar mais clara as relações entre a S.F.L., o poder político, a Igreja, a Imprensa, o público em geral e todos os outros intervenientes na vida da social das diferentes épocas.

Seguir um modelo de análise simples de recolha de informação e correlação de todas as fontes disponíveis parece-nos ser o mais seguro, dado não sabermos – à partida para este trabalho - o que viríamos a encontrar, quer ao nível de quantidade dos documentos, quer do ponto de vista da sua fidedignidade, validade ou mesmo estado de conservação, o que poderia comprometer os seus estudos.

A busca de documentos fundamentais para esta pesquisa nos mais diversos locais obedeceu a uma metodologia lógica de rastreio em diversos fundos documentais, que teremos obrigatoriamente de enumerar:

- Fundo documental da própria S.F.L.;
- Fundo documental da Santa Casa da Misericórdia da Lousã;

---

<sup>2</sup> GRANJO, 2005, p. 5.

- Jornais da época;
  - O Jornal da Lousã;
  - O Lousanense;
  - O Comércio da Lousã.
- Fundo da Biblioteca da Lousã, onde encontra-se um importante conjunto de documentos oferecidos em 1997 pelo Doutor João Poiares (neto de João Mateus Poiares, que dirigiu a banda ao longo de mais de vinte anos), aquando da comemoração do centenário da Sociedade Filarmónica Lousanense;
- Arquivos da Universidade de Coimbra, onde encontram-se os acentos notariais da Lousã, bem como os orçamentos e correspondência que as sociedades, as irmandades e as confrarias do Distrito de Coimbra enviavam ao respectivo governo civil.

Depois de feito um levantamento exaustivo de toda a documentação disponível, tendo em conta a dimensão possível para este trabalho, bem como o rigor e profundidade que dele se exige, torna-se imperativo fazer escolhas. Entre fazer um trabalho estendido por 150 anos, com todas as condicionantes ao nível da abordagem dos diferentes aspectos e delimitá-lo a um período de tempo onde se tenham em conta os diferentes aspectos relevantes (dando-lhes, assim a devida importância), a escolha apresenta-se-nos facilitada principalmente pela riqueza que o período histórico menos compreendido contém e, simultaneamente, por ser o mais importante para a vida da colectividade. Assim, o período compreendido entre a sua criação, no início dos anos cinquenta do século XIX, até aos anos que circundam a proclama-

ção da república, surge como o mais razoável para os objectivos a que este trabalho se propõe.

Note-se que as fontes documentais que, em alguns casos, poderão levar a um desvio do que é essencial para uma abordagem séria às circunstâncias sociais, económicas, políticas e estéticas da época irão exigir, não só alguma capacidade de síntese da nossa parte bem, como a focalização nos aspectos que realmente interessam para os fins a que este trabalho se propõe. Por outro lado, a existência de outras fontes crivadas de lacunas terão de ser trabalhadas como base de fundamentações de acontecimentos e factos que, por falta de fundo documental sólido, só poderão entrar no campo das hipóteses<sup>3</sup>.

Numa primeira parte deste trabalho, iremos tentar compreender, como não poderia deixar de ser, o contexto nacional das bandas filarmónicas para, só depois, nos debruçarmos sobre o caso lousanense que, de uma forma geral, não é muito diferente das suas congéneres nacionais. No entanto, parecemos imprescindível tentar compreender o porquê da constante instabilidade da qual a Filarmónica Lousanense é vítima até ao início do século XX quando, finalmente, consegue criar uma estrutura que lhe permite ser menos permeável às convulsões políticas e sócias da época. De facto, a instrumentalização das filarmónicas e, em particular a Lousanense, como objecto de utilização política, aparece como um dos aspectos mais interessantes deste período. Contextualizar esta problemática ao nível nacional não poderá ser, de modo algum, levado ao extremo de profundos pormenores, no entanto (e

---

<sup>3</sup> Basta analisar superficialmente a bibliografia deste trabalho referente aos jornais (Periódicos) para verificar que existe uma enorme quantidade de números em falta e que se perderam.

na medida do possível) averiguar as diferentes facções, bem como as suas influências ao nível da região e as suas ligações com os grandes centros de decisão e influências.

Também nos parece importante que deixemos algumas páginas deste trabalho para a contextualização histórica e geográfica do concelho onde a Filarmónica, objecto do nosso estudo se insere, pois só assim conseguiremos compreender o fenómeno no seu todo.

De resto, este estudo seguirá (sempre que possível) uma linha cronológica, nunca se coibindo de apresentar similaridades, pontos comuns ou discrepâncias com outras épocas da sua vida. No entanto, a divisão de vários aspectos da vida da banda como o repertório, a estrutura ou mesmo o fardamento parece-nos óbvia e imprescindivelmente necessária.

## **2. Filarmónicas na Europa: O caso Português**

### **2.1. A Formação das Bandas em Portugal**

Não é nossa intenção fazer aqui uma descrição exaustiva das origens das bandas na Europa, nem mesmo em Portugal. No entanto, a contextualização concisa deste tipo de formação torna-se imprescindível tendo em vista a necessidade de traçar paralelismos e divergências entre os casos que assim o exijam.

Alessandro Vassella em seu Livro *La Banda* faz um resumo histórico bastante detalhado desde a Antiguidade até ao fim do século dezanove onde se pode averiguar o longo processo de formação das Bandas. Desde os primórdios da civilização ocidental que existem referências claras a pequenos agrupamentos de instrumentos de sopro que vão, com o passar dos tempos, desenvolver-se até grandes conjuntos com funções bem delineadas na conturbada sociedade francesa do final do século XVIII e que mais tarde se irão expandir pelo resto da Europa principalmente com as Invasões Napoleónicas. Note-se, no entanto, que as bandas já estavam – nesta altura – bastante desenvolvidas em países como a Alemanha, Itália ou Espanha. Mas não existem quaisquer dúvidas de que foi graças às incursões do Grande General Francês que o fenómeno ao qual poderíamos chamar “Movimento Bandístico” se deu em toda a Europa.

O processo de formação das Bandas na Europa é obviamente complexo e Portugal não foge à regra. A utilização de bandas como suporte à sublimação do poder e soberania dos diversos monarcas europeus foi, ao longo dos séculos, algo desenvolvido paulatinamente e atingiu a sua expressão máxi

expressão máxima na corte de Luís XIV que serviu de modelo à imitação de todos os outros congéneres<sup>4</sup>. Em Portugal, com a descoberta do ouro do Brasil, dá-se um fenómeno (o qual poderemos classificar de normal) de megalomania que é perfeitamente personificado pelo rei D. João V. A súbita riqueza do soberano leva-o às mais extravagantes manifestações de grandeza das quais a mais visível é, sem dúvida, o Convento de Mafra.

No plano Musical, D. João não olha a despesas e contrata, para além de alguns cantores da Capela Papal, o Mestre Capela do Sumo Pontífice de então: Domenico Scarlatti. Este músico que é o primeiro de três italianos a imigrar para Portugal (seguiram-se-lhe Giovanni Giorgi, em 1725, e David Perez, em 1752) chega a Lisboa em 1719. O seu principal cargo de compositor régio permitiu-lhe controlar o aparelho de produção da corte nos anos que se seguiram<sup>5</sup>. Tal facto causou enorme regozijo entre os admiradores de música de Lisboa da época, que eram completamente dominados pelo gosto musical italiano. Pena que passados alguns anos (1729) Scarlatti tenha acompanhado a princesa Maria Bárbara (sua aluna) até Espanha, onde também fez Escola.

No entanto, o ouro do Brasil continuou a atrair os músicos Italianos que continuaram a cultivar no público Lisboeta o gosto pela Música Italiana e, principalmente, o gosto pela música vocal o que, de alguma maneira, viria a dificultar a implantação das Sociedades Filarmónicas, com um cunho mar-

---

<sup>4</sup> BRANCO, 1959, p.99.

<sup>5</sup> CARDOSO, 2004, p. 18.



cadamente mais Instrumental<sup>6</sup>. Assim, tal como veremos mais à frente, apenas em meados do século XIX – e com muitas dificuldades – irão surgir condições para a proliferação das Bandas Filarmónicas em Portugal.

Porém, já no século XIII, Dom João V tinha consciência que, para a sua afirmação como monarca absolutista, a música produzida para espaços livres (conhecida na altura como “música alta”) era de uma importância central. Assim em 1721 encarregou o Secretário de Estado, Diogo Mendonça da Corte Real de iniciar diligências no sentido de se formar um grupo e de “trombetistas” para a sua corte. Este, por sua vez, entrou em contacto com o quarto Conde de Tarouca, João Gomes da Silva, que, à altura, se encontrava em serviços diplomáticos em Haia. Nos três anos que se seguiram o diplomata tratou de contratar 18 músicos (todos eles alemães) que iriam chegar a Lisboa em Fevereiro de 1724 aos quais se iriam juntar mais 6 trombetistas e 1 timbaleiro já residentes em Lisboa e que já estavam ao serviço da corte. Escusado será dizer que tais contratações custaram uma fortuna pois, para além dos serviços destes homens era necessário fazer um enorme investimento em fardamento e instrumentos para que a banda se apresentasse a cavalo perante o público. Isto sem falar no facto de alguns músicos exigirem trazer as respectivas famílias o que na negociação dos contratos também era tido em conta<sup>7</sup>.

A constituição desta banda real, não veio mudar grandemente (para não dizer que não mudou nada) os hábitos musicais do país, era – no fundo – mais um “eco” da megalomania que Dom João V promovia no sentido de se

---

<sup>6</sup> BRITO, 1989, p. 24.

<sup>7</sup> DODERER, 2003, pp. 7-34.

tornar comparável com o todo-poderoso “Rei Sol” francês. Existem vários relatos das actuações da Banda Real (em conjunto ou apenas parcialmente) em vários acontecimentos que envolviam a família real. Acontecimentos como touradas, passeios da rainha, aniversários, procissões exéquias, etc. Mesmo com a morte de Dom João em 1750 a banda continuou ao serviço da corte mas permanece muito pouco claro que tenha deixado marcas profundas na forma de produzir música mesmo que estejamos só a falar da capital, Lisboa. Gerhard Doderer afirma mesmo: “*Com a criação da Banda do Rei, não se constituiu uma nova prática Musical...*”<sup>8</sup>

Também Dulce Brito, no seu trabalho “*Os Estrangeiros e a Música no Quotidiano Lisboa em Finais do Século XVIII*”<sup>9</sup>, recupera o relato de ilustres estrangeiros que viveram em Lisboa nos finais de setecentos. Dos textos do Marquês de Bombelles, embaixador de França, Carl Israel Ruders, pastor protestante Sueco, William Beckford, aristocrata Inglês e do Italiano Gorani fica o testemunho de várias situações onde se nota que “Em Portugal, a música executada por conjuntos instrumentais teve um papel reduzido nas actividades de produção Musical”<sup>10</sup>. Grande parte dos documentos fazem referência a duetos de Cantor/instrumentista onde o primeiro tem uma importância preponderante seja ele o dono da casa onde determinado evento acontece, um convidado ou alguém ao serviço de alguém com dinheiro para gastar (fosse ele Nobre ou Burguês).

---

<sup>8</sup> DODERER, 2003, p. 12.

<sup>9</sup> BRITO, 1991, pp. 75-80

<sup>10</sup> BRITO, 1991, p. 76

Ainda para reforçar esta ideia sobre a pouca influência da “Banda de D. João V” na prática musical lisboeta, podemos referir a descoberta feita em 1982 por David Cranmer quando encontrou uma série de artigos do jornal alemão *Allgemeine Musikalische Zeitung*. Nestes documentos encontravam-se artigos extremamente valiosos sobre a vida musical portuguesa (principalmente ao nível da ópera) da primeira metade do século XIX. Nesses testemunhos estão bem expressas as dificuldades que a música instrumental tinha para se impor numa sociedade habituada às óperas italianas. O exemplo a seguir refere-se aos concertos da Orquestra de Bomtempo:

*“Cada concerto começa habitualmente com uma das grandes sinfonias que Haydn escreveu em Londres, as quais são executadas integralmente. Depois de se terem feito alguns ensaios a execução é normalmente bastante boa; no entanto, especialmente nas primeiras noites, podia-se notar pelo diminuto aplauso que a maioria do público teria preferido muito mais ouvir aberturas de Rossini.”<sup>11</sup>*

Julgamos ter ficado claro que a Banda formada na época do reinado de D. João V deixou poucas marcas nos anos seguintes, tanto enquanto escola de músicos como no gosto da população lisboeta, era um agrupamento que existia unicamente para servir a corte e, como tal, acompanhou a família real em 1807 para o Rio de Janeiro<sup>12</sup>.

Também não há qualquer dúvida de que apesar de gastar fortunas com bandas, orquestras, compositores e cantores o grande investimento de Dom

---

<sup>11</sup> BRITO, /CRANMER, 1989, p. 22.

<sup>12</sup> FREITAS, 1946, p. 52.

João V – no que à arte dos sons concerne – foi na música religiosa, basta lembrarmo-nos nos seis órgãos e dois carrilhões de Mafra. E assim continuou a ser ao longo de muitos e longos anos onde a Família Real era o “epicentro” da representatividade da Corte e da Nobreza feita, essencialmente, no ritual religioso.

Do ponto de vista de movimentações civis que se verificaram na altura para a criação de bandas Filarmónicas, são muito escassos os testemunhos escritos que possam dar uma imagem fidedigna desta época. Ao contrário das bandas militares, com um historial altamente documentado, as bandas civis não conseguiram deixar assentos de forma a conseguirmos, hoje, ter uma visão das primeiras bandas civis do país. Ao lermos os vários histórias das diferentes filarmónicas, grande parte deles baseados na transmissão oral, observamos enormes vazios de informação não só em relação às datas das diferentes fundações como na criação dos estatutos, legalização das sociedades (obtenção dos alvarás), etc. A única certeza que nos resta é o facto que estas eram feitas “à imagem e semelhança” das suas irmãs militares onde bons exemplos não faltavam com bandas como a Banda da Guarda Real da Polícia de Lisboa (hoje a Banda da Guarda Nacional Republicana) fundada em 1832 ou a Banda da Marinha criada em 1740<sup>13</sup>.

Segundo Albino Lapa no seu livro *Subsídios para a História das Bandas Militares Portuguesas*, o termo de bandas militares nos regimentos começa apenas no século XIX, isto apesar de a utilização de grupos musicais nos regimentos já ser feita no século XVIII mas com a designação de charame-las. Este estudioso, citando alguns autores da época sem referir os seus

---

<sup>13</sup> GRANJO, 2005, pp. 13-14.

nomes, diz-nos que - apesar de tais agrupamentos, no final desta centúria, já serem compostos por clarinetes, oboés, cornetas, clarins, trompas, fagotes, serpentões, pífanos e tambores - estes grupos ainda não podem ser classificados de Bandas, mas sim de Fanfarras regimentais<sup>14</sup>.

É curioso que nesta altura, e até 1810, estas bandas tinham um carácter civil, isto porque apenas os trombetas, tambores e pífanos necessitavam de assentar praça para pertencerem a estes agrupamentos enquanto os outros não eram arregimentados.

Mas, entretanto, não podemos esquecer que o país - nesta altura - estava a braços com as invasões napoleónicas e desde 1807 a família tinha abandonado o país e fugido para o Brail. Para além disso os tempos que viriam seriam tempos conturbados e o país só viria a acalmar com o fim das Guerras Liberais em 1833.

No entanto, com o Fim da Guerra Peninsular (1807 - 1814), dá-se a importação de músicos militares que os generais portugueses contrataram por terras de Espanha<sup>15</sup>. Neste contingente vêm essencialmente músicos espanhóis e alemães que irão fundar várias bandas militares.

Para terminar este ponto, importa dizer que ao compreendermos a evolução da história europeia verificamos que a música marcial, dedicada aos gran-

---

<sup>14</sup> LAPA, 1941, p. 8;

<sup>15</sup> A este respeito Pedro de Freitas Escreve:

“ Os comandantes dos nossos regimentos viram, ouviram e copiaram. Quando regressaram à pátria, capricharam e trouxeram à frente dos seus regimentos brilhantes bandas de música onde predominavam artistas contratados, especialmente espanhóis e alemães”, *in* FREITAS, 1946, p. 54.

des espaços públicos, vai ganhando importância paulatinamente nas diferentes sociedades inclusivamente a portuguesa. Adquire-se, nas diferentes realidades dos países, a ideia de que a música é um factor de unificação e identidade nacional (reforçada pelas diferentes escolas nacionalistas que alastram pelo continente) bem como de glorificação de seus líderes granjeando assim, junto das populações, respeito e notoriedade pelos súberanos.

## **2.2. A Difusão das Bandas Civis em Portugal**

O Caso Português (apesar de mais tardio quando comparado com outros países do centro da Europa) no que respeita ao aparecimento de Bandas, não difere muito do resto do continente europeu. Em meados do século XIX surgem as Bandas municipais em vários países como a França, Itália ou Espanha. Resta-nos então compreender as razões que levaram a este fenómeno generalizado.

Ao fazermos uma análise das variadíssimas Bandas vemos que uma das suas principais características consiste nos instrumentos de que são constituídas. Veiga Neto, no seu trabalho sobre o processo desempenhado pelas bandas, militares e municipais, na vida musical de Macau<sup>16</sup>, aponta quatro grandes vantagens que a utilização dos instrumentos de metal acarretava:

- Podem ser tocados ao ar livre com condições climatéricas adversas;
- São mais potentes do ponto de vista sonoro;

---

<sup>16</sup> NETO, 2003, p.43;

- Podem ser tocados com luvas (o que era importante nas formações militares);
- São de fácil aprendizagem;

Realmente, é difícil contradizer estes argumentos que têm uma sustentação sólida, não só em termos Bibliográficos, como na própria observação directa dos factos. Mas é imperioso acrescentar um outro factor que, pelo menos no caso português, é importante: o baixo custo deste tipo de instrumentos.

O aparecimento de construtores de instrumentos de sopro que pudessem fornecer, a um preço acessível, todas as bandas que surgiram pelo país por esta altura foi fundamental. Existem vários registos de construtores de instrumentos de metal como Rafael Rebelo (Lisboa, 1839); Eduardo Neuparth (Almada, 1824); Manuel António da Silva (Lisboa, 1807), que fabricava também flautas, clarinetes, oboés e fagotes; João Batista Sasseti (Lisboa, 1848) e José Francisco Arroyo (Porto, 1855). Finalmente abriu em 1860, na Rua do Carmo, a casa Custódio Cardoso Pereira & C.<sup>a</sup> que viria a ser um importantíssimo centro abastecedor para a grande maioria das Filarmónicas portuguesas<sup>17</sup>. A este aspecto há ainda a somar o grande desenvolvimento, do ponto de vista mecânico, operado nos instrumentos no final da primeira metade da décima nona centúria. Inicialmente por Henrique Stoelzel que, em 1827, através do sistema de cilindros e pistões, conseguiu que trompas e clarins fizessem a escala cromática com relativa facilidade e, posteriormente, com Adolpho Sax que nos anos quarenta inventa a famílias dos saxofones e dos saxhorns (sendo esta última constituída por instrumentos de pistões). Se, por um lado, isto permitiu às Bandas Militares já formadas um

---

<sup>17</sup> FREITAS, 1946, p. 59.

maior grau de perfeição na execução musical, por outro permitiu às Bandas Cívis satisfazer uma das suas necessidades mais básicas<sup>18</sup>.

Uma das vertentes que parece ter tido um papel fundamental na proliferação das Bandas Filarmónicas em Portugal e na Europa teve que ver com a prática religiosa das populações que em manifestações comunitárias como procissões e missas. Note-se que, à falta de bandas cívis, a Igreja organizava pequenos grupos filarmónicos, cuja constituição variava consoante a disponibilidade dos instrumentos da época e de cada região, a estas formações dava-se o nome de *Charamela*<sup>19</sup> tendo a mais famosa sido a do Arcebispo de Braga<sup>20</sup>. Estes grupos, compostos por músicos remunerados, tinham a função de fazer o acompanhamento das procissões e missas mas também de alegrar a parte pagã das festas regionais. Segundo Paulo Lameiro no seu trabalho “*Práticas Musicais nas Festas Religiosas Tradicionais*” apesar de haver um défice de estudo a este respeito, tudo nos leva a crer que foram estas Festas Religiosas Tradicionais que criaram o mercado (condição essencial) para a criação de muitas Sociedades Filarmónicas<sup>21</sup>.

Outro factor, que talvez possamos arriscar dizer foi o mais importante de todos pois o que impulsiona o desenvolvimento das sociedades é a vontade

---

<sup>18</sup> FREITAS, 1946, p. 59.

<sup>19</sup> Não podemos confundir estes agrupamentos com os instrumentos utilizados no século XVIII com o mesmo nome, estes agrupamentos (conhecidos como charamelas) eram constituídos por vários instrumentos e, em muitos casos, não havia nenhuma charamela (instrumento) neles incluída.

<sup>20</sup> FREITAS, 1946, p. 39.

<sup>21</sup> LAMEIRO, 1997, p. 229.



do ser humano, foi o movimento Iluminista que atravessou a Europa do século XIX e muito à custa das ambições expansionistas dos Franceses. Sem querer darmos aqui uma aula de História ou Filosofia devemos, no entanto lembrar que o movimento romântico e liberal tinha como um dos princípios fundamentais a democratização do ensino e da cultura, assim não é de estranhar que as filarmónicas serviram como uma ferramenta valiosa no sentido de melhorar a cultura musical das populações.

*“Na lógica dos novos valores operam-se uma série de transformações que acabam por incentivar e propiciar o surgimento de organizações de carácter colectivo. Foi com a consolidação do Liberalismo que se outorgaram novos direitos aos cidadãos, nomeadamente o direito de reunião e o de associação, o que contribuiu para a proliferação do movimento associativo”<sup>22</sup>.*

Esta afirmação de Susana Russo vem corroborar esta ideia, que julgamos irrefutável, de que o Liberalismo impulsionado por uma burguesia emergente foi o contexto ideal para o aparecimento de movimentos civis de associação entre os quais as sociedades filarmónicas.

Mesmo ao nível empresarial foram vários os exemplos, em todo o país, de direcções de fábricas que patrocinaram (com mais ou menos esforço financeiro) a criação de bandas filarmónicas para assim promoverem hábitos de vida saudável de seus funcionários. Na Lousã, por exemplo, a fábrica de Papel do Prado criou uma banda onde os seus empregados podiam aprender a ler e a tocar bem como participar de forma empenhada na vida da sociedade de então. Existem inúmeros exemplos onde isto se passou como, por exemplo, Em 1872, um grupo de Operários da Companhia de Lanifícios de

---

<sup>22</sup> RUSSO, 2007, p.40.

Arrentela fundou a Sociedade Filarmónica Fabril Arrentelense<sup>23</sup>. Poucos anos depois foi criada a Sociedade Filarmónica Fabril Honra e Glória Arrentelense, em 1890 foi fundada a Sociedade Philarmónica Operária Alenquerense cuja denominação actual é Sociedade União Musical Alenquerense<sup>24</sup> e muitos outros exemplos dos quais podemos citar apenas alguns nomes como a Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivalense (1886) ou a Sociedade Musical de Pevidem cuja banda criada em 1894 por Manuel Martins Coelho e Lima que mais tarde ir-se-ia transformar num dos empresários mais bem sucedidos da indústria têxtil do país à frente da Coelima. Cremos que é lícito por a questão de que, para além destas Bandas ainda em funções cujos historiais estão disponíveis na rede digital, associações ou nas próprias sedes, deverá haver um grande número de bandas que, à semelhança da Filarmónica da Companhia do Papel do Prado, tenham desaparecido e cujos vestígios históricos se encontrem guardados em parte incerta ou tenham mesmo desaparecido. Assim, seria necessário que uma entidade, com recursos financeiros para tal, fizesse um levantamento das Bandas Filarmónicas do País no século XIX para, aí sim, fazermos uma ideia fidedigna do “mapa bandístico” do país àquela altura. Se pensarmos bem, haver um levantamento feito por todas as autarquias do país com base em simples jornais locais ou livros da época poderia não ser uma tarefa tão hercúlea como, à primeira vista, possa parecer.

No entanto, e voltando ao tema do nosso trabalho, é óbvio que a concomitância de todos estes factos potenciaria o aparecimento de bandas civis que

---

<sup>23</sup> [www.jf-arrentela.pt/site/index.php?...](http://www.jf-arrentela.pt/site/index.php?...)

<sup>24</sup> [www.jornalalenquer.com/noticia.asp?...](http://www.jornalalenquer.com/noticia.asp?...)

viriam colmatar, acima de tudo, o gosto do povo pela música e, ao mesmo tempo, iniciar um movimento que iria mudar o ensino da música nos anos (ou mesmo décadas) seguintes. É que um dos principais problemas a resolver pelos primeiros impulsionadores do Movimento Filarmónico, é o da formação de músicos. Era necessário criar, não só o agrupamento, como também um pequeno conservatório de música capaz de abastecer a Banda de novos e qualificados elementos. Neste aspecto, desde o seu aparecimento, as Bandas Filarmónicas prestaram, e ainda nos nossos dias continuam a prestar, um serviço inestimável à sociedade pois, desde então, inúmeros cidadãos deste país puderam satisfazer a sua vontade de aprender a fazer música, na maioria dos casos, de forma gratuita.

No entanto a forma de organização destas sociedades, teria de passar obrigatoriamente, devido ao contexto histórico, pela cultura organizacional militar, por razões que são simples de compreender e de explicar:

- A principal razão, pelo menos a que salta mais à vista, é que as bandas civis eram decalcadas das militares;
- Outro aspecto importante é o facto de grande parte do *Know-how* da música instrumental estar nas mãos dos militares;
- Em terceiro lugar era necessário estabelecer uma organização de grupo funcional e nada melhor do que uma hierarquia de inspiração militar para manter a ordem e o rigoroso cumprimento dos deveres por parte dos músicos, enquanto executantes de um grupo consideravelmente numeroso;
- Mesmo em termos de fardamento é fácil de compreender que o estilo militar seria aquele que, dentro dos padrões da época, mais se apro-

ximaria da imagem de rigor e seriedade que uma formação deste tipo queria transmitir;

- Para além destes, há um outro aspecto, talvez menos importante, mas que não poderá deixar de ser referido, e que é o facto de o país estar, nesta época, a sair de um período onde se seguiram duas guerras e que propiciava, assim, a que os militares tivessem um papel importante em toda a vida da sociedade.

Em termos de financiamento das filarmónicas e da sua viabilização económico-financeira, restam poucas dúvidas de que só foi possível colmatar este aspecto graças à angariação de sócios, ao mecenato e às necessidades da Igreja, não só de ter bandas para acompanhar as procissões (aspecto já referido), mas também de ter pessoas capazes de cantar nas cerimónias religiosas<sup>25</sup>. Isto pode parecer algo estranho à luz dos nossos dias, no entanto há que recordar que os cânticos religiosos, até ao Concílio do Vaticano II (1962/1965), só podiam ser executados na língua oficial da Igreja: o Latim. Assim eram necessários “especialistas” capazes de, nas cerimónias de maior importância do calendário litúrgico, cantar obras com alguma dificuldade de apreensão e execução. Deste modo, as primeiras Filarmónicas Portuguesas serviram de complemento à música vocal das missas executando a música “marcial” mais virada para as procissões. Ainda hoje é comum, nas missas onde as bandas são convidadas a participar, os seus membros não só tocarem como também cantarem durante as cerimónias.

Algo também interessante é que, mais tarde, já no século XX, algumas Dioceses portuguesas tentam excluir as filarmónicas não só do canto religioso

---

<sup>25</sup> LAMEIRO, 1997, p. 229.

(alegando falta de qualidade musical) como também da animação dos arraiais ligados às Festas Religiosas argumentando o despropósito desta manifestação popular que, na sua opinião, desvirtuava o verdadeiro sentido das Festividades. Apesar de ser pouco importante para os objectivos do nosso trabalho, não resistimos assinalar o curioso facto de que a instituição cuja acção proporcionou, de forma decisiva, o aparecimento e desenvolvimento das Bandas Cívicas, pouco mais de meio século depois, tentou afastar-se delas por estas, alegadamente, “mancharem” o sentido religioso das festividades.

### **2.3. A Vertente Política do Movimento Filarmónico**

*“Não é por acaso que surgem os primeiros movimentos de bandas em Portugal nos sítios mais evoluídos onde não raro até a organização política também está viva; não é por acaso que depois, durante o período da ditadura, há uma certa regressão não se deixando de fazer à volta das Filarmónicas um plano de instrução mais complexo incluindo actividades culturais (espectáculos, teatro, etc.) complementando o musical”<sup>26</sup>.*

Ao que parece, o aspecto político está indissociavelmente ligado à expansão das Filarmónicas em Portugal. Se neste nosso trabalho não podemos afirmar (por não termos uma amostra credível) poderemos, pelo menos, demonstrar que no caso estudado esta relação entre a filarmónica e a política é verda-

---

<sup>26</sup> HENRIQUES, 1989.

deira e documentalmente comprovada como mais adiante iremos ver. Para além disso, Pedro de Freitas (que ao longo de muitos anos estudou o fenómeno das filarmónicas no nosso país) em várias páginas de seu Livro “História da música Popular em Portugal” deixa clara a ideia do uso das Bandas Filarmónicas pelo poder político em proveito próprio<sup>27</sup>.

Tal como já referimos, o facto de o liberalismo defender o alargamento da cultura e da instrução ao maior número de pessoas possível, teve o seu reflexo nas decisões políticas. A vitória dos liberais foi, assim, determinante pois as Filarmónicas eram um excelente instrumento deste nobre ideal. Pese embora muitas vezes ele não ter sido cumprido o facto é que, pelo menos, facultou às populações, não só a audição da música instrumental, como também a possibilidade de a executar.

À guisa de conclusão, devemos dizer que não é intenção deste trabalho fazer uma análise aprofundada sobre a implementação das bandas civis em Portugal pois tal poderia desviar-nos do nosso verdadeiro objectivo. Na verdade, o que para nós é essencial, é que fique claro que o contexto histórico propício para a proliferação destes agrupamentos pelo país deveu-se a um conjunto de factores que englobam aspectos sociais, políticos, tecnológicos e até Filosóficos. Também pensamos que ficou claro que o caso do nosso país não foi único e seguiu uma lógica que varreu toda a Europa tomada pelos ideais liberais e pelas convulsões políticas que tiveram o epicentro em França e se alastraram de Lés-a-lés, principalmente, com as invasões napoleónicas.

---

<sup>27</sup> FREITAS, Pedro de, 1946, p.30.

Posto isto, compreendido, no seu essencial, o contexto nacional e internacional onde o objecto do nosso estudo se insere partimos para a fase seguinte do nosso trabalho onde nos iremos debruçar sobre o verdadeiro objectivo que é o caso da Sociedade Filarmónica Lousanense.

### **3. A Lousã na segunda metade do século XIX, princípios do XX.**

#### **3.1. Contextualização Histórico-geográfica**

Neste capítulo, iremos deter-nos em alguns aspectos imprescindíveis para compreender o caso Lousanense que sofreu – como tantos outros – dos sintomas da interioridade e de um certo isolamento endémico que só viria a minorar nos princípios da década de 70 do século XIX com a conclusão da estrada que liga Foz de Arouce à Lousã (o que ligou definitivamente a vila a Coimbra. Isto apesar de a travessia do rio continuar a ter de ser feita em barcas)<sup>28</sup> e da inauguração da linha do caminho-de-ferro que liga, até hoje, Lousã e Coimbra só ter acontecido em 1906. Os restantes seis quilómetros que hoje existem até Serpins tiveram de esperar mais 24 anos (1930) para serem concluídos<sup>29</sup>.

Os números do recenseamento de 1869, transcrito por Brito Aranha para seu livro “*Memórias Histórico-estatísticas*”, dá-nos conta de uma população de 9850 pessoas em todo o conselho e 2491 fogos bem como de uma aumento de 300 fogos em relação ao recenseado em 1864. No entanto, há a salientar que por estas paragens já estava enraizada, há mais de um século a indústria

---

<sup>28</sup> BRITO, 1866, pp.106.

<sup>29</sup>CARVALHO, 1999, p. 193.



do papel<sup>30</sup> que, segundo Brito Aranha, empregava, no início da década de setenta, 200 operários que, relativamente à realidade nacional, conferia à Lousã algum avanço em termos económicos principalmente no confronto directo com as vilas limítrofes de Coimbra na vertente Sul e Este, isto para além de, ao nível judicial, já ser nesta altura cabeça de comarca de segunda ordem, comarca essa, formada pelos concelhos da Lousã, Poiares, Miranda do Corvo e Penela<sup>31</sup>. Também é referido pelo mesmo autor que, embora exista uma pequena indústria na periferia do conselho que se ocupa na fabricação de cal, telha e tijolo, a grande maioria da população ocupa-se de uma agricultura diversificada e de subsistência onde as grandes propriedades são arrendadas a famílias que tiram delas o pão de cada dia. Este aspecto de natureza puramente económica parece-nos prevalecer sobre alguns outros (como a localização, a cerca de 3 quilómetros do centro da vila num vale da Serra, de um castelo medieval), no entanto há a salientar que data da década de trinta (1838) o primeiro passeio turístico à Serra da Lousã<sup>32</sup> que para além do Castelo, possui 10 aldeias Serranas. Desta maneira, a conjugação destes e de outros factores levaram a que a Lousã se apresentasse, na segunda metade deste século, com alguma importância regional.

---

<sup>30</sup> “A Fábrica de Papel do Prado que resultou da fusão, em 1775, de duas fábricas a do Prado e a do Penedo, tendo esta última sido fundada no início do século XVIII pois os primeiros registos, em Coimbra, da compra de Papel à Lousã data de 1716, para além da Fábrica do Papel do Prado, na segunda metade do século XIX, havia mais duas fábricas de papel no Concelho, uma em Casal de Ermio e outra na freguesia de Serpins perto da aldeia do Boque.”, *in* ARANHA, 1871, pp.108.

<sup>31</sup> ARANHA, 1871, p.102.

<sup>32</sup> Jornadas de Cultura e Turismo, 1988.

*“(...) espreada na bacia topográfica, por sua vez engastada entre a Cordilheira Central, o Maciço Marginal de Coimbra, e o Ceira, ela é tributária de uma posição geográfica secularmente pouco favorável ao seu desenvolvimento, que apenas ocorreu de forma significativa muito tardiamente, num processo continuado e ainda hoje em parte comandado pela capital do Mondego.”<sup>33</sup>*

O Facto de ter alguma importância, não significa que a Lousã fosse rica, bem pelo contrário, um exemplo bastante esclarecedor das dificuldades económicas que a vila passava na altura é o do Hospital de São João - edificado num curto período de tempo (de 24 de Junho de 1866 a 11 de Março de 1868) com financiamento proveniente de particulares (vindos principalmente do Brasil através do Comendador João Montenegro) que, por falta de fundos, só viria a ser inaugurado para servir a população a 24 de Junho de 1888, vinte e dois anos depois da colocação da Primeira Pedra<sup>34</sup>.

Paulo Carvalho transcreve para o seu trabalho “A Vila da Lousã, Contributo para um Estudo de Geografia Humana”o resultado do senso de 1854 que se limita a referir o número de fogos:

- Casal de Ermio, 82 fogos;
- Foz de Arouce, 307 fogos;
- Lousã, 1041 fogos;

---

<sup>33</sup> CARVALHO, 1999, p. 29.

<sup>34</sup> LEMOS, 1966, pp. 41- 51.

- Serpins, 212 fogos;
- Vilarinho, 348 fogos.

Com base numa estimativa de quatro habitantes por fogo, referida por aquele estudioso da Geografia Urbana como base para o cálculo do número de habitantes, chegamos à conclusão de que os habitantes das diferentes freguesias andariam à volta dos seguintes:

- Casal de Ermio, 328 habitantes;
- Foz de Arouce, 1228 habitantes;
- Lousã, 4164 habitantes;
- Serpins, 848 habitantes;
- Vilarinho, 1392 habitantes.

Nos anos seguintes	1864	1878	1900	1911	1920
Casal de Ermio	330	391	416	468	498
Foz de Arouce	1173	1251	1373	1533	1502
Lousã	4567	4868	5663	6251	5705
Serpins	1748	1823	1967	2228	2041
Vilarinho	1759	1657	1935	1878	2067
TOTAL	9577	9990	11354	12358	11813

**Quadro 1** - Evolução da população, por freguesias, no concelho da Lousã, 1864-1920<sup>35</sup>.

<sup>35</sup> CARVALHO, 1999, p. 136

Como é óbvio, não cabe aqui fazer análises de pormenor sobre estes números, no entanto, permite-nos tirar duas conclusões muito simples: O Concelho com cerca de 7960 almas já se apresentava, de certa forma, numeroso e que mais de metade dessa população vivia na sua principal freguesia, a Lousã.

Porém, na segunda metade do século XIX, a população da Lousã sofreu uma enorme “sangria” com a grande levada de lousanenses que se fizeram emigrantes e rumaram para o Brasil seguindo os passos de João Elisário Montenegro<sup>36</sup>. Apesar deste fenómeno, a Lousã continuou a crescer ao nível populacional (como se pode verificar no quadro 1) e, de uma forma cada vez mais efectiva, exigia ao poder político novas infra-estruturas principalmente ao nível da rede viária. Assim, este período, que se inicia com o aparecimento da S.F.L. (no início dos anos 50) e termina com a Institucionalização da República, revela-se extremamente profícuo tanto ao nível das novas vias de comunicação, como com grandes avanços ao nível urbano que veio tirar a Lousã de um certo adormecimento a que tinha sido votada desde o século XVIII<sup>37</sup>.

Um outro factor que nesta altura fazia a Lousã gozar de alguma importância, era o facto de ser dotada de um número considerável de famílias bem colocadas ao nível distrital, que ocupavam cargos importantes e que manti-

---

<sup>36</sup> LEMOS, 1988, p. 38.

<sup>37</sup> “No alvor do último terço de oitocentos, a vila continuava praticamente circunscrita aos arruamentos setecentistas, tributários de um eixo principal de orientação Norte-sul, representado pelas ruas Direita e de Santo Cristo, e por um escasso número de arruamentos intra Urbanos, parte dos quais secundários, que estabeleciam a ligação com o aro do povoado”, *in* CARVALHO, 1999, p. 149.

nam relações de grande influência na região e mesmo no país. Falamos das famílias Montenegro (cujo o membro que mais se destaca foi Elisário, comendador emigrado para o Brasil), Furtado Paiva Pinto (dos quais se destaca o Dr. Francisco Augusto, conde de Foz de Arouce, que chegou a Governador Civil do Distrito em 1891), Salazar (que teve como última representante a Dona Maria da Piedade, Viscondessa do Espinhal, grande benemérita da Lousã) entre outras famílias<sup>38</sup>.

Em termos de Instituições<sup>39</sup> poderíamos enumerar as seguintes como as mais importantes e que, por isso, mantinham as actividades culturais e religiosas:

- Misericórdia da Lousã, fundada em 1566;
- Irmandade de São Silvestre da Lousã;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Foz de Arouce;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vilarinho;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Serpins;
- Confraria das almas de Serpins;
- Teatro da Lousã;
- Sociedade Filarmónica Lousanense.

---

<sup>38</sup> Álvaro Viana de Lemos no seu trabalho de 1950, “A Lousã e seu concelho” faz uma listagem bastante completa de individualidades que estiveram ligadas à Lousã desde o século XVI até àquela data.

<sup>39</sup> Esta listagem foi feita com base em Bibliografia da época, Jornais e correspondência do Governo Civil de Coimbra.

- *Jornal da Lousan*

Todas estas entidades, aqui referidas, tiveram um papel importante no contexto cultural, social e político onde a filarmónica se constituiu e deu os seus primeiros passos.

Assim, e em jeito de conclusão, devemos dizer que a segunda metade do século XIX (em particular o última terço) foi um período de grande desenvolvimento onde a construção da estrada para Coimbra, caminho-de-ferro, igreja, hospital, para além da renovação de infra-estruturas viárias<sup>40</sup>, deram à vila um grande impulso no caminho do progresso. O facto de não existir no concelho nenhum grande mosteiro ou convento - como aconteceu em Miranda, com o convento de Semide, ou com Penacova e Poiares com o mosteiro do Lorvão, ou mesmo de outro monumento que concentrasse e, ao mesmo tempo, absorvesse os recursos da região - parece ter dado à Lousã uma outra dinâmica que lhe permitiu desenvolver variados sectores culturais, artísticos e económicos como mais tarde iremos ver. A acrescentar a isto, o grande número de lousanenses emigrados (principalmente no Brasil) serviu como uma importante fonte de financiamentos das várias entidades da vila.

### **3.2. O Contexto Político Local**

A situação política, de extrema importância para a compreensão da vida da S.F.L. durante os seus primeiros cinquenta anos de vida, apresenta-se aos

---

<sup>40</sup> CARVALHO, 1999, p. 151.

nossos olhos envolvida numa nuvem espessa o que dificulta, em muito, a nossa visão dos factos. É que, como se não bastasse, todo o país viver um período extremamente conturbado onde os partidos se confundem num *transformismo*<sup>41</sup> obscuro, onde a família real se mostra extremamente fragilizada e o rotativismo de dois partidos no poder é uma realidade; os partidos na província permanecem não oficializados dependendo quase exclusivamente de uma organização onde as famílias de maior influência detêm o monopólio do poder perante um povo esmagadoramente analfabeto e pouco interessado nos jogos políticos<sup>42</sup>.

No entanto, ao nível local, partindo de alguns documentos dispersos como correspondência, algumas notícias da Imprensa da época, lista de sócios protectores, actas, etc. poderemos, pelo menos, cruzar dados e assim extrapolar para a realidade da época. Note-se ainda que a forma de produzir jornalismo deste período, numa vila provinciana como a Lousã, está impregnada de algo a que poderíamos (cínicamente) chamar de pudor político, o que na verdade não mais é do que um compromisso político tácito, não com o ou os partidos, até porque eles oficialmente nem existiam, mas com aqueles que mandam e, obviamente, pagam a sua própria existência<sup>43</sup>. O caso mais flagrante é o do jornal “*O Lousanense*” que no seu primeiro número põe a premissa de total liberdade de opinião desvinculada de qualquer partidarismo e, no entanto, é claramente tendencioso na análise da situação nacional e local. Fundado a 9 de Julho de 1900 este jornal não se furta a ter um papel

---

<sup>41</sup> RAMOS, 1993, p. 107.

<sup>42</sup> RAMOS, 1993, p. 115.

<sup>43</sup> Não queremos fazer juízos de valor e dizer que hoje é diferente ou igual.

activo na vida política tanto do país como da sua região e logo nos seus primeiros números relata a forma entusiasta como a Lousã recebeu a notícia da subida ao poder do partido regenerador. Logo a 14 de Julho do mesmo ano é nomeado administrador do concelho João Augusto Caetano da Costa e, na sua tomada de posse, houve uma grande festa onde a Filarmónica tocou. E não tocou desinteressadamente, é que toda a sua direcção (incluindo o seu regente) era claramente regeneradora tendo inclusivamente uma peça no seu repertório, várias vezes interpretada, intitulada “*O Regenerador*”.

Outra notícia que demonstra bem o fervor regenerador que assola a Lousã neste período, bem como o partidarismo dos redactores do Jornal “*O Lousanense*”, foi o facto de, depois de ter ido receber a Filarmónica de Miranda do Corvo todos os músicos e dirigentes da S.F.L. (na companhia da sua Banda convidada) foram Cumprimentar o Dr. Carlos Sacadura e o Sr. João Augusto Caetano da Costa ambos altos representantes daquele partido na Lousã. Este acontecimento foi amplamente coberto pelo referido Jornal numa clara manobra de propaganda política. Esta notícia data de 18 de Agosto de 1900.

Em “vésperas” da proclamação da República, embora com contornos diferentes, o mesmo se passou quando a 4 de Abril de 1909 era lançado o primeiro número do “*Commercio da Louzã*”. Logo na primeira página aquele semanário expunha o seu “*Compromisso*” onde se podia ler:

*“Lançamos hoje aos mares da crítica o Commercio da Louzã, e a crítica, não resistindo à praxe, pede-nos certamente Programa: - definição de – ao que viemos:*

*- A dar o nosso esforço, tanto quanto possamos à defesa dos direitos e dos interesses d’este concelho e da sua popula-*



*ção, e no firme propósito de seguirmos, d'olhos vendados, como o símbolo da Justiça, sem querermos ver nem conhecer partidos ou partidários.”*

Apesar desta declaração de boas intenções, não demorou muito tempo a que este jornal mostra-se uma posição bem vincada no que à política dizia respeito, abraçando claramente o ideal republicano.

*“Não se assumia oficialmente como republicano, apesar das confessadas «ideias republicanas dos seus directores»; mas o «Commercio da Louzã» fez cruzada pela chegada breve da «LUZ», que aqui significava o advento da República, por troca com um regime decrépito, que levara Portugal à condição de um «leão moribundo»”<sup>44</sup>.*

Desta maneira, Júlio Ribeiro dos Santos (proprietário do Jornal) e António Cruz Alves dos Santos (director e administrador daquele semanário) eram o rosto visível de uma facção da Lousã defensora do regime que viria a vigorar no nosso país a partir de 1910.

Entretanto, em 1901 tinha-se dado a cisão entre Hintze Ribeiro e João Franco da qual resulta a saída deste último do partido regenerador. Na Lousã as principais figuras que representam o poder tomaram o partido de João Franco<sup>45</sup> o que viria a trazer grandes confusões no futuro imediato do concelho.

---

<sup>44</sup> ALVES, 1996, p. 7.

<sup>45</sup> No número 304 de O Lousanense de 25 de Maio de 1906, Carlos Sacadura viria a declarar-se amigo pessoal de João Franco.

Com o novo mapa político é nomeado, em fins de Outubro, o novo Administrador Interino do Concelho, Arthur Fernandes de Carvalho e, mais tarde, João Antunes dos Santos como Administrador.

Na primeira semana de Abril de 1902, aquando das eleições, os principais representantes do partido franquista foram presos em Serpins acusados de comprar votos e preparar emboscadas aos progressistas<sup>46</sup>. Na segunda semana os franquistas Carlos Sacadura, Francisco Baeta Pires Serra e Joaquim Henriques Lopes apresentaram, por escrito, um protesto declarando nulas as eleições por ilegalidades cometidas na formação das mesas de voto<sup>47</sup>. Em Serpins as eleições são repetidas sob o protesto de uns e para alegria de outros.

Esmiuçar toda esta situação até à exaustão, não é o objectivo deste trabalho, esta apresentação de factos serve apenas para demonstrar o quão difícil foi a vida da “nossa” S.F.L., durante este período, que teve elementos seus de um e de outro lado da “barricada” o que mais tarde veio a resultar, em 1906, na remodelação da regência.

Nesse ano dá-se, em Lisboa, a subida de João Franco ao poder o que levou a grande maioria dos lousanenses (do Jornal *O Lousanense* inclusive) a exortarem de alegria e a exigir que a Banda fosse para a rua festejar. Só que o seu regente, José Augusto do Rego, permanecera *regenerador ferrenho* e

---

<sup>46</sup> O Lousanense, 1902, n.º 95.

<sup>47</sup> O Lousanense, 1902, n.º 96.

não se sujeitou a tal *humilhação*<sup>48</sup>. Assumiu então a regência Artur Pinto, cargo que veio a desempenhar até aos anos vinte do novo século.

Este episódio permanece ainda muito pouco claro, pois a forma deselegante como, aparentemente, foi tratado um regente que tanto tinha dado à Associação parece-nos bastante desadequada. É que para além de pertencer a uma família que formou, nos mais de cinquenta anos que se antecederam, o “núcleo duro” de associados que permitiu à Filarmónica sobreviver, José Augusto do Rego era uma pessoa extremamente conceituada a nível local tendo sido, ao longo de vários anos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Devemos, no entanto, compreender que estas situações de atrito são as menos edificantes para as pessoas que se dedicam - apaixonadamente - a este tipo de instituição. Registrar o que é agradável e “atirar para o esquecimento” as desavenças que podem manchar a história deste tipo de colectividades é sem dúvida mais fácil. Não encontramos mais nenhum outro registo sobre este episódio para além da narração feita por Eugénio de Lemos no seu trabalho de 1972, *A Filarmónica Lousanense e a Lousã*. Queremos crer que este sentimento de “pudor histórico” nutrido pelos cavalheiros lousanenses deste período é a principal razão para, ao nível das nossas investigações, ser muito mais fácil encontrar documentos que indiquem os avanços e conquistas da entidade em estudo do que aqueles que reflectam os momentos de crise ou mesmo de total dissolução.

Um outro documento da época, extremamente importante para este problema, é sem dúvida uma crónica assinada por João Luso<sup>49</sup> intitulada “*Adesão*

---

<sup>48</sup> LEMOS, 1972, p. 23.

<sup>49</sup> Pseudónimo de Armando Erse de Figueiredo.

*da Lousã à República*”<sup>50</sup>, nesse texto o autor faz, sem rodeios, um duro ataque aos poderosos da Lousã chamando à política do concelho o espelho da do país, isto é, o rotativismo apenas útil aos interesses dos poderosos que, em algumas situações apesar de se defrontarem nas urnas, chegam a pertencer à mesma família, a morar debaixo do mesmo tecto e a usar o mesmos nome genealógicos.

*(...). A Lousã possuía, pois, como tantas outras sedes de Concelho, o seu rotativismo local, invariável, impecavelmente organizado. Isto lhe evitava o esforço mental de considerar, à distância a jigajoga em que metodicamente se revezavam, nas supremas funções políticas, Progressistas e Regeneradores. Para as suas necessidades domésticas, podia ela dispensar o discernimento das duas grandes facções centrais; e podia até ignorar que houvesse, em Portugal, Regeneradores e Progressistas, uns a subir outros a descer, como os alcatruzes das noras. Perfeitamente lhe bastava saber que o Administrador do Concelho era o senhor doutor Fulano, ou então, não podia deixar de ser o senhor doutor Sicrano...*

*De resto, os senhores doutores Fulano e Sicrano tinha tornado axiomática, no suceder das gerações, a sua recíproca estima e rigorosa uniformidade de vista, quanto aos deveres e poderes do mandato. Em certas épocas, sucedeu mesmo pertenceram os dois administradores à mesma famí-*

---

<sup>50</sup> LUSO, 2001.

*lia, vivendo sob o mesmo tecto ou usando o mesmo sobrenome genealógico; quando, porém, esse lado não existisse, outro, não menos íntimo, se vinha necessariamente a dar entre eles - e era o solo a que ambos abancavam no Clube, tranquilo e baratinho, de jogadores cujo vício sobretudo consistia em entreter as horas destes longos serões de aldeia...*

No essencial o que João Luso nos quer transmitir é que a luta política era apenas uma fachada que servia para, numa expressão sua “mudar tudo não mudando nada”. No entanto, este jornalista, tinha uma visão que nem sempre era a mais próxima da realidade (talvez por estar radicado no Brasil e de viver longe da realidade Lousanense). A Lousã foi, desde há muito tempo um centro de política efervescente o que poderá ter sido mais um factor de extrema importância para o aparecimento da Filarmónica<sup>51</sup>. Os homens mais poderosos da Lousã aderiram às ideias liberais nas segunda e terceira décadas do século XIX<sup>52</sup> e durante a Guerra que se seguiu mantiveram-se até ao fim do lado liberal<sup>53</sup>. Mas há um aspecto em que João Luso tem

---

<sup>51</sup> Segundo Lousã Henriques é mesmo um factor determinante em vários casos no país. *In* HENRIQUES, 1991.

<sup>52</sup> “Sebastião Montenegro médico do Partido Liberal que se fixara neste conselho na década de Vinte foi um dos seus grandes impulsionadores tendo sido, perseguido pelos absolutistas durante a Guerra Liberal”. *In* LEMOS, 1988, p. 38.

<sup>53</sup> Abramos aqui um parêntesis para lembrar que fazia parte da filosofia liberal o apoio ao associativismo – Era um ideal da época o qual poderíamos classificar de romântico – que pretendia criar uma base de sustenta-

razão: A Lousã estava acomodada ao sistema vigente na altura tendo, inclusivamente, chegado a expulsar alguns elementos vindos de Coimbra para aqui fazerem propaganda ao regime republicano em 1901<sup>54</sup>.

Tirar conclusões mais profundas da situação política local na segunda metade oitocentista e início do século vinte, com os dados disponíveis, será (no nosso caso) fazer mera especulação. Até porque se a prática transformista<sup>55</sup> da política nacional dava jeito aos homens do poder em Lisboa, na província e meios pequenos dava muito mais, pois permitia o monopólio do poder a pouquíssimas famílias. A confirmar esta situação de marasmo político estão os registos das comissões recenseadoras observados, neles constam apenas nomes dos cidadãos eleitores e elegíveis nunca fazendo menção a listas de partidos. Não nos podemos esquecer de que as comissões recenseadoras eram formadas pelos quarenta cidadãos mais colectados, isto é, os mais ricos, o que permitia – ano após anos – que os senhores da elite local mantivessem não só o poder económico como o político.

Apesar de, a partir do final da década de 1880, a situação ter-se vindo a aclarar (quando uma enorme facção, que ia desde a Câmara Municipal até à

---

ção popular mais instruída e participativa, no entanto, em termos práticos a educação continuava a ser só para alguns e mesmo este tipo de instituição associativa como as filarmónicas, tinham uma população alvo que não contemplava o homem pobre do povo. Uma coisa, no entanto, foi conseguida: ao ouvir este tipo de formação o povo aproximou-se mais de um certo tipo de música (à qual nos atreveríamos a chamar de erudita) a que antes nunca tinha tido acesso, e a Lousã não foi excepção.

<sup>54</sup> LUSO, 2001.

<sup>55</sup> O transformismo tinha como modelo Lord Palmerston inglês que sustentava que a melhor maneira de fazer política era o partido no poder adaptar-se à oposição, dividindo para reinar e, ao mesmo tempo, defender-se de possíveis ataques que pudessem fazer grandes moças. *In* RAMOS, Rui, 1993, p. 107.

Direcção da Filarmónica Lousanense, se declarou assumidamente regeneradora), é difícil saber quando e como este ou aquele elemento está contra ou a favor, fora ou dentro do partido. Por outras palavras: escassez de documentos não nos permite fazer um quadro exacto do panorama político local da altura até porque próprio ele não o permitiria.

## 4. O percurso da Filarmónica até 1897

### 4.1. Introdução

*“A Sociedade Filarmónica Lousanense é, sem dúvida, a mais antiga colectividade da Lousã e também a mais popular e querida da população”*

É assim que a S.F.L. se apresenta numa das suas várias “*hiperligações*” de Web e também em alguns Boletins, informativos ou propagandísticos, a que podemos ter acesso. E realmente é assim, com mais de 900 sócios espalhados não só pelo concelho mas também por outras vilas e cidades do país e até do estrangeiro possui uma credibilidade e respeito não só junto da população como também na relação com as autoridades locais.

Com uma sede digna de uma grande instituição (inaugurada em 1934) angariou ao longo dos anos verdadeira admiração de todos os cidadãos do concelho<sup>56</sup>. Presente em todos os acontecimentos sociais, religiosos ou políticos da vila, actuações por todo o país e no estrangeiro, a S.F.L. é uma figura incontornável no concelho que hoje conta também com uma segunda banda sediada em Serpins: A Associação Filarmónica Serpinense, fundada a 5 de Outubro de 1995. É claro que muito já se escreveu sobre a banda objecto do nosso estudo que tem no topo da fachada da sua casa a data de 1897 como o ano da sua fundação. No entanto é do conhecimento geral que

---

<sup>56</sup> Nos nossos dias abarca outras actividades, que não só a banda, como um grupo coral com um excelente palmarés tanto ao nível nacional como internacional e uma escola de dança cujos elementos já foram, por várias vezes, galardoados a nível nacional.



a primeira Filarmónica que surgiu no concelho remonta aos anos cinquenta do século XIX.

Porém, hoje é consensualmente aceite, por todos aqueles que partilham a vida com a Sociedade Filarmónica Lousanense, que esta foi fundada a 16 de Agosto de 1897. No entanto, nem sequer sabemos se foram os próprios elementos que, nessa data, escreveram numa pequena folha de papel (que hoje se encontra na Biblioteca Municipal da Lousã)<sup>57</sup> o nome dos elementos que estiveram presentes no *primeiro ensaio* da S.F.L.. No entanto, um ano depois daquela data, surge no Jornal da Lousã, para além de outras notícias, transcrita a acta e as contas aprovadas pela assembleia daquela instituição referentes ao “*primeiro ano de actividades*”<sup>58</sup>.

Apesar de fazer algum sentido atribuir esta data à fundação visto que, comprovadamente, foi a partir daquele ano que a filarmónica passou a ter uma actividade que nunca mais foi interrompida existem documentos irrefutáveis que comprovam a existência da Filarmónica Lousanense ainda nos anos cinquenta daquele século. Surge-nos então uma primeira questão: porquê os membros da Sociedade no final do século XIX ignoraram as quase cinco décadas de actividade desta instituição? A resposta não é simples e para a fazer temos de ir não só aos dados factuais como também à contextualização social e mesmo filosófica da época encarando assim a maneira de sentir e a forma de valorização do “velho” e do “novo” algo que, em finais da décima nona centúria, era compreensivelmente diferente à forma de pensar dos nossos dias.

---

<sup>57</sup> Reservados da B.M.L.

<sup>58</sup> Jornal da Lousã, 1898, n.º 681.

No entanto, para compreendermos este caso com passos seguros, detenhamo-nos – para já - apenas nas questões puramente factuais que dão conta da existência e da actividade desta colectividade desde, pelo menos, 1853.

#### **4.2. Dados Históricos: O Aparecimento da Banda no Início da Década de Cinquenta**

O primeiro texto que narra a actividade da Banda Filarmónica em questão data de 1866. De facto este documento encontra-se no sótão da Misericórdia da Lousã<sup>59</sup> e consta de uma acta exarada a propósito do lançamento da primeira pedra do hospital de São João que aquela instituição de caridade levou a cabo e da qual extraímos o seguinte texto:

(...) começou este acto religioso, subiram ao ar girândolas de fogo, e as duas philarmonicas, que rivalizavam em aceio e escolha de lindas peças de música que tocavam, romperam pelo hymno nacional; e concluído este acto religioso, o ilustríssimo João Elisário de Carvalho Montenegro, abrindo o cofre, que, para isso se tinha feito de madeira de carvalho e coberto com chumbo ...

Nessa acta, como se pode constatar no texto transcrito, dá-se conta da existência de duas filarmónicas (a Filarmónica Lousanense e a da Companhia do Papel do Prado). Mais tarde, em 1871, Brito Aranha, em seu livro “*Memórias Historico-estatísticas*”, dá conta da existência destas duas filarmónicas, do seu aparecimento na década de cinquenta (não indicando o ano exacto), insinua algumas rivalidades e divergências entre as duas e aponta o ano

---

<sup>59</sup> ARANHA, 1866, p. 146.

de 1868 para a fusão das duas numa única filarmónica – no entanto não estava seguro dessa data. Refere, por fim, que esta nova formação passou a ser dirigida por Adelino Correia da Costa e que os cargos passaram a ser exercidos por elementos provenientes das duas formações<sup>60</sup>.

No entanto, o grande caudal de informação provém dos orçamentos e livros de Deve e haver de algumas Irmandades, confrarias e da Misericórdia da Lousã. Estes acentos, apesar de puramente numéricos, conseguem dar-nos algumas respostas sobre a actividade da Filarmónica em termos de locais e datas de actuação, remuneração e mesmo a abrangência que a filarmónica conseguiu desenvolver em todo o conselho.

Numa abordagem rigorosa, antes de passarmos à apresentação dos dados, há que referir alguns, poucos mas imprescindíveis, aspectos que tornem clara a fidedignidade dos documentos e a forma como foram correlacionados para assim, tirarmos conclusões com o máximo de objectividade.

Desde os seus primórdios que as filarmónicas são conhecidas pela simples designação de “*a música*”. Paulo Lameiro apresenta uma explicação muito curiosa deste fenómeno linguístico afirmando que nas Festas Religiosas Tradicionais a maioria das funções musicais (hoje divididas por aparelhagem, coros paroquiais, grupos de música tradicional, grupos de Baile e artistas convidados) eram, na segunda metade do século XIX até aos anos 50/60 do século XX, exercidas apenas pelas Filarmónicas. Daí o aparecimento, nos meios das Festas e das Filarmónicas em geral, de expressões como: “*A Música já chegou?*”, “*Deixem passar a Música.*”, “*A Música toca*

---

<sup>60</sup> ARANHA, 1871, p.110.

à Missa?”, “Então andas na Música?”, etc.<sup>61</sup>. Seja ou não assim, é graças a este facto que são pouquíssimos os documentos onde se lê com “todas as letras” que tal importância foi paga à Sociedade Filarmónica Lousanense. Por conseguinte, houve que fazer uma análise cuidada aos dados sendo de destacar os seguintes aspectos:

- Nos documentos da Misericórdia da Lousã, os livros faziam referência às pessoas a quem se pagava e, nos que respeitavam à filarmónica, os dinheiros eram entregues a Adelino do Rêgo e ao Padre Adelino Correia da Costa. O nome do primeiro consta em variadíssimos documentos como o primeiro regente da S.F.L. e o do segundo, aparece nas próprias folhas de pagamento como Presidente da mesma S.F.L..
- Também não restam grandes dúvidas que as filarmónicas contratadas pelas irmandades e confrarias das diferentes freguesias da Lousã pertenciam ao próprio concelho, pois quando vinham de fora isso era referido até para, em alguns casos, justificar a despesa mais elevada.
- Por outro lado, permanece a dúvida se até 1868, ano da fusão das duas Filarmónicas existentes até então, os registos de pagamentos encontrados se referem a uma ou a outra banda. No entanto, estamos em crer que devido ao nível social mais elevado de que os elementos da S.F.L. gozavam facilmente monopolizaram o “mercado” de então (Para deduzir isto, basta lembrarmos que dos nomes ligados à S.F.L. constavam responsáveis por cargos como os de Presidente da Câmara,

---

<sup>61</sup> LAMEIRO, 1997, p. 229.

provedores da Santa Casa da Misericórdia, padres, altos responsáveis partidários, elementos das famílias mais ricas e influentes, etc). Daí inferimos que, uma grande parte daqueles pagamentos, eram feitos à S.F.L. A este respeito, convém ainda lembrar algumas características que tornam as duas Filarmónicas, de certa forma, distintas. É que, tal como a grande maioria das suas congéneres a nível nacional, a S.F.L. (como acima referimos) era constituída por pessoas de um estrato social mais elevado. Ao contrário disto, na Banda da Companhia do Papel do Prado (que como é fácil compreender foi formada em moldes completamente diferentes) os músicos eram recrutados essencialmente entre os trabalhadores da Fábrica e de outros para quem não fosse muito desonroso desfilar a par com simples operários. Este aspecto deve ter estado presente aquando da fusão das duas Filarmónicas onde o título de Sociedade Filarmónica Lousanense sobrepôs-se ao da Filarmónica do Papel do Prado<sup>62</sup>.

- Por último, o facto de os pagamentos serem feitos, na maioria dos casos, em duas somas, uma para a “*música vocal*” e outra para a “*música da procissão*”, “*orchestra*”, “*banda*” ou “*música marcial*”.

Este pormenor, leva-nos a uma questão muito interessante pois os primeiros pagamentos feitos pela misericórdia fazem referência apenas à

---

<sup>62</sup> A documentação referente à Filarmónica do Papel do Prado durante a sua curta duração no século dezanove é praticamente nula. Para a elaboração deste trabalho, contactámos a direcção da Companhia do Papel do Prado no sentido de pesquisarmos os fundos documentais da empresa ao que nos foi respondido que tais fundos tinham sido transferidos para a biblioteca municipal, local onde nada encontramos.

música vocal o que nos leva a crer que o primeiro embrião da entidade em estudo tenha sido apenas vocal ou, pelo menos, que foi esta vertente a primeira a colmatar a necessidade musical das festas religiosas da Lousã. Katherine Bruckner no seu trabalho “A Banda da terra”<sup>63</sup> defende a tese (para além de fundamentar com alguns exemplos) de que existe um período de transição entre a data de fundação das filarmónicas e os seus primeiros dias de real existência, é que havia todo um trabalho prévio de compra de instrumentos, confecção e aquisição das fardas, ensaios, etc. Estes períodos poderiam durar alguns meses. Assim poderemos concluir que é bem provável que a Banda, objecto do nosso estudo, tenha iniciado as suas actividades no ano anterior a 1853 pois em Março desse ano fez, comprovadamente, a sua primeira apresentação pelas ruas da vila.

### **4.3. Os Primeiros Anos da Filarmónica**

*“É de tradição Lousanense a existência de Filarmónicas salientando-se em 1850 a constituição de uma Sociedade Filarmónica na nossa terra. Por diversos motivos nomeadamente questões políticas de ocasião não se verificou a estabilidade de grupos musicais (...)”<sup>64</sup>.*

---

<sup>63</sup> BRUCKNER, 2005, p. 96.

<sup>64</sup> POIARES, 1989.

É realmente pena que João Mateus Poiares, ou outro com as suas preocupações documentais, não tivesse feito parte da fundação da Filarmónica na década de cinquenta do século dezanove. Este antigo Maestro que dirigiu a Banda entre 1920 e 1947 deixou este período excepcionalmente bem documentado prevendo a necessidade de mais tarde se escrever a história desta instituição.

Deixou também (embora de uma forma muito menos rigorosa) algumas pistas sobre um passado do qual teve, como é óbvio, uma visão muito mais próxima do que a nossa e que por isso é importante analisar. No entanto, não explica a razão que o leva a apontar 1850 como o ano da criação da primeira Filarmónica na Lousã. O que podemos afirmar é que o primeiro registo de pagamento à música aparece no livro de Deve e Haver da Misericórdia da Lousã e data de 1852 que refere *uma dívida do ano de 1850*, atendendo ao tempo necessário para a organização do grupo e para montar o repertório é bem provável que o primeiro projecto para criar uma Banda seja mesmo o início daquela da Década de cinquenta. No entanto, não poderemos fazer mais do que supor este facto pois este pagamento (assinado por José Daniel Montenegro, à altura o provedor da Santa Casa da Misericórdia) é feito ao padre Manuel José Ersez ou Ersoz(?), figura cujo nome apenas encontramos neste documento.

<p>O Ex. Montenegro                  Deu ao P.<sup>o</sup> Manoel José Ersoz do Sermão da Salvação                  que ainda se lhe estava a dever do anno de 1850.                  Ord. de pagam. N.º</p>	4	211400
<p>O Ex. Montenegro                  Deu ao m.<sup>o</sup> da musica vocal na procissão de S.<sup>o</sup> J.<sup>o</sup>                  Santa no anno de 1850. que ainda estava em dívida org.                  O Ex. Montenegro</p>	5	311600

**Quadro 2:** Primeira referência escrita de pagamento à música por parte da Misericórdia referindo contas em atraso do ano de 1850

**Transcrição:**

1852: Novembro:

“Idem<sup>65</sup> ao m.<sup>o</sup> <sup>66</sup> da música vocal na procissão da Semana Santa no ano de 1850 que ainda estava em dívida, ordem n.º 5 - 3\$600”.

O que é facto é que, três páginas mais à frente, surge inequivocamente a ordem para música vocal e instrumental referente ao ano de 1853.

<sup>65</sup> A expressão “Idem” era muitas vezes usado para evitar a repetição de “pagamento pela” ou “pagamento ao”.

<sup>66</sup> Refere-se ao Padre Manoel José Ersoz que, na condição de padre, também é referido na ordem de pagamento anterior a receber pelo sermão da semana santa como se pode verificar no quadro 2.



29	Idem com a música vocal na procissão da Semana Santa ordem de pagamento n.º 14	2\$400
12	Idem idem instrumental idem - ordem de pagamento n.º 15	2\$400

**Quadro 3:** Primeiro pagamento feito, expressamente à “música instrumental”.

### Transcrição:

1853: 29 de Março:

“Idem com a música vocal na procissão da Semana Santa ordem de pagamento n.º 14- 2\$400.

“ : Idem idem instrumental idem - ordem de pagamento n.º 15-2\$400”.

Como pudemos constatar, o primeiro ano em que se faz menção à música instrumental na procissão é o de 1853, sendo as anteriores referências apenas à música vocal. Assim, apesar de estarmos conscientes de que a tradição das filarmónicas, desde o início do seu movimento em todo o país, foi fortemente enraizada no canto coral religioso, particularmente nas missas solenes e procissões<sup>67</sup> para além de outras funções não religiosas como Bailes e concertos que estavam inerentes a essas mesmas festas, apenas podemos dar como historicamente comprovado a existência da Filarmónica Lousanense a partir do ano de 53. Tornamos hoje a utilizar a expressão de Álvaro Viena de Lemos “*pelo menos*” para apontar este como o ano em que a Lousã passou a usufruir deste tipo de agrupamento, no entanto, tal como

<sup>67</sup> Cf. Filarmónicas na Europa, pp.23.

aquele insigne autor lousanense, não negamos a possibilidade desta ter sido fundada um ou dois anos antes<sup>68</sup>.

Da primeira década de vida da instituição apenas chegou aos nossos dias um documento que consta da letra do “*Hymno para a Philarmónica Lousanense*”. É um documento Impresso por J.J. Botelho & Irmãos, com letra de Francisco Maria Supico e, embora não esteja acompanhado de partitura, refere o seu compositor: Januário Philomeno Velloso<sup>69</sup>. Consta ainda na sua única folha uma dedicatória a Augusto César Supico irmão do autor da letra. Depois de feita a análise cuidada à letra (transcrita em anexo), verificamos que o título é um pouco enganador visto nas suas linhas fazer uma exaltação, não à Filarmónica, mas à Lousã. Assim podemos deduzir que a ideia efectiva seria: Hino à Lousã, para a Filarmónica Lousanense tocar. Há ainda a referir que um destes exemplares (com impressão de 1857) pode ser encontrado nos reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

Dos nove anos que se seguiram, nada ficou para além dos registos de pagamentos que apresentamos em documentos anexos. Apenas em 1866 surge a primeira representação da Banda que consta de uma gravura da autoria de (Barbosa Lima)<sup>70</sup> que ilustra a colocação da primeira pedra do Hospital de São João a 24 de Julho de daquele ano. Nesse trabalho estão representadas as duas Bandas que aí tocaram, no entanto apenas uma surge num plano que permite alguma análise. Esta enverga um fardamento típico da época, ainda

---

<sup>68</sup> LEMOS, 1988, p. 104.

<sup>69</sup> Anexo 1.

<sup>70</sup> ARANHA, 1866, p. 125.

com grandes influências do estilo militar, no entanto deixemos este aspecto que iremos tratar maior cuidado mais adiante.

#### **4.4. A Actividade da Banda: Informações Fornecidas ao Governo Civil de Coimbra**

Um das fontes com maior caudal de informações sobre os pagamentos feitos à “música” são os orçamentos enviados ao Governo Civil de Coimbra pelas Irmandades e confrarias do Concelho da Lousã. Foram rasteados todos os documentos desde 1855 (apenas a partir desta data estão catalogados e conseqüentemente disponíveis) até 1912 que se encontravam devidamente catalogados<sup>71</sup>

Assim, conseguimos uma listagem de pagamentos feitos à “música” destas instituições:

- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Foz de Arouce;
- Confraria das Almas de Serpins;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Serpins;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vilarinho;
- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Lousã.

---

<sup>71</sup> Anexo 2

Feito o rastreio por todos os documentos disponíveis – que constam essencialmente de pagamentos – podemos pôr várias questões sobre a actividade da S.F.L. nas suas primeiras décadas de vida:

1. Quais as principais datas ou períodos, ao longo do ano, onde havia maior actividade da Banda?
2. Quais as quantias pagas pelos serviços prestados pela S.F.L. (ou outras Filarmónicas) e qual a lógica, se é que havia, que era tida em conta na relação preço/qualidade, preço/ época do ano ou preço/número de executantes;
3. De que maneira a *Banda* alargou o seu raio de acção a todo o concelho, com as freguesias existentes na altura à medida que as primeiras décadas avançaram.

Quanto à primeira questão, a resposta não é difícil. Apesar de nos orçamentos não vir estipulada a data dos pagamentos, não permitindo assim sabermos o dia e o mês do ano em que eram feitos, surgem muitas vezes discriminadas as festas a que se referem e, assim, verificamos que as festividades da Semana Santa são, sem dúvidas as mais frequentes. Estes dados são largamente confirmados pelos registos de pagamentos feitos pela misericórdia da Lousã<sup>72</sup>. Como segundo período com mais actividade para a banda surge, no mês de Junho, a Missa e a procissão da primeira comunhão das crianças no dia de Corpo de Deus. Outras actuações da banda são muito mais esporá-

---

<sup>72</sup> Anexo 2.

dicas e incertas e constam de cerimónias oficiais (inaugurações, tomadas de posse, homenagens a algumas personalidades, etc.), finalmente surgem referências a algumas festividades religiosas das diferentes freguesias como o São Brás de Serpins o São João (cujo o dia a ele dedicado é feriado municipal) ou a Sr.<sup>a</sup> da Nazaré no lugar da Favariça inserida na freguesia da Lousã.

Em relação aos preços pagos às Filarmónicas os dados são extremamente contraditórios. Se ao longo de toda a década de sessenta a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Lousã pagou quantias que começaram a rondar os 25\$000 e que, progressivamente foram aumentando até aos 30\$000, pagos no ano económico de 70/71, seguindo uma evolução perfeitamente coerente, a partir dos inícios de setenta os registos documentam pagamentos com importâncias completamente diferentes entre si. Embora algumas vezes venha discriminado a função da “música” (missa, marcial, coro ou organista), os valores são tão díspares que torna impossível tirarmos conclusões a este respeito. Por exemplo, no ano económico de 1865/66, a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Serpins pagou pelos serviços de “Música Vocal e Instrumental” a quantia de 40\$000 e no ano seguinte, pelo mesmo serviço, pagou 20\$000<sup>73</sup>. Tendo por base os dados disponíveis, torna-se extremamente difícil saber qual a lógica de pagamentos feitos às filarmónicas. Vejamos as várias dúvidas que se podem colocar:

- Qual a Banda que toucou num determinado ano?
- Por quantos elementos era constituída?

---

<sup>73</sup> Anexo 2.

- Qual a qualidade das diferentes Bandas e orquestras?

Talvez a hipótese mais segura de se lançar é que os pagamentos eram feitos tendo em linha de conta, principalmente, três factores:

1. O dinheiro disponível nas Irmandades e confrarias (entidades promotoras dos eventos religiosos);
2. A qualidade da formação que ia prestar o serviço<sup>74</sup>;
3. Ou até a quantidade de músicos que iam tocar a determinada festa e a quantia que cada um recebia.

Diga-se a respeito desta última situação que os músicos, na maioria das ocasiões sabiam valorizar o seu papel e havia, muitas vezes, a necessidade de personalidades importantes da sociedade local exercerem a sua influência para aqueles baixarem o cachet.

Quanto à terceira questão anteriormente colocada (sobre o alargamento da actividade da Filarmónica no Conselho), tudo parece mais simples de esclarecer. Através dos pagamentos feitos pelas confrarias e pela Misericórdia da Lousã é fácil de concluir que a primeira década e meia da existência da S.F.L. teve como campo de acção a Freguesia da Lousã e só a partir de 1865 este começou a expandir-se para Serpins. Em Foz de Arouce e Vilarinho só a partir de 1872 e 1874, respectivamente, surgem acentos de pagamentos à

---

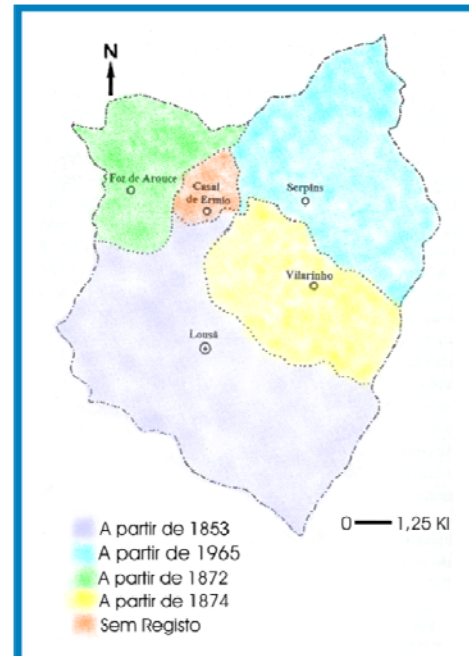
<sup>74</sup> Temos o exemplo da *ISSFA* que no ano económico de 80/81 pagou por “Orquestra e cantores” 11\$000 e no ano seguinte pagou por “Orquestra e cantores, marcial para as procissões” 30\$000 com a nota de que “tudo veio de Coimbra”. Ver anexo 3 “correspondência com o Governo Civil de Coimbra”.

*música* da missa e marcial. Estamos, no entanto, certos de que esses pagamentos feitos pelas irmandades de Foz de Arouce e Vilarinho à música da procissão não se referem à S.F.L..É que se fizermos uma análise cuidada dos dados verificamos que as quantias são bem mais baixas o que nos leva a crer que nesta altura a S.F.L. já não está activa e que, muito provavelmente, tratavam-se de pagamentos feitos a alguns músicos que eram encarregues de se juntar e tocar nas procissões e missas solenes destas duas freguesias.

Aliás é apenas no ano económico de 1874/75 que surge o registo de um gasto anormalmente grande com a *música* na freguesia de Vilarinho, um pagamento de 38\$00 réis, muito acima do habitual, leva-nos a crer que, nesse ano (por algum motivo que desconhecemos), houve a possibilidade da contratação de uma banda de grandes dimensões e, ao que tudo leva a crer, de fora do concelho.

Em relação à freguesia de Casal de Ermio, não aparecem quaisquer registos quer da actuação da Filarmónica quer da existência de qualquer Irmandade ou Confraria ali existente ao longo do século dezanove.

Feita esta análise apresentamos um quadro com aquela que é provavelmente a evolução da influência da banda em estudo no concelho ao longo das suas primeiras décadas de vida.



Apesar desta análise da documentação existente não podemos deixar de questionar se a filarmónica, nos seus primeiros anos de vida, não terá ido fazer arruadas ou mesmo concertos a estas localidades limítrofes do concelho ou para agradar a esta ou àquela personalidade, para agradecer alguma doação (como era usual na época) ou mesmo – simplesmente – para propagandar a instituição.

Como se pode calcular as condições da época não eram propícias para os avanços que hoje consideraríamos normais. Para além de um claro deficit de vias de comunicação não podemos esquecer que a maior parte das deslocações eram feitas a pé o que implicava a ocupação de muitas horas para as actuações, exigindo assim que os filarmonistas deixassem os seus afazeres, muitas vezes, ao longo de todo o dia.



No entanto era vital para as filarmónicas alargar a sua influência sob pena de estas não terem viabilidade financeira, aliás, essa talvez seja a principal explicação para as sucessivas suspensões das actividades da banda nos primeiros quarenta anos da sua existência. Mas ainda a propósito das deslocações e dos transportes utilizados nos primeiros anos da S.F.L. apenas podemos inferir do livro de receitas e despesas de 1897<sup>75</sup> que documenta o pagamento de dois carros para deslocações a Foz de Arouce, Vidual e Serpins. Repare-se que apenas estas deslocações ao longo de todo o ano demonstram bem que era praticamente incomportável garantir transporte para uma esmagadora maioria de actuações nas localidades limítrofes do concelho. E não nos podemos esquecer que este documento refere-se ao fim do século, altura onde a S.F.L. já estava muito mais estabilizada financeiramente para além de muito mais enraizada nas actividades sociais, culturais e religiosas o que lhe permitia cobrar quantias que podiam cobrir este tipo de despesas, o que com certeza não acontecia trinta ou quarenta anos antes.

Outras questões interessantes sobre as “saídas” da banda permanecerão difíceis de esclarecer como o pagamento das refeições dos músicos, será que havia um padrão de actuação que era seguido de forma geral? Será que cada entidade seguia o seu padrão de actuação próprio? Será que a S.F.L. moldava-se às diferentes situações? Em caso afirmativo, em que condições?

Enfim, muitas interrogações que, apesar de serem questões de pormenor, não deixam de ser interessantes.

---

<sup>75</sup> Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

#### **4.5. A Viabilidade Financeira**

Montar uma Banda é tarefa que, já nesta altura, não era barata. Para além de todo o instrumental havia de confeccionar ou comprar o fardamento, alugar sala de ensaio, adquirir todo o material como partituras, estantes, pagar a maestro, copiadores, andadores<sup>76</sup>, etc.

Esta razão, a juntar a muitas outras, limitava muito o ingresso das pessoas às bandas. Mesmo numa banda como a da Companhia do Papel do Prado, apesar de ser uma banda de operários, não era fácil poder pertencer-lhe<sup>77</sup>. É que ser operário de uma fábrica já era motivo para gozar não só gozar de algum estatuto social, mas também para ter algum desafogo financeiro, isto numa sociedade que vivia, praticamente toda ela, do sector agrícola num carácter de mera subsistência.

O que queremos dizer, é que apesar de poder não ser rico, o filarmonista teria de ter alguma disponibilidade financeira, pelo menos num primeiro momento, pois posteriormente a filarmónica passava a ser uma fonte de

---

<sup>76</sup> Nesta altura as colectividades utilizavam um sistema de cobrança de quotas que constava de um “andador” (deve dizer-se que ainda hoje a filarmónica tem uma pessoa incumbida da tarefa de fazer cobranças) que era alguém encarregue de recolher o dinheiro dos sócios. O pagamento a esta figura aparece nos livros de receitas e despesas de praticamente todas as colectividades (Irmandades, confrarias e sociedades) investigadas para este trabalho.

<sup>77</sup> Aquilo que sabemos sobre esta banda é muito pouco, depois de contactada a direcção, no sentido de conseguirmos documentação acerca da sua formação no século XIX, esta respondeu por escrito dizendo que já não possui qualquer arquivo relacionado com o assunto e que este foi transferido para a Biblioteca municipal, local onde nada encontramos. Assim ficará em aberto (quem sabe para outro trabalho) este interessantíssimo aspecto que se relaciona com o financiamento de bandas Filarmónicas no século XIX por parte das grandes indústrias que não é único da Lousã.

receita - pequena é certo - para os músicos. Esta afirmação é baseada em historiais de outras filarmónicas que, na maioria dos casos, esclarecem que os músicos eram responsáveis pela compra do fardamento e do instrumento. No caso da Sociedade Filarmónica Lousanense os documentos indicam situações de beneméritos que fazem doações com a finalidades específicas como comprar instrumentos ou fardas para as actuações. Apenas num documento disponível faz-se referência a que o músico tinha de suportar despesas com a filarmónica. Trata-se, da entrevista dada Por Ruy Caetano, ao “O Povo da Lousã” aquando da inauguração da sede em Julho de 1934. Ali, o antigo filarmónico relata que em 1889<sup>78</sup> ele tinha entrado para a Filarmónica e que, por motivos políticos esta se tinha dissolvido. No entanto passado algum tempo alguns músicos contactaram o então aspirante da Fazenda Francisco Simões de Carvalho para que este assumisse o cargo de Regente. Feito o acordo cada músico pagava ao mestre oito tostões o que – segundo as suas palavras – era um autêntico milagre financeiro que cada um fazia ao pagar mensalmente esta importância. De qualquer maneira este episódio só vem reforçar a nossa anterior ideia de que entrar para a Filarmónica não era para qualquer um.

Outro aspecto a não descurar é o de que não havia, nesta altura, nenhum tipo de apoio camarário (encontrámos somente o assento de um pagamento feito por aquela entidade à S:F:L. ao longo das quatro primeiras décadas de existência e não passou de um serviço feito nas festividades da vila no ano de 1870)<sup>79</sup>. Pensamos que este factor deve-se, essencialmente, à forma como

---

<sup>78</sup>Apesar de não referir o ano especificamente, indica uma distância temporal de 45 anos.

<sup>79</sup> Livro de Contas da Câmara Municipal Lousã, 1849-1894.

as pessoas da altura achavam que deveriam ser aplicados os dinheiros públicos. Se era assim em Lisboa onde as orquestras e bandas tinham de se socorrer ao mecenato (por não haver dinheiros públicos para a cultura) porquê deveria ser diferente na província?

Assim a afirmação da Filarmónica como entidade de interesse público fez-se paulatinamente nunca chegando a ter, naquela altura, verdadeiramente condições de financiamento ao ponto de a sociedade existir desafogadamente. Resta-nos a consolação de saber que, na maioria das vezes, a maior despesa feita nas festas religiosas, levadas a cabo pelas diferentes irmandades e confrarias do concelho, era com “*a música*”.

A este propósito, um caso interessante, dos poucos muito bem documentados, refere-se a uma adenda feita ao orçamento suplementar que a Irmandade de São Silvestre fez para enviar ao Governador Civil de Coimbra no ano de 1862<sup>80</sup>. Explicava-se ali que a importância gasta com a *música* era muito pequena em relação ao ano anterior porque os músicos, graças à influência de pessoas importantes da vila, aceitaram ganhar muito menos do que era usual. É que não havia dinheiro e, mesmo para o pouco que aqueles resolveram aceitar, foi necessário fazer uma subscrição, pois nada havia nos cofres da Irmandade para lhes pagar<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Anexo 2.

<sup>81</sup> Não podemos deixar de fazer aqui uma pequena pausa para reflexão, este episódio revela a importância dada à música e à função que esta tinha nas Festas Religiosas e ao empenhamento que a Igreja e as pessoas mais importantes da Lousã tinham para que a música estivesse presente nas celebrações religiosas (Missas e Procissões).

Talvez não seja descabido fazer aqui uma observação sobre como os músicos amadores encaravam, neste tempo, a actividade musical. Em todos os documentos que encontrámos, verificámos que os músicos (quer das bandas como cantores ou organistas) valorizavam o seu papel nas cerimónias e festividades da sociedade de então. Apesar de hoje em dia ser prática das filarmónicas pagarem aos seus músicos, os valores actuais pagos pela S.F.L. são praticamente inócuos o que nos levaria a dizer, e perdoem-nos o plebeísmo, que “não dão para fazer cantar um cego”. Tudo nos leva a crer que, na segunda metade do século XIX os músicos entravam nas negociações e tinham uma visão muito mais individualista tendo sempre como principal premissa o benefício próprio.

Depois de dados os primeiros passos esta formação teve de se virar para os seus problemas de manutenção. As ideias, neste capítulo e ao que parece, eram semelhantes em todo o país, consistiam essencialmente em sócios, protectores e ordinários, doadores (que normalmente exigiam pequenas actuações nas próprias residências para além de, como é obvio, exigir poder exercer a sua influência no funcionamento e serviços da Banda) e finalmente os serviços às missas, procissões e festas religiosas. É certo que os sócios protectores tinham obrigações mais dispendiosas, no entanto as suas quotas eram aumentadas ou diminuídas consoante suas ordens, o mesmo não acontecia com os sócios ordinários visto estes pagarem apenas uma quota mínima.

As doações funcionavam de forma diferente, é que variavam desde alguns tostões à doação de instrumentos, fardas<sup>82</sup> ou quantias mais avultadas que mereciam atenção especial como visitas ao domicílio com grande aparato ou entrega do título de sócio benemérito. No Livro de Receitas da S.F.L. de 1897<sup>83</sup> podemos encontrar:

*“ Donativo de César de Figueiredo quando o fomos cumprimentar  
.... 10\$000.”*

Algumas vezes, as ofertas (ou quem as fazia) eram revestidas de uma tal importância que dava mesmo razão à divulgação através da Imprensa. Como exemplo vejamos uma notícia do número 213 do Jornal da Lousã que data de 1 de Junho de 1889:

*“A philharmonica lousanense foi, no domingo de tarde,  
cumprimentar o sr. Conde de Foz d’Arouce e agradecer o  
donativo, por elle offerecido à sociedade, para a aquisição de  
instrumentos.*

*Depois de ter executado varias peças de musica, regres-  
sou a philharmonica a esta villa, muito penhorada, pela maneira  
captivante com que foi recebida por tão illustre titular”.*

---

<sup>82</sup> Álvaro Viana de Lemos, sem referir o ano, dá conta da oferta do fardamento para toda a Banda por parte de Dona Ana da Costa Santos, in LEMOS, 1988, pp. 105.

<sup>83</sup> Reservados da B.M.L.

Cerca de um ano e meio antes, naquele semanário, nos números 138, de 24 de Dezembro de 1887, e 139, de 31 de Dezembro do mesmo ano, publicavam-se as seguintes notícias:

*“Philarmonica lousanense:*

*No último domingo, a philarmonica lousanense, foi agradecer aos cavalheiros, que subscreveram para a compra de instrumentos, como em tempos noticiámos, executando por essa ocasião varias peças de musica”*

*“Philarmonica lousanense:*

*Esta philarmonica saiu novamente, na segunda-feira, afim de agradecer a alguns cavalheiros de Serpins, que também concorreram, com os seus donativos, para a compra dos ultimos instrumentos.*

*Pelo reverendo prior d’aquella freguezia, Francisco Antonio Pinto, e pelo sr. Francisco Raphael Villar, foi-lhe offerecido, com bizzarria que tanto distingue estes cavalheiros, um profuso «lunch», que correu com a maior animação e onde se trocaram os brindes mais cordeaes.*

*D’alli seguiram para a Quinta da Cachaça, onde, pelo nosso amigo José Lopes Ferreira, foi acolhida com a sua costumada e proverbial franquesa, regressando já de noite a esta vila.”*

Mas não nos esqueçamos das profundas ligações que as filarmónicas estabeleceram com a Igreja<sup>84</sup>. Na Lousã não houve excepção e a documentação disponível é esmagadoramente relacionada com os serviços efectuados nas missas e procissões tanto a cantar como a tocar e, nesse aspecto, foi graças à Misericórdia da Lousã e à Irmandade de São Silvestre que a S.F.L. conseguiu dar os seus primeiros passos.

No entanto, com o passar dos tempos os poderosos do concelho, tal como em todo o país, depressa verificaram o agrado com que o povo ouvia a Filarmónica. Depressa entenderam que esta não podia ser apenas um instrumento ao serviço da Igreja e da cultura mas que teria de passar a servir, também, as suas conveniências pessoais e políticas, por outras palavras, o nobre ideal romântico que tinha criado as filarmónicas desvaneceu tendo prevalecido os interesses mais mesquinhos e repugnantes da política. Aquilo que numa primeira fase foi óptimo para a S.F.L. pois teve assim mais uma fonte de receitas, isto é sócios protectores e donativos avultados de pessoas com poderio económico, tornou-se num factor de tal forma perverso que viria a marcar determinadamente a instabilidade da vida da colectividade até, pelo menos, à proclamação da República. Este ponto é de tal importância que iremos voltar a ele mais adiante.

#### **4.6. A S.F.L. e a Santa Casa da Misericórdia da Lousã**

A confirmar a situação apresentada no capítulo anterior (onde se demonstrou que nos primeiros catorze ou quinze anos de vida a SFL manteve a sua

---

<sup>84</sup> cf. “As Filarmónicas na Europa, O Caso Português”, p. 21.



actividade circunscrita apenas à Freguesia da Lousã), podemos verificar os pagamentos feitos pela Misericórdia da Lousã que apontam para que a Filarmónica terá tido o seu primeiro mercado na Vila e só depois terá alargado a sua área de influência. Pensamos que a relação entre a S.F.L. e a Misericórdia da Lousã foi de tal maneira importante para a instituição que se justifica fazermos uma enumeração dos acetos feitos por serviços prestados com a devida transcrição.

Temos assim os seguintes assentos:

1. Livro de receitas e despesas 1850 a (?) e 1868 a (?)<sup>85</sup>
  - 1.1. 1853, 29 de Março: Idem música instrumental.
  - 1.2. 1854, idem música instrumental
  - 1.3. 1855, idem música vocal (p. 27)
  - 1.4. 1856, idem música vocal 2\$400
  - 1.5. 1856, 14 de Abril, Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa Director da Sociedade Filarmónica Lousanense pela música na procissão de 6ª Feira Santa.
  - 1.6. 1857, 14 de Abril, idem (p. 32) 3\$400.
  - 1.7. (?)<sup>86</sup> idem vocal e instrumental (pag.39) 9\$600
  - 1.8. 1860, idem idem (p.50) 10\$200.

---

<sup>85</sup> Os livros têm apenas o ano de início não tendo sido, nenhum deles, finalizado.

<sup>86</sup> Por deterioração esta palavra está, para nós, ilegível.

- 1.9. 1861, 3 de Abril, Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa Director da Sociedade Filarmónica Lousanense pela música na procissão de 6ª Feira Santa (p. 54).
- 1.10. 1861 6 de Julho, Idem da música no Final(?) da Visitação (pp. 54): 4\$800
- 1.11. 1862, 19 de Abril: Idem (pp.57): 12\$480
- 1.12. 1863, 10 de Abril: idem (pp. 63): 11\$160
- 1.13. 1864, 31 de Março: idem Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa (?) pela música na procissão de 6ª Feira Santa (pp. 68): 13\$080.
- 1.14. 1866, 23 de Abril: Idem a Adelino do Rego (pp. 77) 12\$600
- 1.15. 1867, 29 de Maio: Idem a Adelino do Rego (pp. 81) 13\$080
- 1.16. 1868, 12 de Abril: Idem a Adelino do Rego (pp. 84): 14\$360
- 1.17. Numa folha solta encontra-se neste livro um documento com o seguinte texto: “*O Director da Filarmónica é devedor (?)*” não fazendo referência nem à data, nem à importância, nem tão pouco à razão de tal dívida.

Fazendo uma análise dos dados acima apresentado verificamos que a filarmónica terá tido, pelo menos quinze anos de actividade ininterrupta desde a sua criação até finais da década de sessenta (1868). Brito Aranha, em seu livro “*Memórias Histórico-estatísticas*”<sup>87</sup>, diz-nos que foi nesse ano que as duas filarmónicas existentes no conselho se juntaram. Ora tendo em conta o

---

<sup>87</sup> ARANHA, 1871, p.110.

pagamento feito pela Câmara Municipal da Lousã em 1870 (o único, que encontramos, feito à *música* por aquela entidade mas de vital importância para o nosso estudo) verificamos que a filarmónica deverá ter mantido a sua actividade ininterruptamente até o início da sétima década do século XIX.

Também fica claro na listagem feita que com o decorrer do tempo o trabalho da filarmónica foi sendo valorizado e, ano após ano, a filarmónica foi recebendo mais pelo seu trabalho tendo em década e meia mais do que quadruplicado o seu cachet, pelo menos em relação à Misericórdia Lousanense.

#### **4.7. Os Milheiros e os Canários - A Coexistência e a fusão com a Filarmónica da Fábrica do Papel do Prado**

Conhecidos nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX por Milheiros e Canários, não sabemos hoje com certeza a quem pertencia uma ou outra alcunha. O que é facto é que Também pode ter desestabilizado a S.F.L., nos seus primeiros anos, o facto de ter uma concorrente directa no mercado da altura, e ainda como se não bastasse, era uma banda formada por operários da Fábrica do Papel do Prado. Como já atrás referimos, tocar numa filarmónica era, de alguma forma, honroso pois esta actividade na altura “*não era para qualquer um*”<sup>88</sup>, exigia conhecimentos musicais tanto ao nível da leitura, teoria portanto, como da prática o que conferia aos executantes o estatuto de artista da mais nobre arte, tal como – nos parece – ser

---

<sup>88</sup> “... de reluzente farda vestida impõe-se na sua aldeia e a namorada olha-o com mais desvanecimento e os amigos distinguem-no; e quando chega a ser bom executante, se enche de vaidade e muito gosta de ser rogado e que lhe digam que faz falta; ...”, in FREITAS, 1946, p. 23.

vista na altura. Ora haver uma filarmónica constituída por simples operários que tinham a veleidade de ombrear com a “fina for” da sociedade lousanense foi, com certeza, algo perfeitamente incomodativo. Assim não é de estranhar que Brito Aranha refira que os conflitos acabaram, no entanto, com a fusão dos dois agrupamentos (segundo este autor, isto aconteceu por volta de 1868) até porque o concelho, em caso nenhum, tinha condições para suportar a existência de duas Filarmónicas. Isto parece-nos claro pela simples razão de não ser um concelho nem grande nem rico.

Se existem poucos documentos acerca dos primeiros anos de vida da S.F.L., em relação à sua congénere da Fábrica do Penedo (assim como era conhecida a actual Companhia do Papel do Prado) muito menos existe. Sabemos apenas que terá surgido praticamente ao mesmo tempo que a banda objecto do nosso estudo e que se extinguiu por volta do, já referido, ano de 1868. A total falta de documentação que a Administração daquela empresa diz existir nos arquivos da fábrica foi justificada com a passagem dos arquivos da fábrica referentes a esta época para a Biblioteca Municipal, lugar onde nada encontramos.

O aparecimento desta Filarmónica de operários, corresponde a um fenómeno, de alguma forma, díspar daquele que originou o aparecimento da Sociedade Filarmónica Lousanense, ao qual já fizemos referência, mas que aqui não cabe esmiuçar. No entanto é sintomático do esforço feito por diferentes entidades (neste caso entidades industriais) para, enquadrada numa cultura iluminista da época, desenvolver este tipo de agrupamento e também da avidez que o povo nutria pela cultura musical.

Muito mais tarde, já nos anos vinte do século passado esta banda renasceu, tendo sobrevivido até 1953 altura em que, definitivamente, se extinguiu.

#### **4.8. A Legalização da S.F.L. Perante o Governo Civil de Coimbra**

Voltando ao objecto do nosso estudo, existe outra questão deveras interessante a colocar, e esta é: Já na altura, e a nível nacional, os Governos Civis exigiam que as diferentes organizações estivessem devidamente legalizadas e possuísem estatutos. Para além disso exigiam ainda o envio anual de uma cópia dos respectivos orçamentos - o que permitia - controlar os diferentes movimentos associativos bem como as suas actividades. Eugénio de Lemos a quem foi encomendado um resumo histórico da Sociedade Filarmónica Lousanense, no âmbito das comemorações das Bodas de Diamante da instituição em 1972 não tem grandes preocupações com o período que antecede a data oficial da fundação em 1897. Refere no entanto, que chegou ao seu conhecimento a existência de uma escritura feita na década de cinquenta da centúria oitocentista e que, em sua busca, vasculhou nos arquivos da Universidade de Coimbra<sup>89</sup>. Também nós a procurámos num esforço inglório pois, tal como Eugénio de Lemos, nada encontramos.

Sobre este aspecto, devemos realçar que o Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.) tem publicado anualmente Boletins com o catálogo de documentos que vão sendo aos poucos inventariados. Um dos trabalhos mais interessantes e que está ligado ao objecto deste estudo é o Catálogo dos Alvarás do Governo Civil de Coimbra entre 1835 e 1949. Nele conseguimos encontrar os Alvarás de aprovação dos estatutos de 17 Filarmónicas, mas quanto à S.F.L. nada. Fizemos uma abordagem à Arquivista que dirigiu o trabalho, Dr.<sup>a</sup> Ludovina Cartaxo Capelo, que muito amavelmente nos explicou que é muito provável que tal documento esteja perdido por entre outros

---

<sup>89</sup> LEMOS, 1972, p. 11.

milhares que ainda não foram trabalhados pelos arquivistas. Por outras palavras, seria muito difícil encontrá-lo sem um “milagroso” golpe de sorte. No entanto, em anexo a este trabalho, Mostramos a lista de Alvarás com aprovação dos estatutos já catalogados pelo A.U.C.

Estes Alvarás eram lavrados de uma forma bastante simples e, depois de escrito um num determinado livro de registos era normal que os seguintes apenas mencionassem: “*idem ao número (...) da página (...)*”. A título de exemplo, transcrevemos o Alvará n.º 142 Sociedade Filarmónica Figueirense da Figueira da Foz, de 22 de Junho de 1869:

***Alvará***

*Em 22 de Junho de 1869*

*N.º 142 – José Gomes da Costa.*

*Havendo sido apresentados n’este Governo Civil, para o effeito de serem approvados, na conformidade do Decreto de 22 de Outubro de 1868 os estatutos da sociedade philarmonica figueirense: -*

*Tendendo a que o fim desta associação é o recreio dos socios e mutuo auxilio dos associados: -*

*Considerendo que as associações d’esta natureza tendem a melhorar a sorte dos associados e muito contribuem para a sua moralização: -*

*Conformando-me com o parecer do Conselho de Distrito proferido em sessão de 15 de Julho corrente: -*

*Aprovo os estatutos da sociedade philarmonica figueirense, que constam de quarenta e um artigos distribuidos por cinco titulos e escritos em sete folhas de papel sellado e rubricadas pelo primeiro official senvido de Secretario Geral do Distrito, ficando a associação sujeita nos termos de direito à ficacalisação administrativas e bem assim às disposições da lei de 31 de Maio de 1853, e 7 de Abril*

*de 1864, com a clausula expressa de ser retirada esta aprovação logo que a sociedade se desvie dos fins da sua instituição, não cumpra fielmente os seus estatutos ou deixe de enviar annualmente à Direcção Geral do Comércio e Industria, por intermédio do Governo Civil ddo Distrito o relatório e contas da sua gerência.*

*Não pague direitos de mercê nem de sello por não os dever.*

Outros alvarás fazem ainda referência ao “*rigor no uso do fardamento*” a que a Banda deveria prestar especial atenção, no entanto todos os registos encontrados tinham, basicamente, os pormenores acima apresentados.

Fazendo um breve rastreio pelo historial das filarmónicas acima mencionadas<sup>90</sup>, é fácil verificar que as datas de fundação das diferentes Bandas não coincidem com as dos alvarás de aprovação dos estatutos das diferentes formações estando, por vezes, separados por décadas. Citemos apenas o exemplo da Sociedade Filarmónica de Arganil cuja fundação remonta a 1852 (por iniciativa do padre Manuel da Costa Vasconcelos Delgado) e cujo Alvará data de trinta e cinco anos mais tarde<sup>91</sup>. Desta maneira, é fácil concluir que estes agrupamentos surgiam sem grandes preocupações do ponto de vista legal e que, só mais tarde, quando assumiam um papel verdadeiramente activo e consolidado nos acontecimentos locais (e que por isso a entidade buscava uma organização e um enquadramento mais sério) se dedicavam à sua legalização formal. Outra conclusão a tirar da análise da listagem feita, é a grande preponderância dos concelhos – vizinhos entre si - da Figueira da Foz e Montemor-o-Velho no movimento Filarmónico da segunda

---

<sup>90</sup> Anexo 3.

<sup>91</sup> VI Encontro Distrital de Filarmónicas, 2003, p. 18.

metade do século XIX. Acrescente-se ainda o facto da Sociedade Filarmónica Figueirense ter recebido dois Alvarás de Aprovação de Estatutos (1869 e 1881) o que poderá indicar ou a sua reestruturação (com a aprovação de novos estatutos) ou mesmo de uma “nova fundação” tal como aconteceu com a S. F. L..

Não devemos, apesar de tudo, achar que seria uma descoberta fundamental o aparecimento do alvará da S.F.L., isto porque nele não estão contemplados nomes ou discriminados os estatutos. Seria, para além de reconfortante, importante para revelar o ano provável da realização dos primeiros estatutos que, com certeza, foram feitos antes da última década da décima nona centúria. Resta-nos a consolação de que não é este o único caso de desaparecimento do alvará visto que nesta época foram fundadas, para além das supra nomeadas, mais de uma dezena de filarmónicas das quais os alvarás não foram ainda encontrados<sup>92</sup>.

#### **4.9. O obscuro período entre 1871 e 1886**

Eugénio de Lemos, refere a extinção da Filarmónica muito antes de 1886<sup>93</sup>, ano em que inequivocamente foi reorganizada a Filarmónica:

---

<sup>92</sup> Esta contabilidade foi feita com base no historial das diversas Filarmónicas do Distrito de Coimbra [FFDC].

<sup>93</sup> LEMOS, 1972, p. 13.



*“E assim se chegou a 1886, por se ter dissolvido havia muito a filarmónica que existia na nossa terra, eram convidadas as de fora para fazer as festas locais.”*

É obvio que nos cabe a nós, verificar o significado deste “havia muito” a que este autor faz referência, também será nossa obrigação tentar descobrir as fontes que o levam a afirmar que outras bandas vinham de fora para tocar nas nossas festas locais. Para tal não nos resta outra alternativa a confrontar os diferentes dados referentes a ordem de pagamentos feitos pelas diferentes entidades da época. Não nos esqueçamos que a Imprensa só chega à Lousã em 1885<sup>94</sup>, pelo que das primeiras três décadas e meia (aproximadamente) de existência da S.F.L. só restam alguns documentos dispersos e extremamente lacónicos.

Tendo isto sempre em linha de conta, verificamos que no orçamento da confraria do Santíssimo Sacramento e S<sup>a</sup> do Rosário de Foz de Arouce de 1881/82 faz-se, pela primeira vez, referência à música de orquestra, vocal e marcial vinda de Coimbra. Para além disso, a confraria do Santíssimo Sacramento de Serpins faz, nesse mesmo ano e no subsequente, uma despesa invulgarmente grande com a *música* (também esta de orquestra, vocal e marcial). Gastou 50\$000, o que não se sucedeu (nem antes nem depois) em mais nenhum ano em mais nenhum local. Isto, apesar de não fazer referência à origem da Filarmónica, leva-nos a crer que certamente do concelho não seria.

Ao analisarmos cuidadosamente os pagamentos feitos pelas diferentes confrarias do concelho, verificamos uma grande discrepância nos montantes

---

<sup>94</sup> Fundado em 1885 chamava-se o “Jornal da Lonsan”

pagos à *música marcial*. Se exceptuarmos o ano económico de 73/ 74 onde a ISSS pagou 30\$000 pela música vocal para a Igreja e instrumental para a procissão, verificamos que todos os outros pagamentos são muito baixos para o mercado de então. Estamos em crer que já não se tratava da Filarmónica mas sim de “ajuntamentos” de músicos que dela tinham sobrado e que faziam o acompanhamento das procissões e missas solenes. Portanto estamos em crer que em 1872 a S.F.L. já não funcionasse como tal mas sim apenas como fragmentos que dela restaram.

Este aspecto parece-nos bastante interessante, é que sugere haver nos anos seguintes em que acontece uma desintegração da Filarmónica uma espécie de “vida latente” da instituição em que pequenos grupos continuam a manter a actividade musical, com muito pouca “música marcial” nas procissões<sup>95</sup>, mas com actuações nas missas mais solenes com pequenas orquestras e coros cobrando *cachets* mais modestos.

Por outras palavras, o que queremos dizer, é que feita a análise de pagamentos feitos à *música*, torna-se extremamente difícil apontar com exactidão as datas onde a filarmónica deixa de funcionar enquanto tal. Parece-nos claro que elementos da Banda mantinham a actividade musical nestes períodos tanto ao nível vocal como instrumental para, assim, não só satisfazerem as necessidades das festas religiosas como também para os próprios poderem ganhar algum dinheiro.

---

<sup>95</sup> Existe apenas uma referência explícita a este tipo de situação e é em Foz de Arouce no ano de 1884-85 com uma gratificação de 21\$000, ver anexo 2.

#### **4.10. A Reorganização em 1886**

É irrefutável que a importância assumida pelas filarmónicas neste período na vida das populações não permitiu que (apesar de todas as vicissitudes) os homens com poder de decisão descurassem este aspecto. Pensamos poder afirmar, sem necessidades de grandes fundamentos teóricos, que as Filarmónicas funcionavam como um símbolo do orgulho local que os diferentes concelhos ou freguesias necessitavam ostentar, o que ainda hoje, indiscutivelmente, acontece. Vejamos esta notícia de 1886 para assim comprovarmos que na Lousã não era diferente:

*“Por isso, aos 15 de Dezembro, se reuniram, nas moradas de Francisco Maria do Rêgo, que acumulava as funções de Secretário da Câmara com as de regente de música, os devotos lousanenses João Augusto da Costa, Ernesto Conrado de Mesquita, Francisco Pereira Correia de Seixas e José Augusto do Rêgo.*

*Resolveram constituir uma nova filarmónica e formar uma orquestra, convidado para fazer parte duma e doutra quase todos os indivíduos que compunham a dissolvida e ainda todos os demais que estivessem em circunstâncias de ser admitidos.*

*Como, porém, se tornava necessário a angariação de fundos para compra do instrumental respectivo, mais resolveram abrir uma subscrição pública através do jornal da Lousã, convidando todos os que tivessem interesse no engrandecimento da nossa Terra, quer aqui residindo, quer vivendo longe dela, a concorrer com os seus donativos para tão útil fim.*

*Procederam depois à distribuição dos diferentes cargos, tendo ficado com a presidência João Augusto da Costa; a Secretaria foi entregue ao Professor Correia de Seixas; a Tesouraria a Ernesto Mesquita; a regência da filarmónica a José Augusto do Rêgo e a da orquestra a Francisco Maria do Rêgo”<sup>96</sup>.*

A acção foi coroada de sucesso e, segundo Eugénio de Lemos, a 10 de Janeiro do ano seguinte, noutra reunião que teve o patrocínio pessoal do então presidente da Câmara, João Pedro Tomaz Pippa, foi decidido que a Filarmónica tinha condições para funcionar.

Também foi encomendada a impressão de cartazes onde era feito o mesmo apelo e dos quais chegou até nós um exemplar

Segue-se um período conturbado que, mais uma vez, acabará por levar a nova desintegração da Sociedade.

*“Fui para essa Filarmónica que há já 45 anos (...) e passados cerca de dois anos e por motivos que eu não sei explicar essa bela filarmónica acabou”<sup>97</sup>.*

Também não é fácil saber a data exacta da dissolução a que fizemos referência, no entanto esta pista deixada por Ruy Caetano leva-nos a fazer contas e a concluir que este entrou para a Filarmónica em 1889 e que, portanto, esta se teria extinguido em 91 ou 92. No entanto algo falha quando vemos o

---

<sup>96</sup> LEMOS, 1972, p. 13.

<sup>97</sup> CAETANO, 1934.

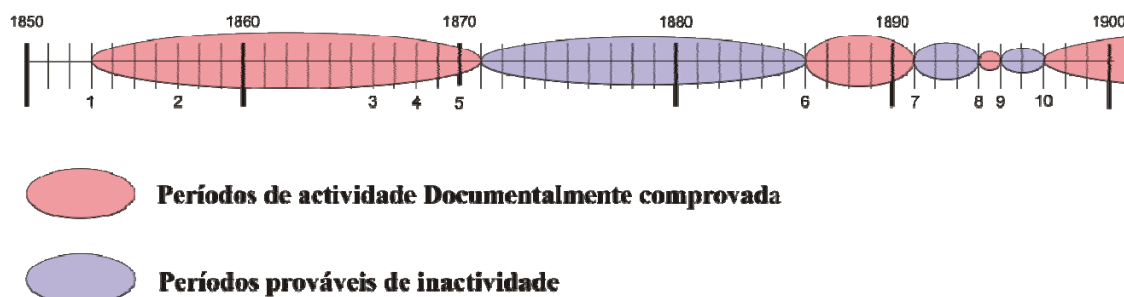
nome de Ruy Caetano no abaixo-assinado de 1886<sup>98</sup>. Poderá Ruy Caetano ter-se enganado nas contas ou, por outro lado a datação deste documento (feita posteriormente a lápis) estará errada? Não sabemos ao certo, o que é indubitável é que a nova desagregação deve ter-se dado em 91, pois, entre 1891 e 1894, para além de surgirem o nome de bandas de fora a actuar nas festas do concelho, o *Jornal da Lousã* que dá grande atenção às actividades da S.F.L. sempre que existe qualquer actividade (mesmo de ensaios), nos anos de 1892 e 1893, revela uma completa ausência de notícias sobre a SFL falando apenas de actuações de uma orquestra no teatro que, entretanto havia sido construído. Apenas a 29 de Setembro de 1894 no número 483 do *Jornal da Lousã* surgem novas sobre a S.F.L..

Novamente surge neste período de inactividade da Banda, sinais claros daquilo a que apelidámos de “*vida latente*” e a que já fizemos referência. É que em 86, para além da Banda a qual era orientada, neste período, por José Augusto do Rêgo, foi também organizada uma orquestra cujo maestro era Francisco Maria do Rêgo. Ora neste período surgem notícias da actuação desta orquestra bem como da organização de uma tuna ensaiada por José Augusto do Rêgo com o propósito de tocar nos intervalos das peças de teatro, no entanto – e ao que parece – não passou de uma tentativa frustrada.

Chegados a este período, parece-nos que é já possível, em jeito de resumo, apresentarmos um gráfico com os acontecimentos mais importantes entre 1853 a 1897.

---

<sup>98</sup> Anexo 6.



**Quadro 5:** Intermitência da actividade da actividade entre os anos de 53 a 97.

**Legenda:**

- 1- 1853: Ano da Fundação
- 2- 1857: Ano da impressão do "Hymno Para a Philharmonica Louzannense"
- 3- 1866: Ano da publicação da primeira gravura onde aparecem duas filarmónicas a SFL e a Filarmónica da Companhia do Papel do Prado, na cerimónia do lançamento da primeira pedra do Hospital de são João.
- 4- 1868: Ano aproximado da unificação das duas Filarmónicas existentes no concelho (os milheiros e os canários).
- 5- 1870: Ano da último registo de pagamento que encontrámos feito à S.F.L., feito pela Câmara Municipal da Lousã (anterior a 1886)
- 6- 1886: A primeira tentativa de reorganização.
- 7- 1891: ano provável da nova dissolução.
- 8- 1894: Em Setembro dá-se uma nova reorganização com a fusão entre as direcções do Teatro e a da Sociedade Filarmónica Lousanense.

- 9- 1895: Incidente político entre a Filarmónica e o Jornal “Jornal da Lousã” que provavelmente dá origem à última dissolução.
- 10- 1897: Ano da última reorganização que perdura até aos nossos dias.

#### **4.11. O Teatro da Lousã**

A abordagem à história do Teatro da Lousã, neste trabalho, faz todo o sentido visto que as actividades das duas colectividades estiveram intimamente relacionadas, tanto ao nível das actividades culturais que desenvolviam como com as pessoas empenhadas no sucesso das duas instituições.

Dinis Alves, no âmbito do projecto “*Lousã em Datas*” fez uma compilação que reúne documentos relacionados com o teatro e à qual deu o nome “*Do teatro Club ao Cine Teatro da Lousã*”. Fazendo um levantamento exaustivo de documentos relacionados com aquela instituição. Grande parte da documentação apresentada refere-se ao século XX, no entanto são apresentadas cópias (em anexo) de nove crónicas publicadas entre 22 de Janeiro e 15 de Abril de 1944, no Jornal “*O Povo da Lousã*”, que se reportam, em grande parte, à fundação do Teatro Lousanense. O seu autor, que assina simplesmente “M.”, diz-se na posse de documentos que comprovam a forma como o edifício foi erigido e que passamos a resumir<sup>99</sup>:

---

<sup>99</sup> ALVES, 1997, pp. 195-204.

A 16 de Março de 1862, na Casa da Administração do Concelho, fez-se a primeira reunião com a finalidade de se construir, na Lousã, a primeira sala de teatro da sua história. Nessa reunião, foram tomadas várias decisões das quais se destacam três:

- Convidar todos os cavalheiros do Concelho a contribuírem com qualquer donativo para a formação do Teatro;
- A Base de entrada como sócio deveria ter um valor mínimo de quatro mil e quinhentos réis (o que os levaria a gozar de todas as regalias expressas num regulamento feito e aprovado posteriormente pela assembleia geral de sócios);
- Nomeou-se naquele instante uma comissão encarregada de fazer os convites, promover os donativos e dirigir os trabalhos de organização do mesmo Teatro.

Essa comissão foi formada e tinha como titulares dos cargos as seguintes pessoas: Dr. Nuno Caetano de Matos Ferrão (Presidente), Dr. José Daniel de Carvalho Montenegro (tesoureiro), João Gonçalves de Lemos, Fernando de Magalhães Mexia Macedo Pimentel Bulhões. A Acta foi escrita por Adelino Correia da Costa que ficou como secretário<sup>100</sup>.

Segundo “M.”, as actas não revelam como foi adquirido o terreno para fazer a obra, no entanto Álvaro Viana de Lemos, refere que este foi oferecido pela família Magalhães Mexia não indicando, no entanto, a fonte<sup>101</sup>.

---

<sup>100</sup> ALVES, 1997, p. 198.

<sup>101</sup> LEMOS, 1988, p. 105.



A construção do edifício começou de imediato e foi concluído num espaço, relativamente, curto de tempo. Porém foi extremamente cara comparativamente àquilo a que os seus dinamizadores estavam à espera. Para além disso, não foi fácil sensibilizar as pessoas para o efeito o que exigiu, por quatro vezes a contracções de empréstimo, as três primeiras de duzentos mil réis e uma última de cem mil réis. Mesmo assim o dinheiro não chegou havendo ainda de apelar à generosidade de dois lousanenses emigrados no Brasil que enviaram os seus donativos. Eles eram João Elisário Montenegro e Pompeu Augusto César da Costa. Sabemos hoje apenas que os montantes enviados eram “avultados”.

Assim, a 29 de Dezembro do referido ano de 1862, foi feita uma Assembleia Magna de Sócios onde se resolveu que a data de inauguração do Teatro seria a 1 de Janeiro de 1863 com a primeira récita. Para além desta, foram mais três as decisões:

- Visto o Teatro estar bastante empenhado, a récita fosse a dinheiro;
- Que nela tivessem entrada gratuita as pessoas empregadas, bem como os sócios da Filarmónica;
- Que aos sócios representantes e empregados na orquestra se desse, como gratificação dos serviços prestados, àqueles dois bilhetes e a estes um.

Com a listagem dos preços, cuja enumeração se fez naquela acta, é possível concluir que o Teatro Lousanense, desde a sua estreia, possuía Plateia, Galeria Inferior, Galeria Superior e Camarotes com seis, sete, oito e dez bilhetes cada.

Contrastando com estas características a foto disponível do Teatro da Lousã<sup>102</sup> mostra um edifício simples e quase rústico. Talvez esta opção tenha ralação com os custos da obra: havendo que poupar que seja no supérfluo mantendo as infra-estruturas internas do edifício em detrimento do aspecto externo.

Tendo como base estas nove crónicas publicadas no jornal “O Povo da Lousã” pouco mais haverá a dizer, no entanto, se nos reportarmos ao “Jornal da Lousã” nos números 252 de 27 de Fevereiro de 1892; 253 de 5 de Março de 1892; 389 de 19 de Novembro de 1892; 391 de 3 de Dezembro 1892 veremos que houve a formação de uma orquestra que actuava com alguma regularidade naquele espaço a partir dos números 462 de 28 de Abril de 1894 e 483 de 29 de Setembro de 1894 verificamos que o Teatro e a S.F.L. (ou pelo menos de alguns músicos desta) mantinham actividades conjuntas em diversas situações. A abertura para este intercâmbio estava bem patente na oferta de bilhetes acima exposta. Para além do mais o nome de alguns sócios de uma instituição coincidia com os de outra. Assim, é fácil concluir que as duas colectividades eram vistas como complementares uma da outra e que ambas convergiam na necessidade que então se sentida de dinamizar a cultura na Vila. Para além do mais, o teatro também serviu de sala de ensaio para a Banda como atesta a notícia do Jornal da Lousã, número 510, de 20 de Abril 1895:

Não poderemos deixar de realçar ainda a notícia de 29 de Setembro de 1894 do “Jornal da Lousã”, n.º 483, que dava conta da fusão das direcções das

---

<sup>102</sup> Anexo 7.

duas sociedades e que publicava a acta da reunião realizada a 9 de Setembro daquele ano:

***“Nova comissão directora da philarmónica lousanense***

*Nesta comissão foi incluída também a Direcção do Theatro lousanense.*

*Folgamos muito com que assim fosse, por vermos à testa destas duas associações, agora reunidas, cavalheiros solícitos pelo seu engrandecimento, que temos como certo.*

*A Acta que se Lavrou é do teor seguinte:*

*No dia 9 de Setembro de 1894, numa sala dos Passos do Concelho, para esse fim escolhida, onde se achavam por parte da direcção da antiga Philarmónica Lousanense os Srs.: José Augusto do Rego, João Augusto da Costa e Francisco Maria do Rego e os membros da mesma Philarmónica: Umbelino Henriques Lopes, Cesar Henriques Lopes, Cesar Albano Baeta, Joaquim tavares Santiago, Joaquim Fernandes carranca, António Maria Supico, João Quaresma, Manuel Quaresma, Joaquim Desiderio e Alberto Fernandes Carranca, tendo sido avisados para esta reunião todos os membros da mesma sociedade, neste acto e de comum acordo deliberaram sobre a proposta da direcção do theatro da Lousã, composta de dr. Carlos de Sacadura Botte Pinto Mascarenhas, Francisco Rodrigues Cristovam e Antonio Cortez da Fonseca, também presentes:*

- 1. Que fosse nomeada uma nova comissão directora da Philarmonica, substituindo a antiga para todos os efeitos.*

2. *Que esta comissão ficasse composta dos seguintes cavalheiros: João Augusto da Costa, Francisco Maria Simões de Carvalho, e dos que compõem a direcção do theatro.*
3. *Que a ela, ou ao Director pela mesma escolhido fosse feita a entrega dos instrumentos, mediante recibo por ele passados aos seus actuais possuidores.*
4. *Que a nova comissão ficasse para a cobrança dos instrumentos, em poder dos particulares, com os mesmos direitos e poderes que até hoje tinha a antiga comissão directora da philarmónica.*

*Em seguida tendo-se dado por installada e constituida a nova comissão, procedeu à nomeação dos diversos cargos que ficaram constituidos pela forma seguinte:*

- *Presidente: dr. Carlos de Sacadura botte Pinto de Mascarenhas;*
- *Thesoureiro: Francisco Rodrigues Cristovam;*
- *Regente da Filarmónica: Francisco Maria Simões de Carvalho.*

*Deliberou a comissão:*

- *que fossem cobrados no prazo de 8 dias, a contar da publicação desta acta, todos os instrumentos em poder de particulares, encarregando o presidente de proceder a cobrança e arrecadação provisória deles,*

➤ *que fossem consultados todos os sócios da antiga Philarmónica, afim de que declarem até ao dia 10 do próximo mez de outubro, se sim ou não querem continuar a fazer parte da nova sociedade ficando encarregado de fazer os avisos e receber as respostas o regente F. M. S. Carvalho,*

➤ *finalmente deliberou aceitar e agradecer a offerta feita pelos srs.: Cesar Henriques Lopes e João Quaresma; o 1º de um trombone e o 2º de um clarinete.*

*E Para constar se lavrou esta acta que vae ser assignada os que se achavam presentes. E por eu Antonio Cortez da Fonseca, secretario que que a escrevi.*

*(seguense as assignaturas)”*

Não pensamos que esta fusão seja mera falta de interesse pelos assuntos culturais da Lousã, o que na realidade parece é que houve a procura de melhorar e otimizar os meios, materiais e humanos. Como acima já referimos, muitas pessoas eram sócias das duas instituições e, se assim era, porque não as juntar?

No entanto não sabemos até quando esta fusão durou existindo apenas duas notícias que nos poderão dar algumas pistas. A primeira data de 20 de Abril de 1895, n.º 510 do Jornal da Lousã:

*(...) E dizemos agradavelmente surpreendidos porque, apesar de sabermos que a nova música à noite ia tocar ao nosso teatro, não supunhamos que a rapaziada estivesse já tão*

*afinada e se apresentasse com o garbo e boa disposição que mostrou. (...)”*

A segunda datando de 21 de Agosto de 1898 narra o primeiro aniversário da S.F.L. e surgiu no n.º 684 do “Jornal da Lousã”:

*(...), e para isso construíram, a expensas suas e d’alguns generosos protectores d’aquela agremiação, um simples mas elegante e vistoso pavilhão, em frente à casa de ensaio, no Largo da graça n’esta villa, (...)”*

Apesar de estas duas notícias não serem esclarecedoras, note-se que a Filarmónica em 98 já tinha uma sala de ensaio própria o que demonstra que já não utilizava o teatro para tal fim. Para além disso, sabemos que a filarmónica foi reorganizada pela última vez em Agosto de 1897 e em nenhum documento a partir daquela data aparece referenciado o teatro como parceiro. Assim, não nos restam dúvidas que a união das duas sociedades já estava desfeita a essa data. Portanto a união não terá durado mais de dois anos, isto é, aproximadamente de 94 a 96 da décima nona centúria

#### **4.12. A última Tentativa Falhada**

*“A Nova Filarmónica irrompeu pelas ruas ao som de vivas com muita gente nova e bem afinada”.<sup>103</sup>*

---

<sup>103</sup> Jornal da Lousã, 1895, n.º 510.

Na mesma entrevista que Ruy Caetano deu ao Jornal “O Povo da Lousã” – aquando da inauguração da sede da Filarmónica em 1934 – e à qual já fizemos por várias vezes referência, ficam registadas algumas circunstâncias referentes a esta nova tentativa que a torna algo diferente das outras: A principal é que cada músico pagava oito tostões ao regente. Parece-nos óbvio que havia desta vez, um divórcio entre os sócios e a Banda. E não era para menos, em tempos em que a vida era tão dura, e o dinheiro tão difícil de amealhar, estar a pagar para uma instituição que não consegue manter uma actividade constante e que está permanentemente a ser refundada é natural que o povo e os sócios, por um lado, e a S.F.L., por outro, estivessem de alguma forma de costas voltadas.

Mas não terá sido só essa a razão que condenou, mais uma vez, a Filarmónica ao fracasso. Ocorreu nesta altura um incidente que nos levará a uma razão mais profunda e o mesmo Sr. Caetano, na mesma entrevista, dá-nos algumas pistas:

*“...Logo depois fui expulso da Filarmónica” (...)*

Sem mais nada dizer ao jornalista que o entrevistou, Ruy Caetano não quis continuar, intrigado o jornalista (que não assina a entrevista) investiga e abre o seguinte parêntesis na entrevista:

*“(...) contou-nos uma rapazeada em que ele tinha saído com a Filarmónica a festejar o aniversário do velho “Jornal da Lousã”, de que era tipógrafo conjuntamente com outro músico também ainda vivo o nosso amigo Joaquim Albino.*

*O mestre não gostou que a música saísse sem assistência dele ou do Joaquim Carranca que o costumava substituir e daí a decisão implacável”*

Este facto é noticiado a 4 de Maio de 1895 no número 512 do “Jornal da Lousã” da seguinte forma:

*“dois rapazes empregados da nossa typografia tiveram a lembrança de enfeitar e embandeirar e illuminar, à noite, a casa e as janelas d’esta redacção.*

*Esta lembrança, simples e innocente iniciativa d’aqueles dois rapazes não envolvia manifestação alguma de character político. Era uma pura manifestação à Imprensa em geral, e em particular ao proprietário d’esta officina.*

*E, como estes nossos empregados pertencem a philarmónica d’esta vila, lembraram-se também, para mais abrilhantarem a sua pequena festa – de reunir os seus outros collegas a fim de organizarem uma pequena tocata, o que não puderam realizar, por diversas circunstâncias em cuja apreciação não queremos entrar.*

*Deram-se, porém, no dia seguinte, e por causa dos simples desejos d’aqueles rapazes – uns certos incidentes, que nós lamentamos, e fizeram-se umas allusões pouco lisongeiras ao nosso modesto jornal e ao seu proprietário, as quaes repeli-mos, e que muito nos surprehenderam por partirem de quem tinha conhecimentos e obrigação de não as proferir. ”*

Como podemos observar, este episódio está documentado de uma forma muito controversa, se por um lado os amigos de Ruy Caetano dizem que este saiu com a Banda e, por isso foi castigado pelo Maestro, o Jornal diz que isso não passou de uma mera tentativa e deixa transparecer que o incidente teve um carácter político, isto apesar de a intenção dos jovens serem



alheias a essa vertente. E como se não bastasse termina a notícia da seguinte maneira:

*“ A este respeito temos em nosso poder 5 linguados, que não publicamos, mas ficam archivados, por uns restos de consideração; e fazemos votos para que de futuro não sejamos obrigados a dal-os à luz.”*

Pensamos que ficou claro um nítido clima de tensão política que se vivia na Lousã de finais do século dezanove e de como eram valorizadas as instituições (neste caso Jornal e Filarmónica) no sentido da sua utilização em prol dos interesses políticos de então.

Também João Mateus Poiares refere seguinte<sup>104</sup>:

*“A antiga Filarmónica Lousanense, regida pelo mestre Francisco Carvalho (Carvalhito), foi desorganizada, por motivos políticos da ocasião em 1895”.*

Parece-nos, então, óbvio que a Filarmónica estava no epicentro de uma luta política que com certeza era a principal causa da sua instabilidade. Por outro lado, alguns músicos (e Ruy Caetano era um deles), estavam alheados dessas lutas, muito mais ligados à Filarmónica por ideais de amor à arte dos sons do que por questões partidárias.

---

<sup>104</sup> João Mateus Poiares num conjunto de folhas soltas cujo o texto foi publicado no Boletim Comemorativo da 1ª Visita da Sociedade Filarmónica Lousanense a Prades, 1989, com o título “ Contribuição para a História da Filarmónica da Lousã”. faz referência ao pedido de exoneração do cargo de regente de José Augusto do Rego, a realização do regulamento interno em 1911 e o nome de todas as direcções entre 1905 e 1915, para além da de 1897.

#### **4.13. Finalmente a Estabilidade**

*“Um dia, diz nos o nosso amigo, juntamo-nos numa, merenda de rapazes, junto do velho Castelo eu, o sr. Lopes Fernandes, o Herminio d'Almeida, o João Lambert, o Alberto Carranca, o Joaquim Santiago, o José Alvarinhas e outros. Conversa puxa conversa e veio à baila o assunto que a todos tanto interessava a organização de uma Filarmonica.*

*Discutiu-se o caso e logo dali saiu uma comissão de que eu fazia parte o que imediatamente foi procurar o grande amigo da filarmónica Sr. José Augusto do Rêgo.*

*Apesar do desânimo deste dedicado lousanense, ele logo ali iniciou a inscrição dos sócios da nova Associação com a importante quota mensal de 500 reis.*

*E a inscrição continuou com as pessoas mais categorizadas da terra, sendo nós por todos optimamente recebidos. O sr. Conego Pinto, o sr. Coronel Serra, o sr. Dr. Carlos Sacadora, o sr. João da Costa o sr. João de Lemos, etc, etc.*

*Estava assim assegurado à nova Filarmonica o futuro.”<sup>105</sup>*

Desta altura, também chegaram até aos nossos dias os Livros de deve e haver da S.F.L. onde se encontram também a lista de sócios e respectivas quotas que, se encontram nos reservados da B.M.L<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> CAETANO, 1934.

Desta lista de sócios protectores constam nomes como Carlos Sacadura Botte, José Augusto do Rego ou Luiz Gonçalves Viena de Lemos que mostram bem o interesse das famílias mais prestigiadas da vila em patrocinar a nova Filarmónica, e desta foi de vez.

Todos os sócios protectores pagavam 500 réis de quota mensal com a única excepção do Dr. Carlos Sacadura Botte que pagava 1000.

Também em anexo apresentamos a lista de Sócios ordinários composta pelos músicos num total de vinte e sete dos quais dois foram excluídos, um por ofensas ao regente (assim consta no documento) e outro por não estudar<sup>107</sup>. Dos restantes vinte e cinco contam-se cinco clarinetes, dois cornetins, três bombardinos, um fliscorne, dois trompas, três trombones, dois contrabaixos, um flautim, um requinta, dois caixas, um porta bandeiras e dois membros sem menção do instrumento que tocavam.

Todos estes sócios/músicos tiveram de pagar uma Jóia de inscrição de 500 réis para poder ingressar nas fileiras da Banda.

Ficou assim assumido que no dia 16 de Agosto de 1897, no largo da Graça, foi fundada a actual Sociedade Filarmónica Lousanense, pois a partir daí a sua Banda e os seus corpos administrativos não mais se diluíram, a não ser para dar lugar a outros protagonistas nomeados ou eleitos para o efeito.

---

<sup>106</sup> Anexo 8.

<sup>107</sup> Anexo 9.

#### **4.14. O epíteto de “Nova”**

Pensamos que é esta a boa altura para dissecarmos a interessante questão do porquê da constante renegação do passado. O facto de cada vez que a Filarmónica recompõe-se e recomeça a caminhada são utilizados, nas notícias dos jornais e nas actas que nos chegaram, termos como “a Antiga Filarmónica” ou “a Nova Filarmónica” numa tentativa constante de romper com o passado (recente ou não) e conseguir, assim, soltar-se de algo que correu mal e “recomeçar do zero”, se nos é permitida a expressão. Ao lermos os historiais que, no nosso tempo, as diferentes filarmónicas apresentam reparamos que quanto mais velha é a instituição mais orgulho e glória transmite aos seus associados havendo quase que uma competição para ver qual delas é a mais “velhinha” e, logo, a mais respeitável. Por isso, como observadores dos nossos dias, causa-nos alguma estranheza esta atitude dos lousanenses do fim do século XIX.

No entanto será que na segunda metade do século XIX, na Lousã, valorizava-se o que era velho? Vejamos alguns trechos do livro “Lousã e o Seu Conselho” escrito já na primeira metade do século XX onde, com base em textos do século anterior, explica a demolição da antiga Igreja Matriz:

*“Antiga Igreja paroquial da Lousã. Era um edifício no gosto da actual Igreja de Vilarinho, menos na torre que era muito mais simples e deselegante. Merece uma referência apesar de desaparecida, porque tinha algumas sepulturas brasonadas e com inscrições e capelas de boa arquitectura. Foi*

*demolida em 1873, e muito à pressa para se aproveitar a pedra para a nova Igreja.”<sup>108</sup>*

Mais adiante refere ainda que a capela do santíssimo era em estilo renascentista e que à frente havia outra capela (da família Ferraz) em estilo manuelino.

Sabendo desta atitude perante o património arquitectónico (que não nos cabe aqui julgar se está correcta ou não) pensamos que não será descabido afirmarmos que esta euforia pelo “Novo” estaria patente em todas as vertentes da vida social da população e que, por isso, apesar de músicos e dirigentes de anteriores formações, instrumentos (na sua grande maioria) já usados, fardas reaproveitadas o epíteto de “nova” soava bem naquele contexto histórico. É interessante verificarmos que o entusiasmo dos agentes (única coisa realmente renovada) sobrepôs-se a todo o resto levando-nos a realçar um princípio irrefutável: os avanços da humanidade começam sempre na vontade dos homens.

Sem querer entrar em grandes considerações sobre o modo de sentir a *História* e o *Antigo* dos homens da época devemos lembrar que o Romantismo do século XIX tem bem presente a premissa antropocêntrica do homem enquanto “fazedor” de história e portanto activo na construção do seu destino. Assim a constante reconstrução de uma nova ordem reflecte bem o empenho na mudança e o desejo de deixar os seus nomes inscritos nas páginas da história.

---

<sup>108</sup> LEMOS, 1988, p. 63.

Estamos seguros, que foi este sentimento que levou os homens que reorganizaram a Filarmónica em 1897 a transmitir às gerações seguintes aquela data como sendo a data da sua fundação esquecendo, assim, os quase meio século de actividade da Banda. Pensamos, também, que ficou claro que o mesmo terá acontecido em qualquer das anteriores tentativas de reorganização que aconteceram em anos anteriores.

## **5. A Composição Instrumental e o Repertório na Segunda Metade do Século XIX**

### **5.1. A formação estrutural da Banda**

Outro aspecto de que nos restam muito poucos elementos é o da formação da banda nos seus primórdios, no entanto a partir de 1886, já se torna muito mais simples e muito mais seguro afirmar a formação até porque António Cortês da Fonseca fez uma listagem de todos os instrumentos que recebeu de Carlos Sacadura em 1897 a qual passamos a transcrição:

- 2 contrabaixos; 2 bombardinos; 2 trombones; 2 trompas; 3 cornetins (2 em mau estado); 7 clarinetes (um inutilizado); 2 caixas; 2 rabecas (uma em mau estado); 1 requinta.

Para além deste conjunto há ainda referência à compra, nesse ano, de um fliscorne, um trombone e um cornetim e muitas referências a concertos de instrumentos não especificada.

Outro documento, que complementa esta lista, consta de uma foto, datada de 1895<sup>109</sup> onde estão, para além de Carlos Sacadura Bote, na altura o presidente da Filarmónica; João Elizário Montenegro e Brito Aranha<sup>110</sup> e os

---

<sup>109</sup> Anexo 10.

<sup>110</sup> LEMOS, 1972, p.16.

elementos da Filarmónica. Podemos, assim, confirmar que era constituída por cerca de 25 elementos (incluindo o regente).

Da mesma altura, está disponível na Biblioteca Municipal da Lousã, um conjunto de partituras que nos dão uma ideia dos instrumentos utilizados o que não é muito difícil de imaginar visto que as Bandas constituídas por todo o país seguiam um padrão homogéneo de forma a preencher equilibradamente os diferentes naipes de instrumentos com diferentes timbres e tessituras.

Este aspecto tem, necessariamente, de merecer por nossa parte alguma reflexão. Se pudermos falar em aspectos negativos do movimento filarmónico em meados do século XIX em Portugal, aquele que salta mais à vista é o da massificação. Em termos de formação as Bandas, de Norte a Sul, foram constituídas segundo um padrão mais ou menos rígido em que predominavam os instrumentos de lata havendo muito pouco espaço para outros<sup>111</sup>. Algo que nos atesta esta afirmação são as partituras que nos chegaram. Por exemplo, as publicações do “Philarmónico Português” que, no final da décima nona centúria e no início da vigésima, servia como apoio a muitas filarmónicas promovendo assim uma *standardização* das formações das bandas numa altura em que não havia quaisquer preocupações, ao contrário de hoje, com a já mencionada massificação. Vejamos um exemplo dessas publicações (partitura do Maestro) apenas ao nível da instrumentação:

---

<sup>111</sup> A exceção foram os Clarinetes (requinta incluída) e, em alguns casos, a Flauta Transversal, o Flautim e os instrumentos de percussão onde os mais utilizados são a Caixa de Rufo, Bombo e Pratos.



**Devaneios das Musas**<sup>112</sup> (O filarmónico Português de 15 de Outubro de 1901): Flautim, Requinta, Clarinetes 1º2º3º, Saxofones alto e soprano, Cornetins, Saxtrompas em mi bemol, Trombones, Barítonos e bombardinos, Contrabaixos, Pancadaria.

Destes instrumentos, estamos em crer que todos faziam parte da Banda Lousanense, no entanto, temos dúvidas que o flautim fizesse parte da formação até 1897. Em primeiro lugar este instrumento não aparece na lista de Carlos Sacadura em 1897, e em segundo chegou-nos até aos nossos dias uma partitura intitulada de “Regresso à Pátria”, Assinada por A.M., composta propositadamente para a Banda da S.F.L. tocar (em homenagem ao comendador João Elisário de Carvalho Montenegro que regressara nesse ano do Brasil) e que foi escrita para os seguintes instrumentos:

1º Cornetim, 1º Clarinete, 2º Cornetins, 2º Clarinetes, 1º Baríteno, 2º Baríteno, Trompas em Mi bemol, Trombones e Contrabaixos.

Uma terceira razão é-nos dada por Pedro de Freitas<sup>113</sup>:

*“É um instrumento de grande efeito nos fortes, muito acidentado na música que desempenha, e já foi muito preferido nas filarmónicas pelos mais miúdos executantes, dada a sua pequenez e junção de orifícios carecerem de pequenas mãos para melhor o poderem manejar. De muita execução, é necessário o seu executante apetrechar-se de bastantes conhecimentos de solfejo; de tendência estridente e desafinado, é preciso*

---

<sup>112</sup> Reservados da B.M.L..

<sup>113</sup> FREITAS, 1946, p.44.

*muita perícia artística para se poder ouvir com agrado, pois já mereceu de um compositor francês, Rousseau, esta desagradável menção: - «Nada de flautins que nunca estão afinados».*

*Por estas razões vai já sendo posto de parte.”*

No entanto, a partir de 1897 surge na lista de sócios o nome de João Fernandes Carranca com a indicação de que o seu instrumento é o flautim. Ou este instrumento foi comprado nessa altura ou era pertença do próprio músico. Outro factor que consideramos provar que a partir desta data a banda utilizava o flautim é facto de este instrumento aparecer em muitas partituras manuscritas da época de início de século e nas “partes” que eram distribuídas aos músicos.

Fazer a comparação com bandas de outros países para podermos chegar o mais possível da formação da Banda Lousanense do fim do século não é tarefa fácil, pois a bibliografia existente faz referência a composições militares e não a Bandas Civis. Nestas Bandas compostas por sessenta, setenta ou oitenta músicos (A Banda da Guarda Nacional, por exemplo, em 1901 era composta por sessenta<sup>114</sup>) havia espaço para Corne-Inglês, Oboés, Fagotes, Contra Fagote, Clarinetes Baixos, etc. No entanto, nas bandas que se propagaram pelo país durante a segunda metade do século XIX tal realidade seria impensável.

Pedro de Freitas<sup>115</sup> refere que, Oboé e Corne-Inglês só estão presentes em Bandas de grandes dimensões. Refere ainda que, na altura em que escrevia

---

<sup>114</sup> HIND, Harold, 2001, pp. 634.

<sup>115</sup> FREITAS, 1946, pp.44.

aquele texto (na década de 40 do século vinte) estes instrumentos estavam a começar a ter lugar em “*muitíssimas*” Bandas Civis. No entanto, verificamos hoje que não são muitas as bandas que têm instrumentos de palheta dupla. A razão deste facto parece estar ligada com três aspectos:

1. São instrumentos muito caros e de manutenção extremamente dispendiosa (para além de muito mais sensível às intempéries);
2. Têm pouca potência sonora;
3. São de difícil execução (a acrescentar a este factor não nos podemos esquecer que muitas das funções exercidas pelas bandas eram, e ainda são, feitas a marchar e tocar um instrumento de palheta dupla em andamento é, compreensivelmente, muito mais difícil do que tocar um de palheta simples ou de bucal).

Não podemos concluir este assunto da formação estrutural da Banda sem fazermos menção a outras situações que aconteceram pontualmente como a junção da banda com outros instrumentos, mais especificamente com instrumentos de corda para ocasiões específicas como peças de teatro, bailes ou cerimónias religiosas. Estas situações não foram tão raras como se possa pensar, são várias os indícios de orquestras formadas para tocar em peças de teatro que se realizavam na vila. Outro exemplo é o de uma partitura muito interessante que chegou aos nossos dias onde se verifica que foram acrescentados à formação da banda violinos, violas, violoncelos, contrabaixo e vozes. É uma obra de carácter eucarístico (Kirie e Gloria de P.F. Costa Pereira, Organista da Sé de Campolide datada de Outubro 1899) que, conforme atestam algumas notícias da época, foram executadas e cerimónias religiosa na Igreja Matriz da Lousã.

### **5.1.1. O Fardamento, Vaidade ou disciplina?**

*“De reluzente farda vestida, impõe-se na sua aldeia...”<sup>116</sup>*

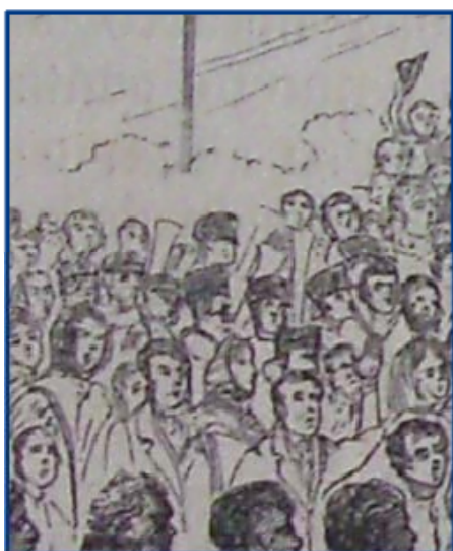
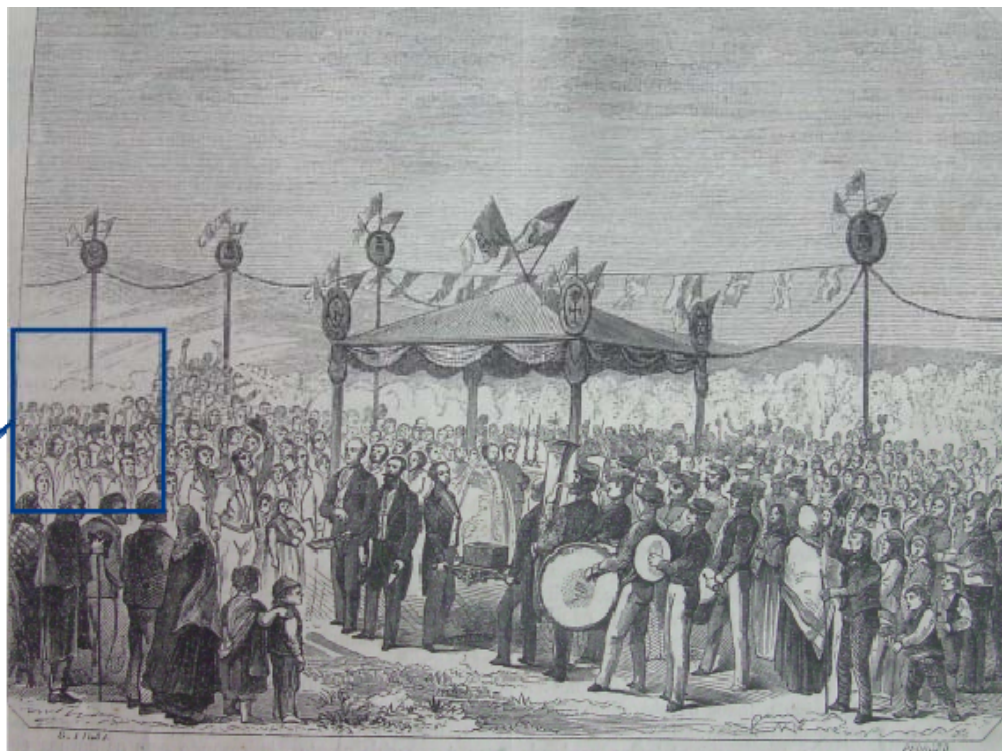
Não será de todo descabido reflectirmos sobre dois aspectos que a farda transmite, por um lado a auto estima dos músicos que a envergam por outra a ordem que faz transparecer a quem está de fora a ver. Por isso não é despropositado tentarmos fazer uma reconstituição do fardamento da Banda em questão.

Não nos restam outros vestígios senão as fotografias de fim de século e a iluminura que retrata a colocação da primeira pedra do H.S.J. em 1866 publicada no Jornal Arquivo Pitoresco. Quanto a essa iluminura assinada por dois “ilustres amigos da Família Montenegro”, B. Lima e Pedroso (assim são intitulados por Brito Aranha no Arquivo Pitoresco), algumas questões se podem colocar, no entanto, não restam dúvidas de que foram testemunhas presencias do importante acontecimento. Coloquemos então as questões:

- Qual o conhecimento dos seus autores em relação à indumentária das bandas na época?
- Tiveram a preocupação de retratar fielmente o fardamento da Banda?
- Qual das duas bandas foi retratada em primeiro plano?

---

<sup>116</sup> FREITAS, 1946, P. 23.



Relativamente a esta última questão, ficará sempre a incerteza de qual das duas bandas foi retratada em primeiro plano visto termos a certeza (e a gravura prova-o) que estiveram lá duas. No entanto, parece-nos que não é crível que a S.F.L. assumisse um papel de menor destaque, para isso basta lembrar que o seu regente na altura Adelino Correia da Costa fazia parte da elite que estava muito bem relacionada com as famílias mais importantes da vila bem como com a Misericórdia, entidade que era proprietária do Hospital de São João. Para além disso, muitas das individualidades que estavam presentes no acontecimento eram sócias e beneméritas da Misericórdia da S.F.L..

Como podemos verificar na reprodução da figura supra mencionada, uma das bandas aparece em primeiro plano enquanto a outra mal se vislumbra no emaranhado da multidão (quadro 6: ver pormenor).

No entanto não nos resta outra alternativa senão basear a nossa hipótese nesta imagem e tentar descobrir as possíveis fontes estilísticas que a inspiraram. Para isso não nos podemos esquecer que a S.F.L. surge logo a seguir à Guerra Civil que lavrou no país em décadas anteriores e não será difícil de concluir que certamente o fardamento militar deste conflito, estava ainda muito enraizado nos padrões estéticos da época. Feitas as comparações entre a iluminura e a literatura existente sobre a matéria, não deverá andar muito longe do quadro 4 que abaixo apresentamos, de um músico miguelista.

**Quadro 7:** Músico do Exército Miguelista

No entanto, e apesar de a iluminura de 1866 anteriormente apresentada não ser muito clara, parece-nos óbvio que o fardamento da banda em estudo não seja tão rebuscado como o acima representado. Isto nos levará a supor um boné menos alto e com menos ornamentos, a inexistência de colete e o cinto ser muito menos pujante e mais simples. Tais modificações ir-nos-iam levar à situação representada no quadro 9 abaixo transposta, nada nos levando a pensar que o casaco e o boné não fossem em tons de azul cores que até hoje a banda sustenta.

Temos assim, a versão que nos parece a mais aproximada da realidade das décadas de cinquenta, sessenta e setenta sendo que no fim desta última acontece a primeira desintegração do agrupamento. Em 86, o fardamento já será outro com toda a certeza, muito mais aproximado a padrões civis, menos militar portanto. Desta altura, também não restaram documentos fotográficos (ou escritos que a este aspecto fizessem referência), no entanto a fotografia de 1895 é um testemunho fidedigno deste argumento que demonstra uma mudança substancial na forma da trajar da Banda.

## **5.2. O Repertório da Banda**

A evolução dos diferentes repertórios das bandas militares ao longo do século XIX é complexa e nada simples de explicar. Para isso contribui o facto de ter deixado, aos poucos, de ter uma função eminentemente militar e passado a assumir uma função, cada vez mais, de apoio à música popular principalmente na sua vertente mais lúdica: a dança.

Esta mudança ter-se-á iniciado ainda antes da expansão do movimento filarmónico nacional quando, em Lisboa, é fundado o Teatro de São Carlos (1793)<sup>117</sup> abrindo, assim, as portas às casas de ópera burguesas. No início do século Dezanove, a forma Ópera começa a perder o seu domínio em prol de

---

<sup>117</sup> O Porto segue-lhe as pisadas e inaugura o Teatro de São João em 1798.



outro tipo de música de carácter mais leve (mais ao gosto da burguesia) como o Vaudeville ou a Zarzuela (esta última típica de Espanha)<sup>118</sup>.

Outro factor importante está ligado às grandes cidades europeias, onde grandes compositores de música para Banda como Joan Strauss 1825-1899) e Emil Waldteufel (1837-1915) colocaram os grandes salões da Europa a ouvir música de dança interpretada por Bandas Civis.

Colocado este pequeno preâmbulo, não será de estranhar que o repertório das filarmónicas seja composto, principalmente, por PolKas, Valsas, Tangos, Marchas e Ordinários, no caso português há ainda a acrescentar a execução de Fados e Danças Populares do nosso país (no repertório da S.F.L. encontramos um Fandango). Ainda à margem disto, as filarmónicas tinham de cultivar a música com funções religiosas devido ao seu papel na vida religiosa das diferentes comunidades locais.

Das primeiras quatro décadas de existência da Filarmónica não temos partituras, no entanto da altura de transição de séculos chegaram-nos um número bastante considerável partituras. Num total de vinte e nove partituras, conseguimos localizar dois grupos, o primeiro (com oito exemplares) nos reservados da Biblioteca Municipal da Lousã que foram doados a esta instituição pelo Dr. João Poiães aquando das comemorações do primeiro centenário da SFL em 1997. O segundo grupo (num total de vinte e uma partituras) encontradas na Direcção Geral de Educação de Adultos pelo Dr. Mário Maia, quando ali se encontrava a fazer recolhas para um dos seus trabalhos no campo da etnografia. Este grupo de partituras, também foi doado à Biblioteca Municipal da Lousã.

---

<sup>118</sup> NETO, 2003, pp.43.

Claro que fazer uma avaliação da qualidade da Banda através das partituras que nos chegaram, apesar de tentador, não nos parece – de todo – sério. O mais longe que poderíamos ir seria chegar à conclusão que a Banda tinha um repertório mais ou menos fácil, mais ou menos abrangente ou mais ou menos audacioso. No entanto na impossibilidade de ouvirmos a sua performance nessa altura, somos tentados a socorrer-nos da crítica da altura o que continua a ter pouca consistência. O porquê desta afirmação? É simples: em todas as notícias escritas da época não se lêem, senão, rasgados elogios à afinação, gáudio ou aprumo da Filarmónica. Desta forma resta-nos afirmar que a filarmónica tinha um repertório variado (tanto profano como sacro) com muitas peças o que era, à altura, o repertório de muitas bandas do país visto serem editadas pelo Philarmónico Português com larga tiragem em todo o território nacional e algumas peças com um carácter mais específico com peças compostas por músicos da terra que faziam parte da própria Banda.

Também há que acrescentar que muitas vezes as partituras eram alugadas a outras filarmónicas para serem copiadas e executadas. Desta maneira, apesar de fazermos referência nas fontes bibliográficas, a certas partituras do Filarmónico Português todas elas são manuscritas. Para além disso no livro de deve-e-haver da S.F.L. de 1897 surgem referências a despesa feitas com o aluguer de partituras.

## **6. Da Viragem do Século à Implantação da República**

### **6.1 A Demissão de José Augusto do Rego**

Apesar de ser verdade que a Sociedade Filarmónica Lousanense nunca mais ter interrompido a sua actividade desde 1897, não é certo pensarmos que os seus problemas de conflitualidade interna tenham acabado àquela data.

Logo no primeiro ano de actividade da “Nova Filarmónica” surgiram problemas com o maestro um tal Eduardo Secades<sup>119</sup>s, vindo de fora e que não agradou segundo os relatos recolhidos por João Poiares por ser muito rígido no trato com os músicos<sup>120</sup>.

Depois deste regente, assumiu a direcção artística do agrupamento o Mestre José Augusto do Rego que só largou o cargo em 1906, mais uma vez, por razões políticas. Aliás este é um episódio que não podemos deixar de analisar com algum cuidado pois representa bem a divisão interna da S.F.L. em duas facções políticas.

Se por um lado havia uma ala de sócios e executantes que se mantinha regeneradora em sequência da tradição novecentista de fim do século outra tinha como simpatia as ideias do partido Regenerador-Liberal personalizadas por João Franco que tinha saído do partido regenerador em 1901. Ora a notícia da subida ao poder deste político, possível graças à demissão de Hindz Ribeiro dias antes, provocou aos Franquistas da Filarmónica Lousanense (que, ao que parece, representavam a sua grande maioria) um sentimento de euforia tal que saíram à rua para tocar e festejar mesmo que isso representasse desobediência ao respeitado maestro<sup>121</sup> que, de imediato, pediu a demissão.

---

<sup>119</sup> Praticamente não existem referências sobre este regente, apenas que era de origem espanhola e que “vinha de fora”, para além disso nunca aparece escrito da mesma forma num documento aparece como Suades, de uma vez, e Scades de outra. Eugénio de Lemos chama-lhe Secades.

<sup>120</sup> POIARES, 1989.

<sup>121</sup> LEMOS, 1972, p.23.

E foi assim, desta maneira deselegante, que a regência da Filarmónica passou para Artur Caetano Pinto que assim se manteve até 1920. Deve-se dizer que desta altura não chegaram aos nossos dias Jornais o que torna ainda mais difícil a clarificação deste episódio.

Mas como sabemos, as convulsões políticas ao nível do país não se ficaram por aqui e a filarmónica lousanense manteve, sempre, um papel pró-activo na vida da sociedade local.

A Facção franquista lousanense manteve-se à frente dos destinos da Filarmónica nos anos seguintes e mesmo com a queda de João Franco na sequência do regicídio em Fevereiro de 1908 todos os poderosos mantiveram-se anti-republicanos.

## **6.2. O Contra-poder do Início do Século**

Como já vimos a grande maioria dos protectores da Filarmónica (que também estavam à frente dos destinos do município era simpatizante do Partido Regenerador-liberal e contra o republicanismo, no entanto, em 1909, surge um novo Jornal no concelho que irá servir de contra-poder a este *status quo*. No primeiro ano da sua actividade, são vários os exemplos onde o *Comércio da Louzã* ataca o poder instituído dos quais iremos destacar dois exemplos:

- *“Moralidade Monarchica: Lá estivemos no domingo a apreciar alguns bocaditos da legalidade com que são feitas as eleições cá pelo Burgo...”*<sup>122</sup>.
- *“A Monarchia Desaba: as eleições de 28 último vieram comprovar, decisiva e flagrantemente, que a nação portuguesa, abomina hoje mais do que nunca o regime monarchico”.*<sup>123</sup>

Para além destes dois casos devemos ainda mencionar a publicação de um texto dirigido ao presidente da Câmara onde o acusa de *“desprezar todas as suas reclamações”* e de não tratar o Jornal de forma imparcial como faz com outras instituições. Refere também, textualmente que isto acontece pelo facto de a direcção do jornal não alinhar com a sua grei.

Apenas depois da vitória republicana os antigos líderes da Lousã deram lugar a uma nova vaga de políticos (pertencentes à pequena burguesia) passando o lugar mais alto da Lousã a ser ocupado por um tipógrafo e os lugares de vereadores por comerciantes, um professor e um proprietário<sup>124</sup>. Mas mesmo depois do cinco de Outubro de 1910 a Lousã<sup>125</sup> manteve-se pouco entusiasta dos ideais republicanos e a Filarmónica manteve sempre uma postura de alinhamento com os seus antigos líderes que se mantiveram à

---

<sup>122</sup> Comércio da Lousã, n.º 58, 31 de Agosto de 1910 (apesar de ser o número 58, esta edição surge depois do número 59 que tem data de 6 de Agosto do mesmo ano, provavelmente por um erro tipográfico).

<sup>123</sup> Comércio da Lousã, 1910, n.º 59.

<sup>124</sup> CASCÃO, 1991. P. 22

<sup>125</sup> Leia-se os poderosos da Lousã.

frente dos seus destinos. Um facto sintomático deste posicionamento aconteceu a cinco de Outubro de 1911 onde, no primeiro aniversário da república, não houve na vila nenhuma comemoração onde a filarmónica pudesse ou quisesse tocar<sup>126</sup>.

Mais uma vez sai o Jornal da Lousã em defesa dos ideais da república e no seu n.º 89 de 19 de Outubro de 1911 publica a seguinte notícia:

- “... o povo associou-se de bom grado à festa, mas aqueles que prometeram tocarem no dia 5, esses nem sequer às janelas se aproximaram”.

Mais adiante pode ler-se:

- “... Não há duvida, que desta vez a música teve mais tempo de consultar todos os seus mandões do que das outras”.

Muitos outros exemplos desta situação de confronto poderiam ser dados, no entanto pensamos já estar claro de que lado a Sociedade Filarmónica Lousanense estava e quão difícil foi a adaptação à nova realidade.

Em jeito de conclusão (no que a este capítulo diz respeito) devemos dizer que a Sociedade Lousanense neste período de início de século andou a reboque dos líderes políticos que também aplicavam ao nível local o seu rotativismo e aos quais interessava que tudo se mantivesse nos moldes da segunda metade do século anterior. Existe, por exemplo, um relato de 1901 com informações contraditórias mas que narra o apedrejamento de um grupo de republicanos que vieram à Lousã fazer uma sessão de campanha. Enfim,

---

<sup>126</sup> Comércio da Lousã, 1911, n.º 89.

pode dizer-se que, na prospectiva dos lousanenses que estavam contra a república, cortou-se o mal pela raiz e uma coisa é certa: os militantes do partido republicano nunca mais cá voltaram enquanto a monarquia reinou.

Talvez nos seja difícil de imaginar um povo amorfo e sem vontade própria, ao contrário do que acontecera nos fins do século XIX<sup>127</sup>, mas são vários os relatos onde se demonstra que as gentes mais simples da Lousã ou estava alheada da política ou limitava-se a fazer das eleições um dia de convívio onde o repasto era suportado pelos eleitos do costume e onde a colocação do voto na urna não passava de mera formalidade. Assim no discurso da proclamação da república ouviu-se da boca do presidente da Câmara “Está proclamada a república em todo o país, mas não é aos republicanos da Lousã que ela se deve”.

No entanto, e como sabemos, não existem revoluções que se façam apenas num dia e o 5 de Outubro de 1910 onde a Filarmónica Lousanense cumpriu o seu papel com alguma tristeza e cinzentismo não lhe retirou a vontade de continuar a sua caminhada que dura até aos nossos dias onde mantém a sua influência social, o seu prestígio e a sua abnegação ao serviço do povo do seu concelho.

---

<sup>127</sup> Estamos em crer que este contraste com os finais do século dezanove se deve à capacidade que os poderosos de então tinham de mobilizar as massas consoante os seus interesses, assim no período pré-republicano quando não havia interesse em “movimentar as águas” o povo foi mantido na ignorância e à margem dos acontecimentos de Lisboa e Porto onde o movimento republicano se alastrou. Aliás esta estratégia foi adoptada em muitas zonas rurais do país basta olharmos para a última lei eleitoral monárquica de Agosto de 1901 onde Hintze Ribeiro tentou desvalorizar o voto das duas maiores cidades do país em proveito do voto rural onde, com uma população muito menos letrada e informada, o eleitorado era muito mais fácil de controlar no sentido de fortalecer os ideais monárquicos.

## 7. Conclusão

Expostos os resultados das pesquisas, relacionados os documentos estudados e os factos possíveis de serem provados pensamos que foram feitos alguns avanços para a compreensão do objecto de estudo bem como a contextualização do período onde ele se insere.

Realmente não podemos de deixar manifestar aqui alguma frustração por não termos conseguido responder a algumas perguntas que inicialmente fizemos com a clareza que, naturalmente, pretendíamos<sup>128</sup>. No entanto não nos podemos esquecer que o grande manancial de informação provinha, essencialmente, de dois tipos de documentos:

- Ou se cingiam a simples assentos de pagamentos que apenas nos davam a garantia de que houve uma banda que tocou num determinado local e numa determinada data e de quanto tinha recebido para fazer tal “serviço”;
- Ou constavam de notícias de Jornal que, normalmente, limitava-se a “dar vivas” a esta ou àquela actuação ou ainda a marcar o reinício de uma banda que havia sido dissolvida (sem nunca dizer quando tal desagregação tinha ocorrido).

---

<sup>128</sup> Falamos, por exemplo, das várias vezes em que a filarmónica foi dissolvida e que foi-nos impossível determinar as datas com precisão, ou de documentos onde não constavam o nome da instituição a que se referia dificultando assim a nossa capacidade de dar como provada determinada actuação ou certo facto.



Raros são os documentos disponíveis onde (por exemplo) são expostos com clareza dados sobre a especificação do papel que a “música” teve neste ou naquele evento. Também escasseiam actas das diferentes direcções, relatórios, lista de músicos ou inventários de instrumentos ou de outros materiais. Cremos que a este vazio de documentação não será alheio o facto de a S.F.L. só ter construído a sua sede na década de trinta do século XX (1934) não dispondo, assim, de qualquer arquivo onde tais documentos pudessem ser devidamente preservados.

Não podemos, no entanto, lamentar factos que, numa altura diferente da nossa, eram vividos de forma também díspar e, como tal, devemos interpretá-los de um ponto de vista estritamente científico. Apesar de já o termos feito, cremos que podemos e devemos reforçar a ideia de que à maneira de pensar e sentir da altura não era caro o princípio de perpetuar de forma sistemática a história da instituição. Desta forma, não nos resta outra alternativa que não seja a correlação entre documentos muitas vezes, vagos ou lacónicos.

Mesmo assim, e tendo consciência de tudo isto que acabámos de expor, julgamos ter composto um puzzle bastante interessante não só ao nível temporal, com muitas certezas acerca dos períodos de actividade e inactividade da Banda, mas também ao nível do alargamento progressivo das actuações da banda ao nível concelhio aumentando assim, paulatinamente, o mercado que viria a ser vital para a sua estabilização financeira. Também conseguimos provar as grandes convulsões no seio da instituição causada pelas disputas políticas da altura o que também tornou irrefutável o argumento segundo o qual as bandas tinham um papel central na vida social e nas lutas pelo poder da altura.

Uma outra faceta que nos parece bastante interessante e que nos parece importante realçar neste capítulo relaciona-se com a inter-relação mantida entre a S.F.L. e a Igreja (e temos de incluir aqui as irmandades religiosas do concelho). Aliás neste particular esta nossa pesquisa trouxe ao conhecimento público documentos que vieram corroborar a ideia de que esta e muitas outras filarmónicas do país faziam do mercado religioso a mais importante alavanca da sua manutenção e desenvolvimento.

Podemos ainda enumerar outros aspectos não menos importantes como a formação estrutural ou o reportório da banda no final do século que salientaram as características da banda na mudança de século.

Na Ciência, como na vida, nada está acabado ou fechado, tal como nas nossas buscas conseguimos encontrar alguns documentos importantes, é possível que outros surjam (em outras procuras ou simplesmente por sorte).

Apesar de termos, de forma segura, composto uma imagem muito próxima da realidade da altura, Não apareceram documentos de certa forma importantes como por exemplo o “nunca encontrado” Alvará que, tal como muitas congéneres, a S.F.L. deve ter sido obrigado a requerer junto do Governo Civil de Coimbra. Também actas dos primeiros anos da sociedade<sup>129</sup> não foram encontradas bem como outros documentos como relatórios ou livros de deve e haver tão amplamente utilizados nas instituições da altura.

Outra possibilidade para novas pesquisas prende-se com a existência de outra filarmónica que coexistiu com a banda objecto do nosso estudo e da qual não conseguimos qualquer novo documento que já não fosse do conhe-

---

<sup>129</sup> Note-se que só encontrámos duas e porque foram publicadas nos Jornais.

cimento público. Esta banda que surgiu, ao que tudo indica, ainda nos anos cinquenta do século XIX e se fundiu com a S.F.L. por volta de 1868 reapareceu no panorama musical do conselho nos anos vinte da centúria seguinte para desaparecer, de vez, por volta de 1952.

Ainda outra questão que fica indubitavelmente aberta é o restante percurso da Filarmónica Lousanense até aos nossos dias. Muito embora o conhecimento desta época seja – por razões óbvias – muito mais claro aos nossos olhos existem nos reservados da Biblioteca Municipal da Lousã um acervo de documentação muito rico e que ainda não foi cientificamente trabalhado. Para além disso há nos outros locais que pesquisámos documentos relativos a esse intervalo de tempo que, por estarem fora do espaço temporal a que este trabalho se reporta, não foram por nós analisados nem correlacionados.

Não nos cabe fazer aqui propostas para trabalhos futuros mas, enquanto seres humanos, não podemos deixar de mostrar o nosso entusiasmo pela descoberta, divulgação de novos dados e pelo contributo dado para o conhecimento histórico de uma instituição tão importante e querida da população.

## **Fontes e Bibliografia**

### **1. Fontes manuscritas**

#### *Biblioteca Municipal da Lousã*

João Mateus Poiães, (s/d), *Acervo doado à B.M.L. em 1997*, [sem cota], Lousã: Reservados da B.M.L.

*Livro de Contas da Câmara Municipal Lousã (1849-1894)*, [sem cota], Lousã: Reservados da B.M.L.

*Livro de Deve e Haver da S.F.L. (1897), [sem cota], Lousã: Reservados da B.M.L.*

***Arquivo da Sociedade Filarmónica Lousanense***

Caixas de Arquivo nºs 1-24 (s/d), [sem cota], Lousã.

***Arquivo da Santa Casa da Misericórdia da Lousã***

*Despesas feitas com a Philarmónica em 1866-67, [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.*

*Inventário com despesas de 1868-69, [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.*

*Livro de receitas e despesas do Hospital de São João, 1892-98, [sem cota], Lousã: Arquivo S.C.M.L.*

*Livro de actas do Hospital de São João da Lousã, [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.*

*Livro de receitas e despesas (1850?- 68?), [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.*

*O Director da Filarmónica é devedor (s/d), [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.*

REGO, João Augusto do (1888) *Livro de cartas ao Comendador Montenegro*, [sem cota], Lousã: Arquivo da S.C.M.L.

***Arquivo da Universidade de Coimbra***

*Actas das Paróquias e Juntas da Lousã e Mira (1881-1912) [AUC/GCC/TA/E4/T5/346], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamento de receitas e despesas das Câmaras Municipais (1845- 1928) [AUC/GCC/TA/E4/T3/291], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã (1850-1876) [AUC/GCC/TA/E5/T3/416], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã (1887-1899) [AUC/GCC/TA/E5/T3/417], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã (1900-1928) [AUC/GCC/TA/E5/T3/418], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos de receitas e despesas de Instituições de Assistência, Irmandades e Confrarias da Lousã (1855-1875), [AUC/GCC/TA/E3/T4/80], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos de receitas e despesas de Instituições de Assistência, Irmandades e Confrarias da Lousã (1876-1896) [AUC/GCC/TA/E3/T4/81] , Coimbra, Arquivo da U.C.*  
*Orçamentos de receitas e despesas de Instituições de Assistência, Irmandades e Confrarias da Lousã (1876-1896) [AUC/GCC/TA/E3/T4/82], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos de receitas e despesas de Instituições de Assistência: Concelho da Lousã (Misericórdia) (1856-1899) [AUC/GCC/TA/E3/T4/83], Coimbra, Arquivo da U.C.*

*Orçamentos de receitas e despesas de Instituições de Assistência: Concelho da Lousã (Misericórdia) (1900-1912) [AUC/GCC/TA/E3/T4/84], Coimbra, Arquivo da U.C.*

## **2. Fontes impressas**

*Aos Louzanenses (1886?)*, [sem cota], Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã;

SUPICO, Francisco Maria/ VELLOSA, Januário Philomeno (1957) *Hymno Para a Philarmónica Louzannense* [sem cota], Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã;

*IV encontro de Filarmónicas do Distrito de Coimbra (1999)*, Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

*VI Encontro Distrital de Filarmónicas (2003)* Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra.

*Boletim Comemorativo da 1ª Visita da Sociedade Filarmónica Lousanense a Prades (1989)* Câmara Municipal da Lousã, Lousã.

*Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra (1996)* volumes XV e XVI, 1996/1996, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

## **3. Bibliografia Auxiliar**

ALVES, Dinis Manuel (1996) “500 dias até à República”, in *Comércio da Lousã*, Lousã, Escola Profissional da Lousã.

ALVES, Dinis Manuel (1997) *Do Teatro Club ao Cine Teatro da Lousã*, Lousã, Câmara Municipal da Lousã.

ARANHA, Brito (1866) “Hospital da Louzã” in *Arquivo Pitoresco*, Semanário Ilustrado, Castro Irmão & C., Volume IX , pp. 124-126.

ARANHA, Brito (1871) *Memórias Histórico-estatísticas de Algumas Villas e Povoações de Portugal com Documentos Inéditos*, Lisboa, Livraria de A.M. Pereira, vol. XVI.

ARANHA, Brito (1872) “A Vila e o Concelho da Lousã”, in *Artes e Letras*, n.º 8, Lisboa.

BAINS, Anthony (1978) *Brass instruments, their history and development*, Faber & Faber, 3 Queen Square, London.

BEVAN, Clifford (1978) *The Tuba Family*, Faber & Faber, 3 Queen Square, London.

BRANCO, João de Freitas (1959) *História da Música Portuguesa*, Lisboa, Publicações Europa-América.

BRITO, Dulce (1991), “Os Estrangeiros e a Música no Quotidiano Lisboeta em Finais do Século XVIII” in *Revista Portuguesa de Musicologia*, vol. 1, Instituto Nacional de Inovação e Ciência, pp. 75-85.

BRITO, Manuel Carlos de (1989) *Estudos da História da Música em Portugal*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, Lisboa.

BRITO, Manuel Carlos de/David Cranmer (1989) *Crónicas da vida musical portuguesa na primeira metade de Portugal do século XIX*, Colecção Artes e Artistas, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa.

BRUCKNER, Katherine (2005) *A Banda da Terra, Bandas Filarmónicas and the Performance of Place in Portugal*, Michigan, «Tese de mestrado policopiada».

CABRAL, Joaquim Maria (1985) *Filarmónicas da ilha de São Miguel*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoreano de Cultura.

CAETANO, Ruy (1934) “Filarmónica Lousanense, Subsídios Para a Sua História”, in *Jornal da Lousã*, n.º 69, de 26 de Julho.

CAETANO, Ruy (1934) “Filarmónica Lousanense – A sua sede vai ser em breve uma realidade”, in *Alma Nova*, n.º 361, de 6 de Janeiro.

CARDOSO, José Maria Pedrosa (2004), *Carlos Seixas, de Coimbra* Imprensa da Universidade, Coimbra.

CARVALHO, Jorge (1993) “Sobre as Bandas de Música”, in *Congresso Nacional das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto*, Academia de Instrução e Recreio Familiar Almadense, Bandas de Música e Escolas.

CARVALHO, Paulo (1999) *A Vila da Lousã (contributo para um estudo da geografia urbana)*, Câmara Municipal da Lousã, Lousã.

CASCÃO, Rui (1991) “A Lousã da regeneração à República” in *Revista Arunce*, n.º 5/6, Dezembro, Janeiro, Lousã.

CHAGAS, Manuel Pinheiro (1869) “J. E. de Montenegro, Esboço Biográfico” in *Os Contemporâneos*, n.º 4, 3ª edição, Lisboa, Escripório da Empresa.

DIAS, Pedro/REBELO, Fernando (1985) *Lousã a Terra e as Gentes*, Câmara Municipal da Lousã, Lousã.

ECO, Umberto (2002) *Como se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença, Artes gráficas Lda., 9ª Edição, Lisboa.

FREITAS, Pedro de (1946) *História da Música Popular em Portugal*, edição do autor, Lisboa.

FREITAS, Pedro de (1955) “É preciso dar ao Povo música da sua feição”, in separata do Jornal “*O distrito de Setúbal*”, pp. 4-68, Setúbal.

FREITAS, Pedro de (1965) *O I Concurso Nacional de Bandas Civis, Madeira e Açores, Belezas de Portugal*, edição do autor, Barreiro.

GRANJO, André (2005) *The Wind Band Movement in Portugal: Praxis and Conditionalities*, Fontys Conservatorium, Tilburg, «Tese de mestrado policopiada».

GREGORY, Robin (1973) *The Trombone*, Faber & Faber, 3 Queen Square, London.

HENRIQUES, Manuel Lousã, (1991) “A Música das Músicas” in *Embaixada Musical a Prades (França)*, Companhia do Papel do Prado, Lousã.

HIND, Harold C./BAINS, Anthony C. (2001) “Military Band”, in *The New Grove Dictionary of music and Musicians*, Stanley Sadie (ed.), Macmillan, Londres.

HIND, Harold C./GAY, Bram (2001) "*Brass band*", in *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*, Ed., Macmillan, Londres.

JOAQUIM, Manuel (1937) *A Música Militar através dos tempos*, Arte Musical, Lisboa.

LAMEIRO, Paulo (1997) "Práticas musicais nas festas religiosas do concelho de Leiria: o lugar privilegiado das bandas filarmónicas", in *Actas dos 3<sup>os</sup> Cursos internacionais de verão de Cascais*, pp. 213-254, Câmara Municipal de Cascais, Cascais.

LAMEIRO, Paulo (1998) "Corêtos Sagrados: algum repertório litúrgico das filarmónicas do concelho de Leiria", in *Revista do Centro de História e Teoria das ideias*, vol. X, 2<sup>a</sup> Série, pp.255-290, Centro de História da Cultura, Lisboa.

LAPA, Albino (1941) "Subsídios para a História das Bandas Militares Portuguesas", in revista *Alma Nacional*, Lisboa.

LEMOS, Álvaro Viana de (1988) *A Lousã e o Seu Conselho*, B.M.L./ Câmara Municipal da Lousã, reedição.

LEMOS, Eugénio de (1972) *A Filarmónica Lousanense e a Lousã*, S.F.L, Lousã.

LEMOS, Eugénio de (1966) *A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Lousã*, Tipografia da Lousã, Lousã.

LUSO, João (2001) *Textos dispersos*, Câmara Municipal da Lousã, Lousã.

MENDES, J. Amado (1993) "Coexistência entre o antigo e o moderno" in *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., Quinto Volume, pp. 419-421.

NETO, Osvaldo da Veiga Jardim (2003) *The Role of the Military and Municipal Bands in Shaping the Musical life, ca. 1820 to 1935*, University of Hong Kong, Pokfulam Road, Hong Kong.

NUNES, Mário (1988) *Sodiedade Filarmónica Penelense, 130 Anos ao Serviço da Cultura Musical*, Tipografia Comercial, Coimbra.

PATO, Maria Leocádia (1997) *Rio da Memória: A Banda do Troviscal*, Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, Oliveira do Bairro.

POIARES, João Mateus (1989) "Contribuição para a História da Música na Lousã" in *Deslocação da S. F. Lousanense a França (Prades)*, Tipografia Lousanense, Lousã.



RAMOS, Rui (1993) “A Segunda Fundação” in *História de Portugal Direcção de José Mattoso*, Printer Portuguesa, Ind. Gráfica, Lda., Sexto Volume.

RIBEIRO, João Adriano (1997) *As Bandas da Ponta do Sol*, Câmara Municipal da Ponta do Sol, Ponta do Sol.

RODRIGES, António Simões (2007) *História de Portugal em Datas, Temas e Debates – Actividades editoriais*, Lda., Lisboa.

HIND (2001) “*Brass band*”, in *The New Grove Dictionary of Music and Musicians*, Ed., Macmillan, Londres.

SILVA, José Bento da (1992) *Bandas de Música do Concelho de Póvoa de Lanhoso*, Associação Cultural da Juventude Povoense, Póvoa de Lanhoso.

SIMÃO, António Saldanha de Carvalho (1993) *Soldadinhos de Chumbo, Figurinos Militares Portugueses*, Editora de Revistas e Livros, Lda., Lisboa.

SOUSA, D. Agostinho de Jesus (1937) “Pastoral sobre festas”, in *Lúmen*, ano 1.

VIEIRA, Ernesto (1900) *Dicionário Biográfico de Música Portuguesa: História e Bibliografia da música em Portugal*, TYP. Mattos Moreira & Pinheiro, Lisboa.

### **3.1. Web**

<http://www.cm-lousa.pt> (Abril, 2009).

[www.jf-arrentela.pt/site/index.php](http://www.jf-arrentela.pt/site/index.php) (Agosto, 2009).

[www.jornalalenquer.com/noticia.asp](http://www.jornalalenquer.com/noticia.asp) (Agosto, 2009).

<http://www.uc.pt> (2008-2009).

<http://www.bandasfilarmonicas.com> (2009).

RUSSO, Susana Bilou (2007) *As Bandas Filarmónicas Enquanto Património: Um Estudo de Caso no Concelho de Évora*, Instituto Superior de Ciência do Trabalho e da Empresa.

«Tese de mestrado em formato pdf», URL:

<https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1155/1/BANDAS+FILARM%C3%93NICAS+ENQUANTO+PATRIM%C3%93NIO.pdf>. [dez. 2009]

#### **4. Periódicos**

*Alma nova* (1934) n.º 361.

*Comércio da Lousã* (1910) n.ºs 57-59, 63.

Id. (1911) n.º 89.

*Jornal da Louzan* (1885) n.ºs 31 e 33.

Id. (1866) n.ºs 36, 37, 39-42, 45, 47, 49-54, 57, 58, 61, 65, 67, 71, 78, 81, 82, 84.

Id. (1887) n.ºs 105-139.

Id. (1888) n.ºs 140-191.

Id. (1889) n.ºs 192-242.

Id. (1891) n.ºs 295-299, 308, 309, 312-317, 319, 323-325, 327, 328, 330, 331, 337-339, 341, 342.

Id. (1892) n.ºs 344-346, 349-354, 356-359, 362, 363, 372-377, 379-381, 388, 389, 391.

Id. (1893) n.ºs 398, 399, 402, 419, 421, 424, 425, 429, 432, 436-438, 440-445.

Id. (1894) n.ºs 447, 449, 450, 458, 462, 463, 471, 473, 474, 476-480, 483, 486, 488, 493.

Id. (1895) n.ºs 510-512, 516, 519, 520.

Id. (1896) n.º 553.

Id. (1898) n.ºs 666, 677-681, 683, 684.

*O Lousanense* (1900) n.ºs 1, 2, 4-6, 8-12

*O Povo da Lousã* (1334) n.º 69

#### **5. Partituras da S.F.L.**

A.M. (1895) *Regresso à Pátria, polka* (dedicada ao aniversário de J.E. de C.M., [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ALMEIDA, J.J. de (s/d) *A Memória do 1º Poeta de Amor do século XIX*, João de Deus, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ALVARINHAS, Joaquim Francisco (1906) *Variações de Saxofone*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1898) *Meia Noite*, Valsa, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1900) *Uma viagem de Comboio de Coimbra à Lousan*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1901) *Jota do Certamen Nacional*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1901) *Devaneios das muzas*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1901) *Marcial, Ordinário*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (1915) *Jolieta*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Adelaide Valsa* [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Colecção de Fados*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Deolinda*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Natal de 1900 e Chica*, Valsas [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Sinfonia Dália*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Ordinário n.º 2*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *De Miranda à Lousan*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

ANÓNIMO (s/d) *Valsa das Luzes, (A=li=á=preta)*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

CARDOZO, Cypriano (s/d) *O Solar dos Barrigas*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

D. Pedro IV (1826) *Hymno da Carta*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

DEPRET, Maurice (s/d) *Sourire d'Avril*, Valsa, transcrição para banda por Joaquim José de Almeida, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

HUSSILA, Victor, sic (s/d) *Raposódias de Cantos Populares*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

MILANO, N. (s/d) *Seu Anastácio*, Tango Brasileiro, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

MORAES (1901) *Cantos de Fados*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

MORAES, J.C. de Sousa (1915) *O Philarmónico, passo dobrado*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

PEREIRA, P.F. Costa (1899) *Missa Kirie e Glória* [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

PINHEIRO, António Fernandes (s/d) *Viva la Gracia, passa Calle*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

PINTO (1903) *Ladainha*, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.

PINTO, José C. (1900) *Natal de 1900*, Valsa, [sem cota] Lousã: Reservados da Biblioteca Municipal da Lousã.



# Anexos

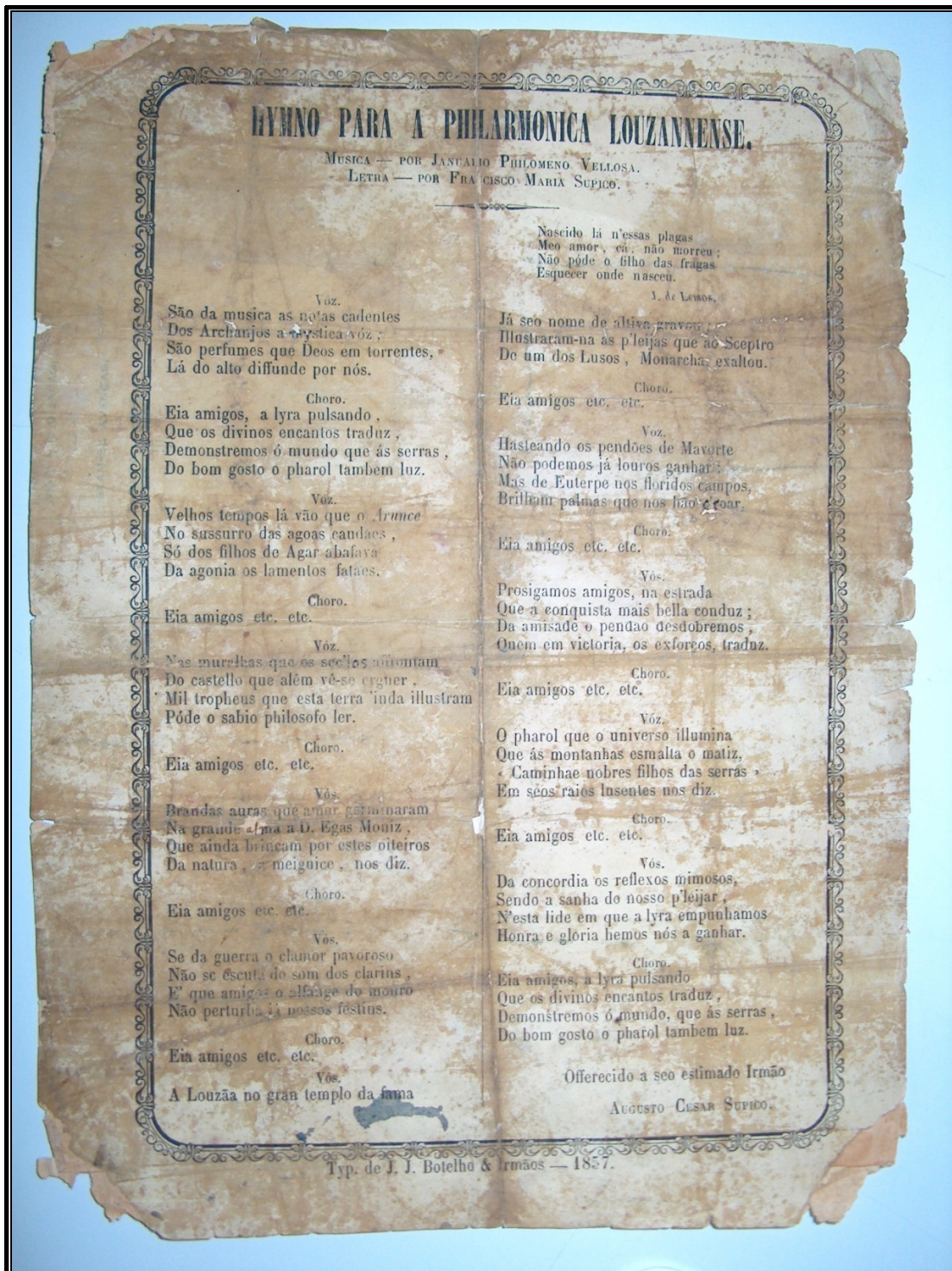
# ANEXO 1

**Hymno Para a Philharmonica Louzannense**

**( Cópia do original e Transcrição )**

MÚSICA – POR JANUÁRIO PHILOMENO VELLOSA

LETRA – POR FRANCISCO MARIA SUPICO










<p><b>Voz.</b> São da Música as notas cadentes Dos Archanjos a mystica voz, São perfumes que Deos em torrentes, Lá do alto diffunde por nós.</p> <p><b>Choro.</b> <u>Eia amigos, a lyra pulsando,</u> <u>Que os divinos encantos traduz,</u> <u>Demonstremos ó mundo que as</u> <u>Serras,</u> <u>Do bom gosto o pharol, também luz.</u></p> <p><b>Voz.</b> Velhos tempos lá vão que os Arunce No seguro da agoas candaes, Só dos filhos de Agar Abafava Da agonia os lamentos fataes.</p> <p><b>Choro.</b> Eia amigos, etc.</p> <p><b>Voz.</b> Nas muralhas que os sec'los affrontam Do castello que além vê-se erguer, Mil tropheus que esta terra 'inda ilustram Póde o sábio filosofo ler.</p> <p><b>Choro.</b> Eia amigos, etc.</p> <p><b>Voz.</b> Brandas auras que amor germinaram Na grande alma de Egas Moniz, Que ainda brincam por estes outeiros Da ??? noturna meiguice, nos diz.</p> <p><b>Choro.</b> Eia amigos, etc.</p> <p><b>Voz.</b> Se da guerra o clamor pavoroso Não se escuta do som dos Clarins, É que amigos o alfange do mouro Não perturba já os nossos festins.</p> <p><b>Choro.</b> Eis amigos, etc.</p>	<p><b>Voz.</b> A Lousã no gran templo da fama Já seo nome de altiva gravou, Ilustran-na que as p'leijas que ao ceptro De um dos Lusos, Monarca exaltou.</p> <p><b>Choro.</b> Eia amigos, etc.</p> <p>Hasteando os pendões de Maverte Não podemos os louros ganhar; Mas de Euterpe de floridos campos, Brilham palmas que nos hão c'roar.</p> <p><b>Choro.</b> Eia amigos, etc.</p> <p>Prossigamos amigos, na estrada Que à conquista mais bela conduz; Da amizade o pendão desdobremos,</p>
---	---

# **ANEXO 2**

*“Correspondência com o Governo Civil de Coimbra”*

**Documentos encontrados no Arquivo da U.C. Coimbra**

**Abreviaturas:**

-  Irmandade do Santíssimo Sacramento de Foz de Arouce (*ISSFA*);
-  Confraria das Almas de Serpins (*CAS*);
-  Irmandade do Santíssimo Sacramento de Serpins (*ISSS*);
-  Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vilarinho (*ISSV*);
-  Irmandade do Santíssimo Sacramento da Lousã (*ISSL*).

Ano	Lousã	Quantia
1860- 61	<i>ISSL</i> – despesas com a música Vocal e instrumental	25\$920
61-62	<i>ISSL</i> - despesas com a música Vocal e instrumental	24\$000
62-63	<i>ISSL</i> - despesas com a música Vocal, instrumental e banda que acompanha a procissão. <b>Orçamento suplementar:</b> Texto que explica que no ano anterior cada músico sujeitou-se a ganhar menos, tendo em atenção os fracos rendimentos da Confraria, mas mesmo assim houve de fazer uma subscrição. Para além disso pessoas influentes pediram aos músicos.	30\$785
63-64	<i>ISSL</i> - Música Vocal e instrumental Igreja e procissão	31\$000
64-65	<i>ISSL</i> - Música Vocal e instrumental	32\$000
65-66	<i>ISSL</i> - Música Vocal e instrumental	32\$000
66-67	<i>ISSL</i> - Orçamento suplementar – aumenta a despesa com a música porque tiveram de contratar um Baixo vindo de fora por 3\$100.  Musica para a Igreja e Marcial	32\$000
66-67	<i>ISSL</i> - Música para a Igreja e Marcial	32\$000
67-68	<i>ISSL</i> - Música para a Igreja e Marcial	33\$000
68-69	<i>ISSL</i> - Música para a Igreja e Marcial	35\$000
69-70	<i>ISSL</i> - Música para a Igreja e Marcial	38\$000
70-71	Música vocal e instrumental e organista	27\$440
70-71	Música para a procissão	10\$560

72- 73	Igreja mais organista	28\$500
72-73	Marcial	11\$500
80 -81	Música Instrumental e de cantores	9\$100
82-83	Orquestra e Cantores para a Igreja	30\$000
	Orquestra e cantores para a procissão	20\$000
96-97	Quantia para (...) e música que assistiram à festa	30\$000

	<b>Serpins</b>	
65-66	ISSS - Música Vocal e Instrumental	40\$000
66-67	ISSS – Pagamento de música Vocal e instrumental	20\$000
73-74	ISSS – Música de vozes e instrumental para a Igreja e Procissão	30\$000
74-75	ISSS - Música vocal Para a Igreja e instrumental para a procissão	12\$000
75-76	ISSS - Música	12\$000
77-78	ISSS - Música de Vozes e Instrumental	12\$000
76-77	ISSS - Música Vocal e instrumental para Igreja e Procissão	12\$000
77-78	ISSS - Música vocal e instrumental	12\$000
80-81	ISSS – Música Vocal e instrumental	12\$000
81-82	ISSS - Orquestra e cantores	50\$000
81-82	ISSS - Música instrumental e cantores	13\$000
82-83	ISSS – Música Vocal e instrumental	14\$400
83-84	ISSS – Cantores para a Igreja	12\$000
84-85	ISSS – Música vocal e Instrumental	12\$000
85 - 86	ISSS – Música vocal e instrumental	13\$500
85-86	ISSS – Música Vocal e instrumental, três dias	50\$000
87-88	ISSS – Orquestra e Cantores	13\$000

93-94	ISSS – Esta quantia é para pagar a música instrumental para a Igreja e Marcial para a procissão	30\$000
94-95	ISSS – Esta quantia é para a música	30\$000
95-96	ISSS – Esta quantia é para a música	30\$000

	<b>Foz de Arouce</b>	
72-73	ISSFA - Música para a Igreja e procissão	16\$360
73-74	ISSFA - Música Vocal e Instrumental	16\$360
74-75	ISSFA - Música Vocal e Instrumental	8\$000
74-75	ISSFA - Música, festa do Corpo de Deus	22\$000
75-76	ISSFA - Música de Vozes e instrumental	8\$500
75- 76	ISSFA - Música Vocal para a Igreja e Marcial para a procissão	22\$000
76 - 77	ISSFA - Música	11\$000
76 - 77	ISSFA - Música Vocal	5\$000
76 -77	ISSFA - Vocal, instrumental e marcial	22\$000
79 - 80	ISSFA - Música	11\$000
79 - 80	ISSFA - Música	10\$000
80 -81	ISSFA - (desenvolvimento especial) Orquestra e cantores	11\$000
81-82	ISSFA - Orquestra e cantores, Marcial para as procissões, vindo tudo de Coimbra	30\$000
84-85	ISSFA - Música Marcial para a procissão e orquestra para a Igreja	21\$000
84-85	ISSFA - Música para a Igreja	7\$000
86-87	ISSFA - Orquestra e cantores	50\$000
95-96	ISSFA - Esta quantia e (...) à Música	40\$000

	<b>Vilarinho</b>	
74-75	<i>ISSV</i> - Música para a Igreja e Marcial	38\$400
74-75	<i>ISSV</i> - Música (provavelmente vozes ou organista)	6\$000
75 - 76	<i>ISSV</i> - Música	16\$000
77-78	<i>ISSV</i> - Apenas menção à Música	???????
79-80	<i>ISSV</i> - Música de voz e Marcial	10\$800
83-84	<i>ISSV</i> - Orquestra, cantores e Marcial	15\$000

# ANEXO 3

LISTA DE ALVARÁS DE FILARMÓNICAS QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA UVIVERSIDADE  
de CCOIMBRA

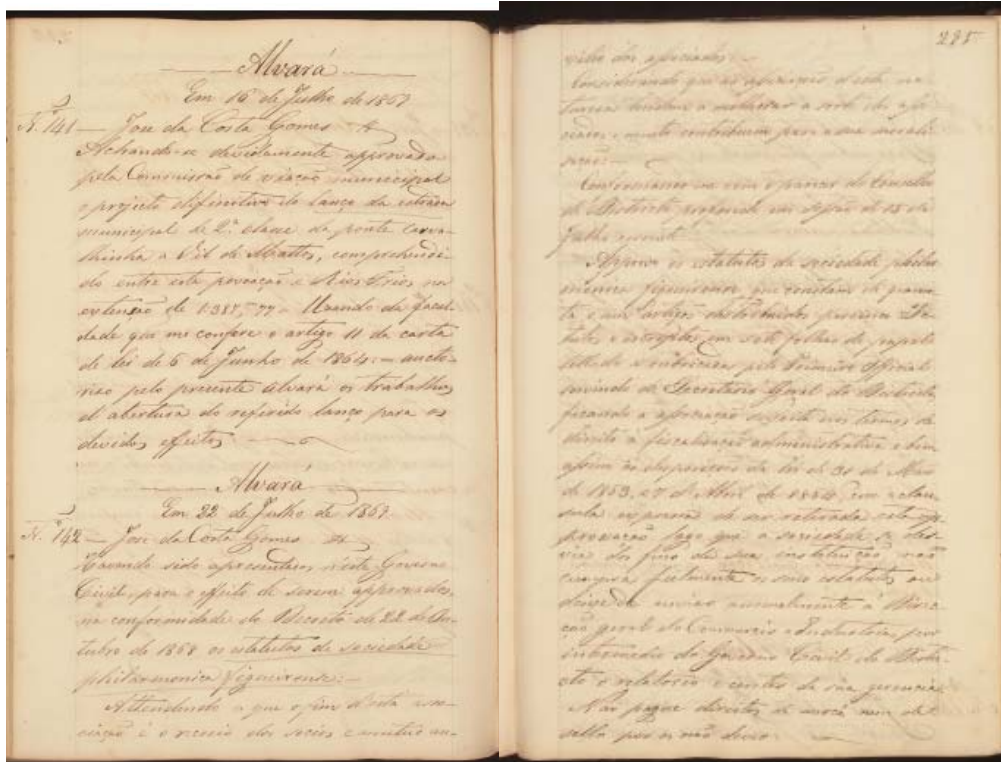
- Sociedade Filarmónica Figueirense, Figueira da Foz, 1869;
- Sociedade Montepio Filarmónica União Alhadense, Figueira da Foz, 1869;
- Sociedade Filarmónica Quiaense, Figueira da Foz, 1870;
- Sociedade Filarmónica Verridense, Verride, Montemor-o-Velho 1870;
- Sociedade Filarmónica União Condeixense, Condeixa-a-Nova 1880;
- Sociedade Filarmónica 10 de Agosto de 1880, Figueira da Foz, 1880;
- Sociedade Filarmónica Figueirense, Figueira da Foz, 1881;
- Sociedade Filarmónica Instrução e Recreio, Abrunheira, Montemor-o-Velho, 1881;
- Sociedade Filarmónica Penelense, Penela, 1947;
- Sociedade Filarmónica Independente, Mira, 1894;
- Sociedade Filarmónica Artística Sourense, Soure, 1897;
- Sociedade Filarmónica de Instrução e recreio dos Operários de Lanifícios e de Fiação de Tecidos de Santa Clara, Coimbra (???)
- Sociedade Filarmónica Ançanense, Cantanhede 1884;
- Sociedade Filarmónica Liberal Midonense, Midões, Tábua, 1887;
- Sociedade Filarmónica da Vila de Gois, Gois, 1997;
- Sociedade Filarmónica Constância Arganilense, Arganil, 1887;
- Sociedade Filarmónica Paião, Figueira da Foz, 1893.



# ANEXO 4

Exemplo de um alvará passado pelo Governo Civil de Coimbra

(Sociedade Filarmónica da Figueira da Foz)



Anexo 5: Alvará da Sociedade Filarmónica da Figueira da Foz

# **ANEXO 5**

Orçamentos de receitas e Despesas de instituições de Assistência,  
Irmandades e Confrarias da Lousã

**Abreviaturas:**

- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Foz de Arouce (*ISSFA*);
- Confraria das Almas de Serpins (*CAS*);
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Serpins (*ISSS*);
- Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vilarinho (*ISSV*);
- Irmandade do Santíssimo Sacramento da Lousã (*ISSL*).

*1855-1875: AUC/GCC/TA/E3/T4/80*

*1876-1896: AUC/GCC/TA/E3/T4/81*

*AUC/GCC/TA/E3/T4/82*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã, 1850-1876: AUC/GCC/TA/E5/T3/416*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã, 1887-1899:*

*AUC/GCC/TA/E5/T3/417*

*Orçamentos das Juntas de Paróquia e Freguesia do Concelho da Lousã, 1900-1928:*

*AUC/GCC/TA/E5/T3/418*

*Orçamento de receitas e despesas das Câmaras Municipais.... 1845- 1928: AUC/GCC/TA/E4/T3/291*

*Orçamentos de Receitas e Despesas de Instituições de Assistência:*

*Concelho da Lousã (Misericórdia) 1856 a 1899:*

*AUC/GCC/TA/E3/T4/83*

*Orçamentos de Receitas e Despesas de Instituições de Assistência:*

*Concelho da Lousã (Misericórdia) 1900 a 1912:*

*AUC/GCC/TA/E3/T4/84*

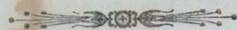
*Actas das Paróquias e Juntas da Lousã e Mira, 1881-1912:*

*AUC/GCC/TA/E4/T5/346*

## **ANEXO 6**

Comunicado à população onde se pedem donativos para viabilizar a Banda. Com datação feita à posteriori a lápis.

## AOS LOUZANENSES



A maior parte dos socios da PHILARMONICA LOUZANENSE ultimamente dissolvida, abaixo assignados, desejam reorganisa-la, mas para esse fim precisám de quem os dirija e ensine. Na Louzã não ha quem se preste a esse trabalho e para vir mestre de fóra é preciso pagár-lhe uma quantia não inferior a 15 ou 18 mil réis mensaes, quantia que os abaixo assignados não pôdem dár porque não teem meios para isso.

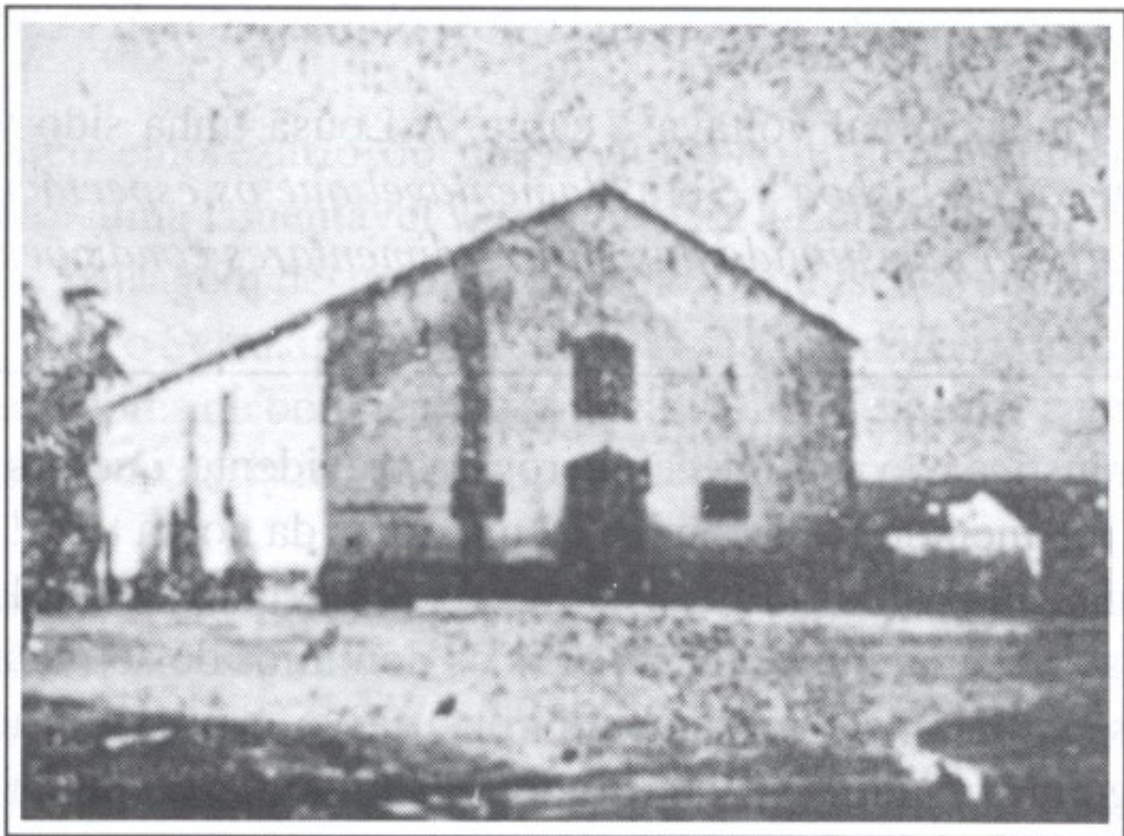
Lembráram-se os abaixo assignados de conseguir o fim desejádo, por meio de sócios honorarios, e n'esse intuito veem rogar a todos os Louzanenses que desejem o bem e engrandecimento da nossa querida terra a fineza de se inscreverem sócios honorarios indicando a quantia mensal com que concorrem.

Joaquim T. Santiago Junior, Joaquim Albino, José Alvarinhas, José Carranca, José Christovam, Alberto Carranca, Ruy Caetano, Luiz Pinto, Augusto Maria Thomate, Camillo dos Santos, Herminio d'Almeida, João Malta, Joaquim Antunes, etc., etc.

1086

# **ANEXO 7**

O Teatro da Lousã no início do século XX.





# **ANEXO 8**

**Lista de sócios protectores de 1897:**

1. Dr. Carlos de Sacadura Bote	27. Diamantino Sequeira Alves
2. Francisco Lopes Serra	28. Francisco José de Figueiredo J?
3. José Augusto do Rego	29. João Henriques Lopes
4. Guilherme Franqueira	30. Diogo Bernardo Malta
5. António Neves Garcia	31. João Gomes Pereira
6. Fernando Avila	32. João Henriques Lopes
7. Arthur Fernandes de Carvalho	33. João Gonçalves Viena Lemos
8. Gabriel Sarmento	34. Abel Baptista
9. Manuel José Coutinho	35. José Alves de Faria
10. Manuel Fernandes Cortês	36. Sebastião Gaspar
11. António Henriques dos Santos	37. António Cortez de Fonseca
12. Eugénio Amaro	38. Francisco M. <sup>a</sup> Simões de Carvalho
13. Francisco Lopes Coelho	39. Francisco Con. <sup>a</sup> de Figueiredo
14. Francisco Ferraz Tavares de Pontes	40. João Martins Poiares
15. Augusto Fernanades Erse	41. Joaquim Sério
16. António Soares Raposo	42. António Fernandes Pinheiro
17. Joaquim Pimentel de Mello	43. José Joaquim Caetano
18. João Augusto da Costa	44. Bernardino Padilha
19. António Vieira	45. António Furtado
20. José Francisco Pinto	46. Adelino Fernandes de Carvalho
21. Luiz Gonçalves Viena de Lemos	47. José Borges
22. Sebastião Gaspar de Mattos	48. José Francisco Taboas
23. José Leite dos Santos	49. Amélia da Piedade
24. João Augusto Cabral	50. Ignacio António Lopez
25. Eurico Monte-negro	51. Francisco Luiz Antunes
26. Fernando Campos	52. Francisco Alves de Faria

# ANEXO 9

Lista de Sócios ordinários de 1897 (músicos):

1.	Alberto Fernandes Carranca	Cornetim
2.	Camilo Ferreira dos Santos	Clarinete
3.	Joaquim Tavares Santiago	Bombardino
4.	José fernandes Carranca	Clarinete
5.	Joaquim Albino	Clarinete
6.	José Francisco Alvarinhas	Requinta
7.	Hermínio de Almeida	Trombone
8.	Joaquim Antunes	Bombardino
9.	Luiz Pinto Santiago	Fliscorne
10.	Joaquim Jacob Lopes	Saiu por ofensas ao regente
11.	José Fernandes Cristovam	Trompa
12.	João Bernardo Malta	Cornetim
13.	Alberto Ferreira dos Santos	Bombardino
14.	José Alberto Vaz	Trombone
15.	João Ferreira dos Santos	Saiu por não estudar
16.	Manuel Simões	Clarinete
17.	Adelino Poiares	
18.	Emigdio Antunes	Trompa
19.	Ruy Caetano	Contrabaixo
20.	Adelino Fernandes Carranca	
21.	Julio Antunes	Contrabaixo
22.	João Ancelmo	Trombone
23.	Augusto Pinto	Caixa
24.	Adelino Carranca	Caixa
25.	João Fernandes Carranca	Flautim
26.	Dioclesiano Ferreira Vaz	Porta Bandeira
27.	José Bento Ferreira de Lima	Clarinete

# ANEXO 10

Foto de 1895, traseiras da casa do Comendador Montenegro

# **ANEXO 11**

Lista do Conjunto de partituras que se encontram nos reservados da Biblioteca Municipal da Lousã que foram doados a esta instituição pelo Dr. João Poiares aquando das comemorações do primeiro centenário da SFL em 1997.

**1. Coleção de Fados [manuscrito]**

- i. Flautim
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Clarinete x2
- iv. 1º Cornetim
- v. 2º Cornetim
- vi. 3º Cornetim x3
- vii. Requinta
- viii. 1º sax
- ix. 2º Sax
- x. 3º sax
- xi. Contra Baixo x2
- xii. Saxofone alto
- xiii. Bombo
- xiv. 1º Bombardino
- xv. 2º Bombardino
- xvi. 1º Tenor
- xvii. 2º tenor

**2. Sinfonia Dália [manuscrito]**

- i. Flautim
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Clarinete x2
- iv. 3º Clarinete
- v. 1º Cornetim x2
- vi. 2º Cornetim

- vii. 1º sax
- viii. 2º Sax
- ix. Contra Baixo x2
- x. Saxofone
- xi. Bombo
- xii. 1º Bombardino
- xiii. 2º Bombardino x2
- xiv. 1º Tenor
- xv. 2º tenor
- xvi. 3º Tenor
- xvii. Baixo
- xviii. Saxofone alto
- xix. Trombone

**3. Devaneios das Musas** (O filarmónico Português de 15 de Outubro de 1901)

- a. Partitura do Maestro:
  - i. Flautim
  - ii. Requinta
  - iii. Clarinetes 1º2º3º
  - iv. Saxofones alto e soprano
  - v. Cornetins
  - vi. Saxtrompas em mi bemol
  - vii. Trombones
  - viii. Barítonos e bombardinos
  - ix. Contrabaixos
  - x. Pancadaria

**4. Devaneios das musas** [manuscrito, transcrição das partes]

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. Clarinetes 1º2º3º
- iv. Saxofones alto e soprano
- v. Cornetins
- vi. Saxtrompas em mi bemol
- vii. Trombones
- viii. Barítonos e bombardinos
- ix. Contrabaixos
- x. Pancadaria

**5. Ordinário n.º 2** [Partitura do Maestro, manuscrito]

- i. Requinta
- ii. Clarinetes 1º2º
- iii. Saxofones alto e soprano
- iv. Cornetins
- v. Trombones
- vi. Barítonos



- vii. Contrabaixos
- viii. Pancadaria

**6. Natal de 1900 e Chica, Valsas ( Lousan, 15 - 12-900),**  
[manuscrito]

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete x2
- iv. 2º Clarinete
- v. 3º Clarinete
- vi. 1º Cornetim
- vii. 2º Cornetim
- viii. 1ª trompa
- ix. 2ª trompa
- x. Trombone
- xi. Contra Baixo x2
- xii. Saxofone
- xiii. Bombo
- xiv. 1º Bombardino
- xv. 2º Bombardino
- xvi. 1º Tenor
- xvii. 2º tenor
- xviii. 3º Tenor
- xix. Baixo

**7. Missa Kirie e Gloria,** (a três vozes e orchestra oferecida como homenagem e respeito e tributo de gratidão ao E<sup>mº</sup> e R<sup>mº</sup> Sr: Cónego Chantre da Sé Patriarchal Carlos Eduardo de San(?) Sacadura Botte por P.F. Costa Pereira, Organista da mesma Sé, Campolide, Outubro 1899). [Partitura do Maestro, manuscrito]

- i. Flauta
- ii. Clarinete
- iii. Cornetim
- iv. Trompa
- v. Trombone
- vi. Soprano
- vii. Tenor
- viii. Baixo
- ix. Tímpano
- x. 1º violino
- xi. 2º violino
- xii. Viola
- xiii. Violoncelo
- xiv. Contra baixo

**8. Adelaide Valsa** [Partitura do Maestro, 2 vezes, manuscrito]

- i. Requinta
- ii. Clarinetes 1º2º
- iii. Cornetins

- iv. Trompas
- v. tenores
- vi. Barítonos
- vii. 2º trombone
- viii. Contrabaixos
- ix. Bateria

## **ANEXO 12**

**Conjunto de partituras encontradas na** Direcção Geral de  
Educação de Adultos (todas manuscritas):

**1. A Memória do 1º Poeta de Amor do século XIX (João de Deus, por J. J. de Almeida)**

- i. Flauta;
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Saxofone em sib
- viii. Saxofone em mib
- ix. Trompas em mib
- x. Trombones
- xi. 1º Baritono
- xii. 2º Baritono
- xiii. Contrabaixo
- xiv. Bateria
- xv. Tantam

**2. Cantos de Fados (Por Moraes, 9-12-901)**

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Saxofone contralto

- viii. Trompas
- ix. Trombones
- x. 1º Baritono
- xi. 2º Baritono
- xii. Contrabaixo
- xiii. Bateria

**3. Uma viagem de Comboio de Coimbra à Lousan (1900).** [Partes dos instrumentos].

- i. Requinta
- ii. 2º Clarinete
- iii. 1º Cornetim
- iv. 2º Cornetim
- v. 1º sax
- vi. 2º sax
- vii. Trombones
- viii. 1º Tenor
- ix. 2º Tenor
- x. 3º Tenor
- xi. Contrabaixo
- xii. 2º Contrabaixo
- xiii. Baixo
- xiv. Bombo
- xv. 1º Bombardino
- xvi. 2º Bombardino

**4. De Miranda à Lousan**

- i. Clarinete
- ii. Cornetim
- iii. Sax em mib
- iv. Tenores
- v. Bombardinos
- vi. Baixo
- vii. Bombo

**5. Deolinda ( Pertence ao grupo União operária Lousanense, 1915)**

- i. 1ª Flauta
- ii. 2ª Flauta
- iii. 1º Violino
- iv. 2º Violino
- v. 1º Bombardino
- vi. 2º Bombardino
- vii. Clarinete
- viii. Violões
- ix. Rabecão

**6. Hymno da Carta, (Lousã, 15-12-1906)**

- i. Flautim

- ii. Cornetim
- iii. Cornetim
- iv. 1º Sax
- v. 2º Sax
- vi. 3º Sax
- vii. Trombones
- viii. 3º Tenor
- ix. 1º Tenor
- x. Contrabaixo
- xi. Bombo
- xii. 1º Bombardino
- xiii. 2º Bombardino

**7. Jota do Certamen Nacional**, Lousan, 15-4-901 ( cópia de A.C.Pinto, Pertence J.A. Rego)

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Trompas
- viii. Tenores
- ix. 1º Baritono
- x. 2º Baritono
- xi. Baixos
- xii. Bombo

**8. Jolieta** (pertence ao grupo União Operária Lousanense, Lousã, 10 de Novembro de 1915)

- i. 1ª Flauta
- ii. 2ª Flauta
- iii. 1º Violino
- iv. 2º Violino
- v. 1º Bombardino
- vi. 2º Bombardino
- vii. Clarinete
- viii. Violões
- ix. Rabecão

**9. Ladainha** a 4 vozes (Assinou ??? Pinto, 23-4-903, Philarmónica Lousanense)

- i. Flauta
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Clarinete
- iv. Cornetim
- v. Trompas em Mib

- vi. Bombardino
- vii. Baixo
- viii. Tiple
- ix. Tenor
- x. Alto
- xi. Baixo

**10. Marcial, Ordinário (Lousan, 12.1.901)**

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. Saxofones altos
- vi. 1º Cornetim
- vii. 2º Cornetim
- viii. Trompas em Mib
- ix. 1º Trombone
- x. 2º e 3º Trombones
- xi. 1º Bombardino
- xii. 2º Bombardino
- xiii. Contrabaixo
- xiv. Bateria

**11. Natal de 1900, Valsa (por José C. Pinto da Lousan)**

- i. Flautim
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Clarinete
- iv. 1º Cornetim
- v. 2º Cornetim
- vi. Trompa
- vii. 1º Trombone
- viii. 2º e 3º Trombones
- ix. 1º Bombardino
- x. 2º Bombardino
- xi. Contrabaixo
- xii. Bombo

**12. O Philarmónico, passo dobrado (por J.C. de Sousa Moraes, 25 de Maio de 1915)**

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. Saxofone Soprano
- vi. Saxofone Alato
- vii. Saxofone Tenor
- viii. 1º Cornetim

- ix. 2º Cornetim
- x. Trompas
- xi. Trombones
- xii. 1º Baríteno
- xiii. 2º Baríteno
- xiv. Contrabaixo
- xv. Bateria

### 13. O Solar dos Barrigas (do Maestro Cypriano Cardozo)

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 3º Clarinete
- vi. Saxofone Alto
- vii. 1º Cornetim
- viii. 2º Cornetim
- ix. Trompas em mib
- x. Trombones
- xi. 1º Bombardino
- xii. 2º Bombardino
- xiii. Contrabaixo
- xiv. Bateria

### 14. Raposódias de Cantos Populares (por Victor Hussilas)

- i. 1º Clarinete
- ii. 2º Clarinete
- iii. 3º Clarinete
- iv. Requinta
- v. Flautim
- vi. Saxofone Alto
- vii. 1º Cornetim
- viii. 2º Cornetim
- ix. 3º Cornetim
- x. Trompas em mib
- xi. 1º Bombardino
- xii. 2º Bombardino
- xiii. Trombones
- xiv. Contrabaixo
- xv. Bateria

### 15. Regresso à Pátria, polka ( Dedicada ao aniversário de J. E. de C. M., 24- 6- 95, oferecida à Sociedade Filarmónica Lousanense [assinou A.M.] )

- i. 1º Cornetim;
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Cornetins
- iv. 2º Clarinetes

- v. 1º Baríteno
- vi. 2º Baríteno
- vii. Trompas em Mi bemol
- viii. Trombones
- ix. Contrabaixos

**16. Seu Anastácio**, tango Brasileiro (por N. Milano, adquirido por subscrição entre os músicos)

- i. Flautim
- ii. Reuinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Trompas
- viii. Trombones
- ix. 1º Baríteno
- x. 2º Baríteno
- xi. Contrabaixos
- xii. Bateria

**17. Sourire d'Avril**, valse (por Maurice Depret, Composição para Banda por Joaquim José de Almeida)

- i. Flautim
- ii. Reuinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Saxovone em sib
- viii. Saxofone em mib
- ix. Trompas
- x. 1º Trombone
- xi. 2º Trombone
- xii. 1º Baríteno
- xiii. 2º Baríteno
- xiv. Contrabaixos
- xv. Bateria

**18. Valsa das Luzes, (A=li=á=preta)**

- i. Flautim
- ii. Reuinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º e 3º Clarinetes
- v. Saxovone
- vi. 1º Cornetim
- vii. 2º Cornetim
- viii. Saxtrompas



- ix. 1º Trombone
- x. 2º e 3º Trombones
- xi. 1º Baríteno
- xii. 2º Baríteno
- xiii. Contrabaixos
- xiv. Bombo

**19. Meia Noite**, Valsa (Philarmónica Louzanense, Lousã 1-12-1898, cópia de ?? Carranca)

- i. Flautim
- ii. Requinta
- iii. 1º Clarinete
- iv. 2º Clarinete
- v. Saxofone
- vi. 1º Cornetim
- vii. 2º Cornetim
- viii. Trompas em mib
- ix. 1º Trombone
- x. 2º e 3º Trombones
- xi. 1º Baríteno
- xii. 2º Baríteno
- xiii. Contrabaixos
- xiv. Porradoria

**20. Variações de Saxofone** (Varzea de Goes, 15 de Outubro de 1906, Joaquim Francisco Alvarinhas)

- i. Requinta
- ii. 1º Clarinete
- iii. 2º Clarinete
- iv. 3º Clarinete
- v. 1º Cornetim
- vi. 2º Cornetim
- vii. Saxovone
- viii. 1ª Trompa
- ix. 2ª Trompa
- x. 1º Trombone
- xi. 2º Trombone
- xii. 3º Trombone
- xiii. 1º Baríteno
- xiv. 2º Baríteno
- xv. Contrabaixos
- xvi. Bateria

**21. Viva la Gracia**, passa Calle (Philarmónica Louzanense, por ??? António Fernandes Pinheiro)

- i. Flautim
- ii. Requinta

- iii. Saxofone
- iv. 1º Cornetim
- v. 2º Cornetim
- vi. 3º Cornetim
- vii. Trompas
- viii. Tenores
- ix. 1º Bombardino
- x. 2º Bombardino
- xi. Contrabaixos
- xii. Bateria

## **ANEXO 13**

Resumo das notícias encontradas nos periódicos com interesse  
para este trabalho

**Jornal da Louzan**

<b>1886</b>	23 de Dezembro	86	Publicação da acta da S.F.L. que dava conta de reavivar a Filarmónica bem como dos cargos eleitos.
<b>1887</b>	4 de Junho	109	Convite da Comissão da Filarmónica Lousanense à população da Lousã para cantar um <i>TE DEUM</i> pelo restabelecimento de João P. Pippa, presidente da C.M.L.
	18 de Junho	111	Agradecimento de João Pippa à S.F.L.  Notícia da Procissão da 1ª Comunhão onde tocou a Filarmónica com rasgados elogios pelos excelentes progressos.
	20 de Agosto	120	Joaquim Rodrigues agradece à S.F.L. o acompanhar a Bandeira da Sr.ª da Nazaré até à Igreja.

	24 de Dezembro	138	Notícia sobre o agradecimento que a Filarmónica fez aos subscritores da compra de instrumentos.
	31 de Dezembro	139	Notícia de agradecimentos feitos pela Banda em Serpins.
<b>1888</b>	14 de Janeiro	141	Notícia de uma peça de Teatro onde toucou uma “orchestra”
	21 de Janeiro	142	Notícia da actuação da Filarmónica na Festa de Santo Amaro da Rogela.
	4 de Fevereiro	144	Notícia da actuação da Filarmónica no São Brás (Serpins) em conjunto com a congénere de Poiares.
	12 de Maio	158	Notícia que explica que a falta de actuações da Filarmónica devia-se à renovação do repertório.
	26 de Maio	160	Notícia da Romaria ao espírito Santo onde actuou a Filarmónica.
	30 de Junho	165	Notícia da inauguração do Hospital de São João com a actuação da Filarmónica.
	18 de Agosto	172	Notícia de fogos de artifício em Vilarinho com Banda de Góes
	25 de Agosto	173	Missa com procissão em Vilarinho com actuação da Banda de Góes.
<b>1889</b>	18 de Maio	211	Notícia da participação da Filarmónica numa procissão, com o comentário de estar pouco numerosa, mas afinada.

	1 de Junho	213	Notícia da ida da Filarmónica a Foz de Arouce Agradecer ao Conde um Donativo
	22 de Junho	216	Notícia da inauguração de uma estátua no HSJ onde tocou a SFL.
	20 de Julho	219	Agradecimentos dos promotores do 14 de Julho onde agradece à SFL e ao Maestro José Augusto do Rego o terem tocado na recepção aos trabalhadores do Caminho de Ferro.
	3 de Agosto	221	José Augusto do Rego vai de férias para a Figueira
<b>1891</b>	6 de Junho		Notícia da primeira comunhão onde a SFL tocou na cerimónia e percorreu as ruas no fim da tarde.
	20 de Junho		Notícia dos festejos do aniversário do HSJ onde a SFL tocou "Obsequiamente"
<b>1892</b>	27	352	Notícia de uma récita de teatro onde a orchestra tocou
	5 de Março	353	A mesma peça em cena com a participação da Orquestra
	19	389	Notícia de ensaios de uma tuna Lousanense
	3 de Dezembro	391	Tuna...
<b>1893</b>	29 de Julho	424	Notícia que anuncia a Festa da Senhora da Nazaré, onde haverá Gaita de Foles, Fogueteiro e "Música"
	2 de Setembro	429	Festa em Foz de Arouce com Orchestra de Góis.  "fogo" no Castelo com Banda do Espinhal.

<b>1894</b>	28 de Abril	462	Notícia sobre o teatro que necessita de obras urgentemente e J.A. irá ensaiar uma tuna para actuar nos intervalos.
	7 de Julho	471	Notícia da actuação da Filarmónica no Coreto
	29 de Setembro	483	Nova Comissão Directora da Filarmónica, que a partir de agora também inclui o teatro.  Acta da reunião que ocorreu a 9-9-94 nos passos do concelho: Novos dirigentes  Presidente: Carlos Mascaranhas;  Secretário: António Fonseca;  Tesoureiro: Francisco Cristovam;  Regente: Francisco Maria Simões de Carvalho.
<b>1895</b>	20 de Abril	510	Notícia da Nova Philarmónica que inrompeu pelas ruas ao som de vivas, com muita gente nova e Bem afinada... Os ensaios foram no teatro.
	4 de Maio	512	Notícia do aniversário do Jornal: 2 empregados acenderam algumas lâmpadas e queriam que os restantes elementos da Filarmónica viessem tocar, mas...
	1 de Junho	516	Programa das Festas de São João, procissão com duas Philarmónicas.
	29 de Junho	520	Procissão acompanhada pela Filarmónica Lousanense.
<b>1898</b>	17 de Abril	666	A Philarmónica tocou na missa de Páscoa e o "hábil regente" foi abraçado no Fim

	24 de Julho	680	A Orchestra vai tocar à missa e dá conta que o Sr. Rego irá reger a Banda em condições muito mais vantajosas do que o seu antecessor.
	7 de Agosto	682	Contas da Filarmónica; Presidente: António Cotez da Fonseca.
	14 de Agosto	683	Notícia da “Boa Música” e do esforço do novo Maestro.
	21 de Agosto	684	Notícia do primeiro aniversário da SFL; A casa de ensaio é no largo da graça.

### Comércio da Lousã

1910	23 de Julho	57	Crítica do Jornal ao caciquismo local.
	31 de Julho	58	“Moralidade Monárquica” Carta ao presidente da câmara da Lousã protestando: “... não trata bem os que não são da sua grei.”
	6 de Agosto n.	59	A monarquia Desaba “as eleições de 28 último vieram comprovar, decisiva e flagrantemente...”
1911	14 de Novembro	63	Por falta de uma máquina que deviam ter recebido em Setembro que esteve retida na Alemanha e por causa da revolução não houve Jornal .  Dr. Pires de Carvalho esteve na Lousã, no futuro disse, sua Ex. <sup>a</sup> , serão nossos correligionários todos os indivíduos que mais trabalharem na extinção do caciquismo local que tão má ideia tem dado da nossa terra.

	19 de Outubro	89	<p>“... o povo associou-se de bom grado à festa, mas aquele que prometeram também tocarem no dia 5, esses nem sequer à janela se aproximaram.”</p> <p>“... Não há dúvida que desta vez a música teve mais tempo de consultar os seus mandões do que das outras.”</p> <p>O Povo da Lousã</p>
--	---------------	----	---

## ANEXO 14



---

Lista de documentos encontrados no sótão da misericórdia referentes à  
Filarmónica

1. Acta que trata da visita do comendador Montenegro onde a “Nova Filarmónica” tocou:  
Livro de actas do H.S.J. da Lousã fl. 17;
2. Carta ao comendador Montenegro a dar conta da Inauguração do HSJ a 24 Junho de 1888.  
A Philarmónica tocou na procissão e no serão: Livro de cartas de João Augusto do Rego ao  
Comendador Montenegro, 1888;
3. Folhas soltas com despesas feitas com a Philarmónica em 1866 e 67 por procissões em (?):  
Livro com capa castanho claro e azul (às ondas) com a palavra inventário na capa.
  - 3.1. 1865, 23 de Abril: Pago a Adelino do Rego pela música vocal e instrumental nas  
procissões de quinta e sexta-feira santas – 12\$600
  - 3.2. 1866, 23 de Abril: Pago a Adelino do Rego pela música vocal e instrumental nas  
procissões de quinta e sexta-feira santas – 12\$600
  - 3.3. 1867, 22 de Abril: Cobrança de foros e esmola da música - \$960;

- 3.4. A música – 13\$080;
4. Livro verde com lombada castanha com despesas de 1868 a 91:
  - 4.1. 69, 3 de Maio: Despesa com a música da semana santa: 13\$560
5. Livro de receitas e despesas do H.S.J. 1892- 98:
  - 5.1. 1895, 30 de Junho: Pagamento a Luís Vidal para fogo e trabalho com o palanque para a música para o dia 24 de Junho.
6. Livro de receitas e despesas 1850(?) 68(?)
  - 6.1. 1853, 29 de Março: Idem música instrumental.
  - 6.2. 1854, idem música instrumental
  - 6.3. 1855, idem música vocal (pág. 27)
  - 6.4. 1856, idem música vocal 2\$400
  - 6.5. 1856, 14 de Abril, Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa (?) Director da Sociedade Filarmónica Lousanense pela música na procissão de 6ª Feira Santa.
  - 6.6. 1857, 14 de Abril, idem (pag. 32) 3\$400.
  - 6.7. ? idem vocal e instrumental (pag.39) 9\$600
  - 6.8. 1860, idem idem (pag.50) 10\$200.
  - 6.9. 1861, 3 de Abril, Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa (?) Director da Sociedade Filarmónica Lousanense pela música na procissão de 6ª Feira Santa (pag. 54).
  - 6.10. 1861, 6 de Julho, Idem da música no Final(?) da Visitação (pag. 54): 4\$800
  - 6.11. 1862, 19 de Abril: Idem (pag.57): 12\$480
  - 6.12. 1863, 10 de Abril: idem (pag. 63): 11\$160
  - 6.13. 1864, 31 de Março: idem Pelo que pagou ao Padre Correia da Costa (?) pela música na procissão de 6ª Feira Santa (pag. 68): 13\$080.
  - 6.14. 1866, 23 de Abril: Idem a Adelino do Rego (pag. 77) 12\$600
  - 6.15. 1867, 29 de Maio: Idem a Adelino do Rego (pag. 81) 13\$080
  - 6.16. 1868, 12 de Abril: Idem a Adelino do Rego (pag. 84): 14\$360

6.17. Numa folha solta encontra-se neste livro um documento com o seguinte texto: “O

Director da Filarmónica é devedor ----“